

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO

A Manipulação da Informação e a Geração 68

MARIA CECILIA LEÃO SANTIAGO

RIO DE JANEIRO

2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO

A Manipulação da Informação e a Geração 68

Monografia submetida à Banca de Graduação
como requisito para obtenção do diploma de
Comunicação Social – Jornalismo

MARIA CECILIA LEÃO SANTIAGO

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Priscila Siqueira Kuperman

RIO DE JANEIRO

2008

FICHA CATALOGRÁFICA

SANTIAGO, Maria Cecília Leão. **A Manipulação da Informação e a Geração 68**, 2008.

Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo) –
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação
– ECO.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Priscila Siqueira Kuperman

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **A Manipulação da Informação e a Geração 68**, elaborada por Maria Cecília Leão Santiago.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia/...../.....

Comissão Examinadora:

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Priscila Siqueira Kuperman
Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ
Departamento Fundamentos da Comunicação - UFRJ

Prof.^a Dr.^a Ilana Strozenberg
Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ
Departamento de Fundamentos Teóricos da Comunicação - UFRJ

Prof. Dr. Rogério Lustosa Bastos
Doutor em Psicologia pela PUC-SP
Departamento de Métodos e Técnicas da ESS - UFRJ

Dedico este trabalho aos meus pais Eleyson e Maria das Dores, ao meu irmão gêmeo Eleyson, ao meu querido Renê e sempre em pensamento ao meu tio Dico e ao meu amado irmão Eduardo, cuja existência ampliou minha capacidade de compreender a vida, tornando-me uma pessoa mais humana e solidária.

Dedico a todos que lutaram contra a ditadura militar no Brasil e em memória à Vera Sílvia Magalhães.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, por tudo que fizeram por mim.

Ao meu irmão Eleyson, pelo companheirismo.

Ao meu querido Renê, pelo amor e dedicação.

A todos os meus amigos pelo incentivo e carinho.

À minha orientadora Priscila Siqueira Kuperman, por acreditar sempre na idealização deste trabalho.

À professora Raquel Paiva por toda a paciência e motivação.

Aos professores Ilana Strozenberg e Rogério Lustosa Bastos, por fazerem parte da minha banca examinadora.

A todos os professores da ECO que contribuíram para a minha formação acadêmica.

A todos os outros professores que contribuíram para a minha instrução.

Ao amigo Ricardo Pimenta e sua esposa Eliane.

Às amigas: Vivianne Bernardino Pinto e Débora Motta de Oliveira.

Ao Antony Devalle.

À Amanda Marcicano, pela gentileza prestada num dia de grande atribulação.

Zé Gradel, Jean Marc von der Weid e Carlos Eduardo Fayal de Lira pelo bate-papo sobre os movimentos estudantis.

Enfim, a todos que me apoiaram nesta jornada que é a vida.

SANTIAGO, Maria Cecilia Leão. **A Manipulação da Informação e a Geração 68**. Orientadora: Priscila Siqueira Kuperman. Rio de Janeiro: UFRJ / ECO. Monografia em Jornalismo.

RESUMO

Esta monografia torna-se um exercício pela luta do não esquecimento de uma época em que os jovens, acima de tudo, acreditavam no futuro e na capacidade humana de transformação da realidade social. Os jovens de 68 abriram caminhos para um país democrático e livre das torturas físicas e psicológicas praticadas pelos governos ditatoriais. E por fazer questão de lembrar dessas pessoas, as quais lutaram por melhorias sociais, a autora aliou-se aos fatos históricos realizando uma transdisciplinariedade. Para alcançar uma reflexão sobre o que levou uma geração ser tão combativa, foi preciso também analisar os acontecimentos políticos que antecederam a 1968. O que faria jovens serem tão dispostos a dar própria vida pela revolução? O trabalho esclarece os impasses que, tanto a grande mídia, quanto a mídia alternativa, tiveram que enfrentar durante o período militar. São relatados os métodos de censura, as arbitrariedades através de perseguições e prisões de jornalistas, e as medidas de controle que iam além das auditorias financeiras. Foi analisado o posicionamento do jornal O Globo, a partir da leitura de matérias dos anos de 1968 e 1969. Dessa forma, foi possível compreender o papel da mídia na elaboração de uma realidade e, sobretudo, o seu papel na construção da memória social.

SUMÁRIO

1. Introdução	1
2. A Imprensa Controlada	5
2.1. Jornalismo Engajado	14
3. Jornal O Globo nos anos de 1968 e 1969	18
3.1. Jornalismo, discurso e memória	27
4. Geração 68	33
4.1. Maio de 68	38
4.2. Morte de Édson Luís	42
4.3. O Massacre na Praia Vermelha	43
4.4. Passeata dos Cem Mil	44
4.5. Congresso em Ibiúna	45
4.6. Organizações de Esquerda	47
4.7. A luta armada começou em 1969	49
4.8. Afeto na Dissidência Guanabara	53
4.9. Seqüestro do embaixador alemão Von Holleben	55
4.10. Religiosos engajados	56
4.11. Tortura	56
4.12. Contracultura	59
4.13. Tropicalismo	65
4.14. Pensadores de uma geração	67
5. Breve relato dos fatos políticos nos anos 60/70 no Brasil até a redemocratização	73

5.1. Anos 60	73
5.2. A CIA derrubando governos	86
5.3. Anos 70	96
5.4. Mortes e assassinatos (Marcio Moreira Alves, Rubem Paiva, Frei Tito, Iara Iavelberg, Lamarca, Edgar Stuart Angel, Sônia Maria, Zuzu Angel)	97
5.5. Milagre Econômico	102
5.6. Mortes de Alexandre Vannuchi Leme, Vladimir Herzog, Manuel Fiel Filho, Pomar e Angelo Arroyo	103
5.7. Atentado no Rio Centro	109
6. Conclusão	112
7. Referências Bibliográficas	117

Anexos

RODA VIVA

(Chico Buarque de Holanda)

Tem dias que a gente se sente
Como quem partiu ou morreu
A gente estancou de repente
Ou foi o mundo então que cresceu
A gente quer ter voz ativa
No nosso destino mandar
Mais eis que chega a roda-viva
E carrega o destino pra lá
Roda mundo, roda-gigante
Roda-moinho, roda pião
O tempo rodou num instante
Nas voltas do meu coração
A gente vai contra a corrente
Até não poder resistir
Na volta do barco é que sente
O quanto deixou de cumprir
Faz tempo que a gente cultiva
A mais linda roseira que há
Mas eis que chega a roda-viva
E carrega a roseira pra lá
Roda mundo, roda-gigante
Roda-moinho, roda pião
O tempo rodou num instante
Nas voltas do meu coração
A roda da saia, a mulata
Não quer mais rodar, não senhor
Não posso fazer serenata
A roda de samba acabou
A gente toma a iniciativa
Viola na rua, a cantar
Mas eis que chega a roda-viva
E carrega a viola pra lá
Roda mundo, roda-gigante
Roda-moinho, roda pião

1. INTRODUÇÃO

É imprescindível que a luta por um país mais justo e livre da opressão seja resgatada e rememorada. Os jovens de 1968 abriram caminhos para um país democrático e livre das torturas físicas e psicológicas praticadas pelos governos ditatoriais.

Esta monografia torna-se um exercício da luta do não esquecimento de uma época em que os jovens acreditavam no futuro e na capacidade humana de transformação da realidade social. E por fazer questão de lembrar dessas pessoas, as quais lutaram por melhorias sociais, a aluna aliou-se aos fatos históricos realizando uma transdisciplinariedade. Sendo assim, este trabalho seria muito útil aos jovens nascidos na década de 80, que passaram a sua adolescência num país já democrático, livre do medo de se dizer o que se pensa.

Foi importante para a realização deste estudo, a compreensão da juventude de 68 no Brasil e no mundo, além de um melhor entendimento dos fatos políticos no país. Aliás, para alcançar uma reflexão sobre o que levou uma geração ser tão combativa, foi preciso também analisar os acontecimentos políticos que antecederam a 1968. O que faria jovens serem tão dispostos a dar própria vida pela revolução. Escritores, sociólogos, antropólogos, jornalistas e vários pesquisadores tentam compreender esse momento histórico tão rico em mudanças comportamentais e culturais que reverberam em jovens engajados até hoje.

Em 1968 explode no mundo a revolta estudantil. Os estudantes queriam mudar os programas de ensino e as relações entre professores e alunos. Lutavam pelo ingresso na universidade de um maior número de jovens das classes mais pobres e protestavam contra os graves problemas educacionais. Aliás, ainda hoje essa luta se faz presente.

O gosto pela política foi despertado na aluna pela convivência com seus tios, que sempre gostavam de contar histórias sobre a época, fins dos anos 60 e 70, em que eram universitários no Rio de Janeiro. Eles sempre conversavam sobre os movimentos estudantis nas universidades públicas, pois estudaram na UFRJ e na Rural. Essas lembranças sempre ficaram na memória da aluna, quando, ainda criança, seu tio Dico participava das manifestações pelas Diretas Já, no final da década de 80. Até hoje, fica difícil esquecer a vibração pela vitória de Tancredo Neves para a Presidência da República, e a tristeza pela morte do presidente eleito, antes mesmo de tomar posse. Ficou registrada na memória a grande comoção nacional naquela época.

A parte da monografia intitulada “A Imprensa Controlada” concentra-se em esclarecer, de uma maneira geral, os impasses que, tanto a grande imprensa, quanto a mídia alternativa, tiveram que enfrentar durante o período militar. São relatados os métodos de censura, as arbitrariedades

através de perseguições e prisões de jornalistas, as medidas de controle que iam além das auditorias financeiras, incluindo a suspensão de empréstimos e confiscos das impressões. Também, é lembrado o papel dos jornais engajados, ainda no início do século XX.

O capítulo “Jornal O Globo nos anos de 1968 e 1969” volta-se para o questionamento da postura do jornal O Globo, a partir da leitura das matérias dos anos acima citados, dando relevância aos dias posteriores à morte do estudante Édson Luís e ao seqüestro do embaixador americano Charles Burke Elbrick.

É evidenciado o uso de palavras pejorativas para denegrir os movimentos de esquerda, através da mídia impressa, e com isso abre-se um caminho para a discussão da questão do papel do jornalismo na construção de uma realidade. O jornal O Globo foi escolhido por representar a grande mídia e pelo fato de estar no imaginário das pessoas como um jornal de direita. Assim, traça-se uma contraposição do que se veiculava sobre o movimento estudantil e o papel que essa juventude realmente representava.

Para o estudo, foi necessário visitar a Biblioteca Nacional, o que representou um contato direto com o material da época, através dos microfilmes. A experiência de ler as matérias de uma época da qual só conhecia através dos livros de história, foi bem fascinante.

Havia a descontextualização dos acontecimentos, a fragmentação das edições, a inversão da relevância das informações, que não deixam de ser práticas também observadas hoje em dia. A pesquisa mostra, dentre outras coisas, que os revolucionários eram apresentados nas matérias como sendo terroristas e uma grande ameaça à nação. Torna-se importante o papel da memória coletiva e social como forma de resistência ao não esquecimento. Ressalta-se o papel do jornalismo para as gerações futuras, já que contribui para a construção da memória de uma sociedade.

Em seguida, é exposta a efervescência do ano de 1968, palco das grandes manifestações estudantis no mundo inteiro. A autora fala, por exemplo, sobre as questões político- sociais nos EUA, na ex-Tchecoslováquia, na França, na Alemanha e no Brasil. Ela cita os movimentos sociais que repercutiam no nosso país: a luta contra o imperialismo, a reivindicação por reformas universitárias, as causas feministas, a revolta contra a guerra no Vietnã, a busca pelos direitos dos trabalhadores rurais e pela causa operária.

O trabalho aborda temas como: a morte de Édson Luís, as grandes manifestações no mês de junho nos dias 19, 20 e 21, sendo que o dia 20 ficou conhecido como o Massacre na Paria Vermelha.

Em março de 1968, no Rio de Janeiro, Edson Luís, um secundarista foi morto a tiros pela polícia militar, quando protestava com seus colegas contra a má alimentação servida no Calabouço, um restaurante estudantil. Depois desse fato, as manifestações foram crescendo e tomando força,

aglomerando centenas de jovens que desejavam mudar radicalmente o país. Também articulavam-se em grupos da esquerda armada tendo como foco a construção de um governo popular e socialista.

Uma parte da juventude conscientizada reivindicava a liberdade de expressão, o aumento de verbas e vagas nas universidades públicas, os direitos humanos e lutas gerais contra a ditadura. Lutava-se contra o acordo MEC /Usaid e contra o decreto 477

A passeata dos Cem mil é lembrada, como também o Congresso de Ibiúna, o AI-5, as lutas armadas, o seqüestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick, a importante participação de Vera Sílvia Magalhães como militante do MR-8, o seqüestro do embaixador alemão, já na década de 70. É ressaltada a importância da participação da Igreja nos movimentos de oposição ao regime e a violência provocada pelo governo ditatorial por meio de torturas. Neste capítulo, são explicitados os métodos de tortura e a questão do sofrimento de quem é torturado. No final, fala-se sobre a contracultura e o movimento hippie.

Menciona-se o movimento artístico da época, que mesmo com toda a repressão, a censura e as prisões, que sufocavam qualquer movimento contra o regime militar, sobrevivia através do engajamento.

Por último, elucida-se as questões políticas no país a partir da década de 60, com a construção de Brasília e de sua universidade federal (UnB), passando pelo governo de Jango e o golpe sofrido por este. Foi fundamental para a realização deste capítulo, a leitura do livro “Aos Trancos e Barrancos” de Darcy Ribeiro, tendo também importância os livros “Brasil Vivo” e “História da Sociedade Brasileira”. O livro “Memórias Estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias”, da historiadora Maria Paula Araujo, foi muito citado e extremamente esclarecedor.

Explica-se a política que visava a industrialização a todo custo, com uma estratégia desenvolvimentista. No fim do governo de Juscelino, com as eleições a caminho, percebe-se a insatisfação dos trabalhadores e da classe média, que vão se aliar em torno da candidatura de Jânio Quadros. João Goulart é eleito vice-presidente e Jânio ocupa o cargo presidencial.

O capítulo conta a renúncia de Jânio, a dificuldade para que João Goulart (Jango) assumira o cargo de presidente da República e o movimento pela Legalização liderado por Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul. Relata-se o comício pelas Reformas de Base, o golpe dos militares, a Junta Militar tomando posse em abril de 64, a posse de Castelo Branco e a permanência de um governo autoritário durante mais de vinte anos. Fala-se sobre o governo de Costa e Silva, Médici, Geisel e Figueiredo.

Neste capítulo há informações sobre acontecimentos que marcaram época como a morte de Édson Luís, as manifestações que se seguiram a esse episódio, além de fazer questão de lembrar a violência sofrida por aqueles que lutaram contra a ditadura. Alexandre Vannuchi Leme, Mariguella,

Frei Tito, Carlos Lamarca, Iara Iavelberg, Vladimir Herzog, Manuel Fiel Filho, Edgar Stuart Angel, Sonia Maria de Moraes Angel Jones, Zuzu Angel, Rubem Paiva, Mario Alves são lembrados no trabalho.

Vale lembrar que esta monografia será defendida no dia 10 de dezembro, próximo da data da promulgação do AI-5, ou seja, faz 40 anos que o Brasil viveu uma época de dura repressão.

2. A IMPRENSA CONTROLADA

A censura política na imprensa, durante a história republicana do país, foi exercida por dois momentos, em períodos determinados, ou seja, na era Vargas e no Regime Militar após o golpe de 1964. Entre 1964 e 1968 ações repressivas eram realizadas pelo governo contra a imprensa e contra os jornalistas. Aquino (1999, p.205) cita o caso que ocorreu com Hélio Fernandes, que por criticar o ex-presidente Castelo Branco após sua morte em 67, teve os direitos políticos cassados durante dez anos, tendo permanecido preso na Ilha de Fernando de Noronha.

Em 13 de dezembro de 1968, com a promulgação do AI-5, a censura política torna-se mais acirrada. Como descreve a historiadora, o jornal *Tribuna da Imprensa*, antes do AI-5 ser editado, já tinha recebido visitas de um oficial militar Carlos Pinto, que em encontros com o proprietário Hélio Fernandes, instaurou a censura prévia no jornal a partir de 23 de outubro de 1968.

O material referente à publicação do dia 14 de dezembro de 1968, do *Jornal do Brasil*, foi vistoriado por oficiais do Exército e entregues aos censores para exame. Carlos Lemos, que na época era chefe de redação do *JB*, em sua entrevista realizada na sede de O Globo, em 2 de março de 1990, afirmara que uma nota não havia sido entregue, justamente porque seria colocada no lado direito da primeira página ao lado do título, tendo a afirmação “Ontem, foi o dia dos Cegos”. Isso porque se jogava com o duplo sentido, fazendo-se uma alusão ao fato do dia 13 de dezembro ser o dia de Santa Luzia, a Padroeira dos Cegos.

Um exemplo que marcou a resistência à censura na história da imprensa, foi a linguagem metafórica que Alberto Dines, que era editor-chefe do *JB* na época, havia criado para ressaltar o recrudescimento da repressão. No alto, ao lado esquerdo do título utilizou-se a seguinte mensagem: “Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos. Máx.: 38°C, em Brasília; Mín.: 5°C, nas Laranjeiras”. Na página reservada ao editorial, em meio aos comentários políticos, havia uma foto que ocupava quase toda a página, representando também uma metáfora alusiva, o campeão mundial de judô Anton Geesink, aniquilando um homem de estrutura frágil.

(...) Eu subi até a direção e pedi licença para furar a censura pelo menos numa edição. A partir do momento que leitor souber que nós estamos sob censura, nós até podemos ficar quietos, mas o leitor foi avisado de que doravante o jornal está sob censura e ele não deve acreditar inteiramente. Foi uma decisão muito clara de pelo menos avisar ao nosso destinatário de que nós estávamos sob suspeita. Eu até avisei ao Brito: “Olha, esse negócio não vai durar só uma semana, vai durar muito tempo e a gente tem um compromisso com o leitor”. E ele me deu carta branca. Disse apenas: “Faça com cuidado que em você eu confio”. (DINES apud ABREU JUNIOR, 1997, p.35)

Fazendo uso dessa simbologia os jornalistas conseguiam escapar dos censores, mas quando estes se davam conta do material publicado com forte apelo político, retornavam às redações mais enfurecidos. Alguns chegaram a ser substituídos por outros mais sagazes. Os mecanismos de censura consistiam em vigiar e reprimir qualquer forma de esclarecimento das massas, buscando caracterizar uma falsa harmonia social.

Arrazoar a ação de proibir e censurar, de negar ao outro o direito de acesso a determinados temas, vigiar pessoas, ditar normas de conduta, excluir palavras do vocabulário; forjar de maneira brutal uma nova realidade (...). (KUSHNIR, 2004, p. 36)

De acordo com Kushnir (2004, p.36), existiram jornalistas que eram simpatizantes do regime e outros que eram combatentes. Conforme sua pesquisa, havia jornalistas que tinham atividade profissional ligada à Secretaria de Segurança Pública, e alguns dos censores eram jornalistas ou a própria profissão era a única atividade que podiam exercer como técnico de censura. Quando prestavam concursos do DPF (Departamento de Polícia Federal), tornavam-se policiais exercendo atividades censórias com o diferencial de serem “intelectuais”.

“Parte dos jornalistas e donos de jornal, além de setores da sociedade civil que apoiavam o governo, optando por estar ao lado do poder, tornaram-se tanto agentes como “vítimas” dessa autocensura” (KUSHNIR, 2004, p.52). Estar no palco das decisões era mais importante que a busca e a publicação da verdade. Com isso os jornalistas que foram colaboracionistas contribuíram para construir e difundir uma imagem irreal, inverídica do país. Havia então um universo de conveniências e possibilidades, o que permite pensar nas práticas de responsabilidade e poder.

A autora ressalta a diferença entre intelectocratas e *intelligenti*. Os primeiros seriam regidos “sob o signo da responsabilidade da execução de uma tarefa”, expressando tradição de valores conservadores de sociedades autoritárias e repressoras, tendo como expressão de sua força o veto censório. Os *intelligenti* seriam “regidos pela ética da convicção e aí se encontrariam os intelectuais revolucionários, intelectuais ideólogos e críticos radicais” (KUSHNIR, 2004, p.37).

Como exemplo de resistência a um Estado autoritário, Júlio Mesquita Filho, diretor de redação do *Estadão*, havia redigido um editorial em resposta à confirmação de que a Câmara dos Deputados não concederia um pedido de licença para o deputado Márcio Moreira Alves, após este ter feito um discurso contra as Forças Armadas. O jornalista fazia uma crítica aos quatro atos institucionais e essa matéria seria publicada no dia 13 de dezembro de 1968. Os títulos do editorial conseguiram passar pelos agentes censores que ligaram da sede do DPF, porém ainda na madrugada do dia 13 o diretor do DPF, o general da reserva Sílvio Correa de Andrade, determinou a prisão dos exemplares já prontos.

Menos de um mês antes do AI-5, o ministro da Justiça Gama e Silva editou a lei nº. 5.536, de 21/11/68, ditando regras de censura às obras teatrais e cinematográficas. Contudo, como descrito no artigo 1º, a censura seria classificatória, porém com a ressalva de que não atentassem contra a segurança nacional e o regime representativo e “democrático”, ou que incentivasse a luta de classes.

A partir dessa lei, houve a necessidade de criar planos de carreira para quem executasse tais medidas censórias. Com isso, era preciso apresentar diploma registrado de conclusão de curso superior de Ciências sociais, Direito, Filosofia, Jornalismo, Pedagogia ou Psicologia. Já em 17/10/69, o Decreto-lei nº.972 regulou a profissão de jornalista e no seu artigo 7º confirmava que não havia incompatibilidade entre o exercício da profissão de jornalista com qualquer outra função remunerada, ainda que pública. Isso explicava o fato de que existiam jornalistas que exerciam suas funções juntamente com o exercício de cargos públicos.

O artigo 15º da lei 5.536/68 criou o Conselho Superior de censura, que era subordinado ao Ministério da Justiça. Esse Conselho deveria ser formado por oito membros ligados ao governo e oito ligados à sociedade civil. Contudo o artigo 18º deixava claro que uma decisão não-unânime caberia recurso ao Ministro da Justiça, ou seja, uma só pessoa seria suficiente para deliberar diante de tantas opiniões diferentes. Já o artigo 3º sentenciava que nenhuma manifestação poderia ser contrária às questões políticas e de segurança nacional. A censura então se mostra como um ato estritamente político.

Bem lembrado por Kushnir (2004, pp.108-109), os “manuais de comportamento” eram distribuídos na imprensa carioca e paulista. Dentre vários itens, vale mencionar os que exigiam respeito à “Revolução de 1964”, visando a “consolidação da democracia”; a proibição de notícias que criticavam os atos institucionais e que incitavam a luta de classes; a proibição da opinião de pessoas cassadas; a não divulgação dos problemas estudantis e veiculação dos movimentos operários, o impedimento de assuntos ligados às guerrilhas e “terrorismo”, dentre outros.

A decretação do AI-5 representou o golpe dentro do golpe, concentrando os poderes no Executivo e acirrando a repressão. Nos dias 13 de dezembro de 1968 e 7 de janeiro de 1969 vários diretores e administradores do jornal *Correio da Manhã* foram presos e a edição do dia 7 foi apreendida antes da impressão ser finalizada, na qual a manchete era: “Abolida a censura à imprensa”. A diretora-presidente do jornal Niomar Moniz Sodré teve os direitos políticos cassados por dez anos. O jornal sofreu graves problemas econômicos pedindo concordata e sendo arrendado pelo grupo Ecos. A última vez que circulou foi em 08 de junho de 1974.

O general Sílvio Correa de Andrade exerceu o seu poder censório nas oficinas do jornal O Estado de São Paulo às vésperas do AI-5, tendo entrado em curso a censura prévia, que consistia em ter suas matérias analisadas ou mesmo enviadas ao DPF da cidade ou a sua sede em Brasília. Vale

lembrar que para burlar os censores, os jornalistas utilizavam receitas culinárias e poemas como forma de disfarçar a mensagem que queriam propagar.

Uma prática muito adotada pelos censores, a utilização de bilhetinhos que notificavam o que se podia ou não veicular, teve como consequência a autocensura, que segundo Kucinski (1991, p.40), definia o padrão de controle de informação, sendo a supressão intencional da informação ou de parte dela pelos jornalistas ou pela empresa jornalística. Para o autor a autocensura consiste num crime intelectual com a intenção de esconder a verdade, onde a mídia agia como um aparelho ideológico do Estado.

Kushnir (2004, p.45) ressalta que em 3 de dezembro de 1969, a capa da revista *Veja* trazia como título “O presidente não admite torturas”, cujo exemplar chegou às bancas no sábado, porque na sexta-feira os telefones da redação foram desligados e os informes da censura não conseguiriam ser transmitidos. Na *Veja* seguinte do dia 10 de dezembro houve problemas com a manchete que abordava a tortura no país e Raimundo Pereira, que era o chefe de política, deixou o cargo e foi transferido para variedades. Em 1974 quando publica uma nota sobre a indicação de Don Hélder Câmara para o prêmio Nobel da Paz, a revista passa a ter um censor de plantão na redação.

Os censores instalavam-se nas redações dos periódicos selecionando e cortando tudo aquilo que fosse prejudicial à imagem do governo. O jornal *O Estado de São Paulo* e o *Jornal da Tarde* conviveram com censores diariamente entre 1972 e 1975. No caso da *Tribuna da Imprensa* a convivência se estendeu durante dez anos. A revista *Veja* também não escapou dos telefonemas, ordens escritas e censuras prévias, tendo num determinado momento que enviar material para casa do censor, para a Delegacia Regional do *Estado de São Paulo* e para Brasília. Após a publicação de nº. 15, do dia 18 de dezembro de 1968, a revista *Veja* passou por sua primeira censura. A capa se referia ao AI-5. Em 1972, 24 assuntos são proibidos de serem veiculados pela revista.

Num primeiro momento a censura à mídia impressa a partir de 68 se dá na maioria das vezes através de telefonemas e bilhetes enviados às redações. De 1972 a 1975 a atuação censória recrudescer, e a radicalização à liberdade de imprensa chega no seu auge com a morte do jornalista Vladimir Herzog.

Aquino (1999, p.222) menciona que Hélio Fernandes, da *Tribuna da Imprensa*, afirmara que os donos dos grandes jornais gostavam da censura, pois dessa maneira não precisariam assumir responsabilidades com as publicações. Já Carlos Lemos, do *JB*, alegara que a postura de não enfrentar a censura consistia em poder noticiar o máximo por vias indiretas.

No início de 1970, como relatado por Kushnir (2004, p.54), o responsável pela segurança do *JB* era o coronel reformado do Exército, Paulo Moura. Este se identificava como psicólogo, atuando na área de Recursos Humanos. Então, através da dinâmica de grupo treinava novos empregados.

Para muitos jornalistas, as informações que Moura conseguia através dessas práticas, eram repassadas aos órgãos de repressão, o que trazia como consequência o processo de expurgos no jornal.

De abril a dezembro de 1973, *O Estado de São Paulo* teve 282 matérias vetadas integralmente ou em parte, sendo que no ano seguinte o número aumentou para 692 matérias censuradas na íntegra ou em parte.

Smith (2000, p.74) descreve que em 1977 o líder do partido governista Arena, José Bonifácio, dissera que os jornalistas que cobriam a Câmara dos Deputados eram *criptocomunistas*, especialmente os que tinham bigodes. Também insistia que os jornais brasileiros não eram comunistas, mas sim os repórteres que seguiam a linha comunista nos jornais.

A pesquisadora cita que o General Antônio Bandeira, chefe do departamento da Polícia Federal, desdenhava da imprensa em 1974, porque para ele os veículos de comunicação assumiam um papel insidioso e inescrupuloso, pois distorcia os fatos comprometendo pessoas, o que abalava a imagem do governo. Sendo assim, a imprensa tornara-se um bode expiatório de tudo de errado que ocorria na vida política e no âmbito sócio-econômico do país.

Smith (2000, p.75) conta que além da aversão aos jornalistas, existia um enorme esforço para aniquilar a imprensa. Um exemplo foi a estratégia do serviço de informações do Exército, CIEX, que em setembro de 1978, através de um documento, propõe auditorias financeiras para impedir a atuação da imprensa. As auditorias eram mais eficazes que os processos judiciais, pois estes requeriam longo tempo para punir e frear o trabalho da mídia impressa.

Várias medidas foram efetivadas para controlar a imprensa, além das auditorias, a obrigatoriedade de declaração das fontes de recursos de uma publicação e a proibição de que pessoas acusadas nos termos da Lei de Segurança Nacional não pudessem participar dos negócios ou na redação. As publicações podiam ter seus registros cancelados quando fosse comprovado que havia dívidas com o Tesouro Nacional, tornando-se clandestinas. Isso representava uma maneira sutil de controle, porque não era algo declarado contra a liberdade de imprensa.

O objetivo era claro: atacar a imprensa, porém de maneira indireta, que fosse rápida, eficaz e devastadora, embora disfarçada. Publicações incômodas seriam destruídas sem que o Regime tivesse que declarar limitações à liberdade de imprensa, (...) o CIEX sabia muito bem o que estava fazendo. Sua meta era obstruir a imprensa; sua estratégia, a perseguição de caráter financeiro (...). (SMITH, 2000, p. 78)

Um exemplo da situação citada acima, refere-se ao jornal alternativo *Repórter*, que foi fechado várias vezes e em junho de 1978 a Receita Federal quis saber a fonte de seus recursos, a

identidade de seus acionistas e possíveis dívidas para com o Tesouro Nacional, o que fez com que o jornal recebesse visitas semanais de fiscais do Ministério do Trabalho.

Somente em 1978, foi extinta a censura prévia ao jornal *Tribuna da Imprensa* no Rio de Janeiro, e aos semanários *O São Paulo*, que representavam a linha progressista da Igreja Católica e *Movimento* em São Paulo. No caso de *O São Paulo* 190 artigos foram vetados porque envolviam temas que tratavam da conscientização da Igreja Católica junto à população, o que se referia às condições de vida e de trabalho da população, à luta pelas liberdades democráticas e críticas ao Regime, além da repressão política.

Também no mesmo ano, a publicação alternativa *Versus* havia sofrido várias auditorias, sendo que um de seus principais acionistas foi intimado a comparecer ao Serviço Nacional de Informações, e não pela Receita Federal como seria esperado. Até a situação financeira dos parentes dos acionistas também foi investigada. As perseguições políticas eram disfarçadas de investigações fiscais, o que consistia em repressão. Essa prática protegia o regime autoritário e ao mesmo tempo feria a liberdade de imprensa.

Logo, o Estado interferia nas finanças das empresas jornalísticas através da suspensão da publicidade, da negação de empréstimos, da recusa na aprovação de importação de equipamentos, incluindo o confisco das impressões.

No que tange a publicidade nos grandes jornais, os governos federal, estadual e municipal gastavam orçamentos consideráveis em vários segmentos desde programas de vacinação, licitações de obras públicas, até divulgação de projetos por estes idealizados. Essa publicidade representou para o JB em 1978 o equivalente a cerca de 15% da receita, e 36% correspondente ao mercado publicitário dos jornais brasileiros. Isso abria uma brecha para que o Estado, quando confrontado com matérias que poderiam denegrir sua imagem, ameaçasse os jornais.

Abreu Junior (1997, p.26) cita que Companhias como Petrobrás, Eletrobrás, Companhia Siderúrgica nacional, Vale do Rio Doce, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Lloyd Brasileiro, Docas, BNDE ocupavam lugar de destaque no elenco dos principais anunciantes de jornais ou no rol de instituições que concediam facilidades a empresas jornalísticas.

Todo regime de força é um regime de eufemismos. A Inquisição, que vigorou em Portugal durante 286 anos, e na Espanha um pouco mais, foi um período de eufemismos, de disfarces semânticos para mascarar a violência. Havia um vocabulário de palavras muito específicas, que queriam dizer às vezes justamente o contrário. Durante o regime militar também foram se criando palavras especiais para disfarçar. Por exemplo, todas as ações armadas eram terrorismo. Nunca era guerrilha urbana ou rural. Era terrorismo. Isso é uma opção semântica. Já em 1964, veio uma recomendação do pessoal ligado ao Golbery (Golbery do Couto e

Silva) aos jornais para não usar a palavra camponês. (DINES apud ABREU JUNIOR, 1997, p. 28)

O jornal *Correio da Manhã* em 1969, teve suspensão de publicidade e sofreu agressões como atentados a bomba, confisco e prisões.

No dia seguinte à sua prisão, Niomar foi levada para o depósito São Judas Tadeu, cárcere das ladras, toxicômanas e prostitutas. Lá, quiseram obrigá-la a vestir o uniforme de presidiária. Tomaram-lhe os direitos políticos, cortaram-lhe a propaganda oficial (equivalente a mais de um terço do conjunto do mercado publicitário) e suspenderam a circulação do *Correio* por cinco dias. Depois cedeu o controle do jornal, arrendando-o a um empreiteiro, e despediu-se com um artigo que dizia: “Condenada ou posta em liberdade, não tenho, no momento, mais lugar neste país para continuar a minha missão. Viramos todos máquinas (...). Do contrário, é expor-se a todas as torturas físicas e morais, como as que passei”. (ANDRADE & SILVEIRA apud GASPARI, 2002, p.215)

Entre 1969 e 1973, O *JB* sofreu muito com a autocensura. No que diz respeito à publicidade na imprensa alternativa, esta não contava com tamanha publicidade oficial, o que neste caso o boicote não representava uma grande ameaça. Porém, isso não impedia que empresas privadas fossem obrigadas a retirar seus anúncios.

No governo Geisel, os jornais eram controlados por seu assessor de imprensa, pelo Ministério da Justiça, como também pelo gabinete militar chefiado pelo general Hugo de Abreu, que na época marcava com lápis vermelho o que não gostava quando lia o *JB*. Então o *Jornal do Brasil* resistia frente às reclamações oriundas do governo, tentando sempre proteger sua integridade editorial.

O *JB* sofreu um enorme bloqueio econômico chegando até a perder 10% de sua receita de publicidade, e o jornal assumiu um papel defensivo frente a um combatente que dificilmente perderia a guerra naquele momento, ou seja, o jornal cedeu às pressões, como meio de sobrevivência. É importante destacar que a maior parte da grande imprensa adotou a autocensura ou submeteu-se a ela para não entrar em concordata e posterior falência.

Em 29 de dezembro de 1969, uma circular interna do diretor José Sette Câmara para o editor chefe Alberto Dines foi editada para configurar mudanças de rotas no *JB*. Essa circular continha instruções para o controle de qualidade e problemas políticos. Jornalistas e funcionários foram escolhidos para fazer parte do grupo de controle de qualidade e esses escolhidos teriam responsabilidades delegadas, tendo que discernir o que era de interesse da empresa.

O exercício da liberdade de imprensa deveria ser pautado através do bom senso e da prudência. O *JB* então não é a favor nem contra o governo assumindo uma postura neutra. De acordo com a circular interna de Sette Câmara, o *Jornal do Brasil* não é jornal de situação, nem de

oposição, mas continuaria lutando pela restauração da plenitude do regime democrático. Com isso, os jornalistas teriam que usar todos os recursos de inteligência, sem correr os riscos de desafiar o governo, já sabendo de antemão que a luta seria desigual. Havia questões que mereciam extremo cuidado como: subversão, igreja, economia e movimento estudantil de contestação e luta armada.

O alternativo *Opinião*, em 1972, após sofrer vários tipos de ataque desde censura prévia até atentado a bomba e prisões de donos e diretores, evitou depender de grandes anunciantes, procurando a auto-suficiência através das vendas, além de limitar a receita dos anunciantes em 20% para que estes não representassem poder decisório nas editorias. Na verdade, anunciar no *Opinião* não era visto com bons olhos, pois este criticava fortemente o governo.

A imprensa alternativa não resistia muito tempo diante da censura. O jornal *Opinião*, por exemplo, que teve início em 1972 e sobreviveu até 1977, foi censurado desde o oitavo número. Jornalistas foram presos e o dono Fernando Gasparian não escapou de vários interrogatórios.

Aquino (1999, p.216) comenta que a edição de *O Pasquim* n° 300, em 1975, foi à primeira “sem censura” desde 1970. E Millôr Fernandes esclarece que apesar do *Pasquim* circular, isso não significava liberdade, porque a censura representava-se de maneira velada, alegando que a responsabilidade estava na mão dos jornalistas.

Uma curiosidade descrita pelo pessoal do *Pasquim* consistia no fato de que a censora D. Marina era uma pessoa fácil de negociar a publicação de determinadas matérias. Esta censora ao longo do dia conversava e bebia com a equipe e assim, matérias eram liberadas. Mais tarde D. Marina Brum Duarte é demitida e substituída. Bem diferente dessa situação, o jornal *Repórter* não teve a mesma sorte com a censora citada anteriormente, pois esta fez duras críticas ao jornal alegando representar uma provocação aos órgãos de segurança, com mensagens que agitavam e desprestigiavam as autoridades vigentes, como esclarece Kushnir (2004, p.196).

No caso do semanário *Opinião*, a censura realizada na redação não foi suficiente, pois houve a troca da equipe de censores por outros mais rígidos, sendo que mais tarde o material já deveria ser enviado a Brasília para depois ser devolvido. Dessa forma a censura passa a ser mais punitiva, porque se fazia uso da transferência da atividade censória para um outro local que não era a redação ou gráfica do jornal.

Os anunciantes do alternativo *Coojournal* também sofreram ameaças por parte da Polícia Federal, visto que o jornal havia publicado artigo de cassação de direitos políticos de determinadas pessoas em 1977. A revista *Boca do Inferno* teve suas gráficas impedidas de imprimir a tiragem mensal, e no caso da *Versus* foi suspenso o fornecimento de papel, pois a empresa fornecedora fora avisada que a Receita Federal havia cancelado a licença de publicação da revista.

Apreensões de tiragens inteiras eram realizadas a fim de prejudicar a imprensa, e veículos da grande mídia, como *Correio da Manhã*, *Tribuna da Imprensa*, *O Estado de São Paulo* sofreram confiscos. A mídia alternativa também não ficou de fora. Isso representava uma enorme perda de dinheiro, materiais e trabalho.

Luís Alberto Bettancourt, diretor do Repórter, declarou que essa modalidade de pressão contribuía mais para acabar com a imprensa alternativa, que muitas vezes operava com estreita margem de lucro (...) O próprio Repórter sofreu 15 apreensões entre 1977 e 1982. (KUSHNIR, 2004)

As notícias eram controladas pelo Estado, pois a ele pertenciam, não sendo tratadas como um bem público ou produto da esfera pública. Os temas como seqüestros, greves, sucessão presidencial, movimentos estudantis, inflação, corrupção eram censurados, porque suscitaria insubordinação do povo. O governo tinha a intenção de restringir e manipular o acesso às notícias através de uma prática também conhecida como a sistemática negativa de responder à imprensa adotada por ministros e outras autoridades. Até problemas de saúde pública eram proibidos, como foi o caso do surto de meningite em São Paulo no ano de 1974.

O surto de meningite que matou mais de 200 pessoas em São Paulo, só neste mês de julho, não é lamentável apenas por suas conseqüências ou por revelar dramaticamente a precariedade do sistema de saúde pública do estado que se orgulha de ser o mais rico da federação. Talvez ainda pior que tudo isso seja o fato de que, com ele, atingiu o seu ponto mais alto também a epidemia da desinformação e ocultamento de fatos que as administrações públicas, a todos os níveis, resolveram desencadear faz algum tempo. (...). (ROSSI apud ABREU JUNIOR, 1997, p. 47)

O regime autoritário também, como forma de coibir a informação, impedia o exercício da profissão por certos jornalistas, e estes podiam ser alvos de longos processos judiciais que incluíam os donos e diretores de jornais. Agressões físicas e torturas tornavam-se praticas costumeiras. Os diretores e jornalistas eram os maiores responsabilizados pelas matérias censuradas, inclusive havia enorme pressão para que diretores entregassem à polícia o nome dos jornalistas autores de matérias que iam contra o regime.

Também não ficavam de fora jornaleiros e outros trabalhadores sujeitos a formas de maus tratos. Bancas de jornais eram alvos de bombas, assim como as redações, sucursais e gráficas, as quais eram destruídas. Órgãos repressivos como a Oban (Operação Bandeirantes) e o DOI (Destacamento de Operações de Informações) se voltavam contra a imprensa. Entre as empresas jornalísticas que sofreram atentados podemos destacar: *Tribuna da Imprensa*, *Correio da Manhã*, *O Estado de São Paulo*, *Movimento*, *Coojornal*, *Tribuna da Luta Operária*, *Hora do Povo*, *Em Tempo*, *Opinião* e a sede da ABI.

O jornalista Ricardo Kotscho, do *O Estado de São Paulo*, foi perseguido por um carro sem placa ao caminhar pela rua com sua mulher, na época estudante universitária. Carlos Garcia, chefe da sucursal do jornal acima citado, foi preso em março de 1974, provavelmente pela veiculação de uma matéria sobre a invasão do escritório do líder do MDB na Assembléia Legislativa de Pernambuco, Jarbas Vasconcelos, por pessoas supostamente ligadas ao regime militar. Ele foi submetido a espancamentos e choques elétricos.

O jornalista Luís Alberto Betancourt, que escrevia para *O Globo* e também era diretor do *Repórter*, foi processado 22 vezes nos termos da Lei de Segurança Nacional e 19 nos termos da Lei de Imprensa. Em 1970, a equipe inteira do Pasquim foi detida durante sessenta dias.

O cancelamento de credenciais também era uma prática de controle da atividade dos jornalistas. Então, quando um jornalista precisava fazer uma cobertura de uma repartição do governo, tinha de ser selecionado e receber uma credencial pelas autoridades de segurança ou informação do SNI. O que acontecia, na maioria dos casos, era a negação dessas credenciais. Smith (2000, pp.89-90) conta que o jornalista Antonio Carlos Pereira, da sucursal de Brasília de *O Estado de São Paulo*, observou que quando a credencial era cancelada vinha acompanhada da explicação de determinada antipatia de um militar em relação a certo jornalista. O cancelamento era uma arbitrariedade profissional, política ou pessoal.

O caso mais notório de violência contra jornalistas foi o de Vladimir Herzog, que em 1975 foi preso, torturado e assassinado, após ter sido intimado a se apresentar ao DOI para prestar depoimento. Sua morte gerou comoção nacional que culminou numa manifestação da qual participaram o Cardeal Evaristo Arns e dez mil pessoas. A revista *Veja* foi proibida de noticiar o assassinato do jornalista, em outubro na sede da Oban (Operação Bandeirante).

2.1. O Jornalismo Engajado

Desde a invenção da imprensa, com a reprodução de textos pela prensa móvel por Johannes Guttenberg, no século XV, os jornais já manifestavam seu caráter subversivo, porém na forma de panfletos e folhetins. Bem lembrado na série Cadernos da Comunicação sobre o tema “Imprensa Revolucionária”, o jornal, como conhecemos hoje, é filho legítimo da Revolução Francesa, incorporando seus ideais de igualdade, fraternidade e liberdade. Nesta série (2008, p.21) os organizadores ressaltam que o jornalismo representa a síntese do espírito moderno, ao buscar a razão, a verdade, a luta contra o obscurantismo, os direitos humanos, a justiça social e a ampliação do conceito de democracia. O saber já não deveria estar concentrado nas Universidades e na Igreja.

Martinho Lutero já no século XVI, promulgando a reforma protestante, contribuiu para abalar as estruturas da Igreja Católica com dois princípios básicos: a salvação pela fé e não pelas práticas religiosas e a inutilidade de mediadores entre os fiéis e Deus. Quando excomungado e exilado na Saxônia, traduziu a Bíblia do latim para o alemão, o que representou a base da língua alemã. Isso foi culminante no processo de mudanças, principalmente no que concerne a dessacralização do saber.

As bases ideológicas para a eclosão da Revolução Francesa concentravam-se no Iluminismo, que propunha a reorganização da sociedade com uma política centrada no homem, garantindo-lhe liberdade. Somente através da razão o homem alcançaria o conhecimento e a liberdade individual.

Logo, a imprensa obteve um maior engajamento político expondo a vida social, realizando críticas e fazendo uso da liberdade de pensamento. E em 26 de agosto de 1789, em Paris um dos artigos da Declaração dos Direitos do Homem estabelecia a liberdade de imprensa, todavia ainda de forma limitada. “Em janeiro de 1789, existiam em Paris apenas dois jornais periódicos. Em dezembro do mesmo ano, já eram 25 periódicos, todos imbuídos em instruir o público e em supervisionar poderes” (CADERNOS DA COMUNICAÇÃO, série 20, 2008, p.24).

O jornalismo revolucionário teve como esteio o pensamento marxista, tendo início com a união de Marx e Engels, no século XIX, por meio de trabalhos na *Nova Gazeta Renana*, fomentando lutas populares contra o modelo capitalista. Mais tarde Lênin e Trotsky se utilizam do jornalismo como forma de esclarecimento das massas, sua articulação como um meio para alcançar a transformação da sociedade e sua realidade.

No Brasil, no início do século XIX, circulava o primeiro jornal em língua portuguesa o *Correio Braziliense*, fundado em 1808 por Hipólito da Costa em Londres. E até 1889, a imprensa brasileira se revela engajada nas lutas sociais, incitando a Abolição da Escravatura, a crise da monarquia e os movimentos de independência. Ainda na primeira metade do século XIX, jornais como o *Observador Constitucional*, do qual fazia parte o jornalista Líbero Badaró, o *Aurora Fluminense* lançado por Evaristo da Veiga no Rio de Janeiro já polemizavam.

Com o Manifesto Comunista em 1848, surgiram jornais com ideologias anarquistas, socialistas e comunistas. Em 1847, é publicado *O Proletário* e em 1856, *O Eco da Imprensa* no Rio de Janeiro. O semanário *Democracia* foi publicado em 1867 em São Paulo. Em 1878 três semanários nasceram no país: *O Internacional* em Recife, *O Socialista* em Salvador, *O Socialista* no Rio de Janeiro, *O tribuno Socialista* em Pelotas. *O Democracia Social*, também em Pelotas, foi lançado em 1893. Jornais sindicalistas como: *O Brado dos Miseráveis*, *O Carbonário*, no Rio de Janeiro em 1881 e *O Grito dos Oprimidos*.

Na primeira metade do século XX, o semanário *A Crônica Subversiva* é fundado por Astrogildo Pereira Duarte da Silva, após sua viagem para a França, experiência que foi fundamental na construção de sua ideologia política. Mais precisamente em 1º de maio de 1925, temos o jornal *A Classe Operária* fundado por ele e Otávio Brandão, no Rio de Janeiro, sendo o jornal oficial do Partido Comunista Brasileiro, consolidando a filosofia marxista.

Deve-se salientar que Astrogildo Pereira foi o responsável pela fundação do PCB no Rio de Janeiro, no dia 25 de março de 1922, reunindo os comunistas de todo o país, e em 1927, na Bolívia, ao se encontrar com Luís Carlos Prestes, o convida para fazer parte do Partido Comunista. Também em 1927, os comunistas tiveram a direção do jornal diário *A Nação*, de circulação significativa. Astrogildo também atuou como crítico literário.

Mais tarde Astrogildo participa da imprensa partidária e escreve para revistas *Problemas da Paz* e do *Socialismo, Estudos Sociais e Novos Rumos*, além do jornal *Imprensa Popular*. Em 1965, publica artigos para a revista *Civilização Brasileira*. Ele, anteriormente, já atuava como crítico literário.

Várias personalidades contribuíram para o jornalismo engajado através de suas idéias comunistas como: Carlos Drummond de Andrade no jornal *Tribuna Popular*, Oscar Niemeyer, Mario Lago; Otto Maria Carpeaux, Ferreira Gullar em *A Folha da Semana*; Vinicius de Moraes, Di Cavalcanti, Portinari, Jorge Amado em *Hoje*, dentre outros. Outro jornal que marcou época foi *A Folha da Semana*, tendo como colunistas Paulo Francis, Leandro Konder e Carpeaux, Sérgio Cabral como um dos diretores e jornalistas como Arthur Poener, Anderson Campos e Alfredo Tranjan.

Para Kucinski (1991, p.4), após 1967 surge uma geração de jornais a partir do imaginário da Revolução Cubana, e de uma guerrilha continental. São eles: *O Sol, Poder Jovem, e Amanhã*. Ele explica que em quase dois anos houve um período sem jornais alternativos, porque as lutas pelo espaço público forçaram a retomada do jornalismo crítico pela grande imprensa. Além do mais, esse período teve como pano de fundo o movimento das lutas estudantis, o maio de 68, a guerra do Vietnã e as guerrilhas urbanas.

Em fins de 69, surge a fase mais rica da imprensa alternativa como símbolo de resistência político-cultural, sobressaindo *O Pasquim* e *Opinião*. A partir de 1974, quando os presos políticos voltam à vida civil através da mídia alternativa, os jornais se multiplicam, dentre eles *Versus, Movimento, De Fato e Coojornal*. Já a partir dos movimentos de campanha da Anistia surgem *Repórter, Resistência e Maria Quitéria*.

O autor esclarece que os intelectuais que colaboravam com a imprensa alternativa fizeram parte da geração que viveu a queda do nazi-fascismo e do Estado Novo. Os mais jovens vieram dos movimentos estudantis da década de 60, os quais passaram pela luta armada e prisões. Isso sem

contar que os recém-formados em jornalismo, os focas. Assim surgiu um estivo alternativo de se fazer jornalismo, tendo diagramadores, humoristas, cartunistas que se formaram nesses jornais (KUCINSKI, 1991, pp.5-6).

A revista *Realidade*, por exemplo, criada em 66, marcou época pelo seu estilo ao realizar críticas sociais, discutindo costumes. Houve momentos em que os jornais alternativos partiam para o ataque direto ao regime e isso era fatal, uma espécie “jornalismo Kamikaze”. Em 1968, houve jornalistas da base da Ação Popular que rejeitaram a diretiva de cair na clandestinidade e se misturar ao povo. Originaram os jornais existencialistas e antidoutrinários. Foram os criadores do *Bondinho* (1970), *Jornalivro* (1971), *Grilo* (1971), *Foto-Choq* (1973), *Ex* (1973), *Viver* (1975), *Mais Um* (1976), *Extra-Realidade Brasileira* (1976), *Domingão* (1976). Os que aceitaram as diretivas se uniram ao jornalismo de Raimundo Pereira em torno do *Amanhã* e da equipe deste jornal surgiram ramificações: *Opinião* (1972), *Movimento* (1975), *Assuntos* (1976), *Amanhã* (1977), *Em Tempo* (1977), *Bloco* (1979), *Brasil Extra* (1984) e *Retrato do Brasil* (1987). Também nasceram *O Beijo* (1977), *Lampião D’Esquina*, *Jornal da Vila* e *Batente* (KUCINSKI, 1991, p.7).

Humoristas e cartunistas colaboravam com os alternativos sob a liderança de Jaguar, Ziraldo, Millôr e Henfil, que representavam a ideologia política do Rio de Janeiro com muita irreverência. Criaram jornais na década de 70, que marcaram época: primeiro foi o *Pif-Paf* em 1964, *Carapuça* em 1968, o *Pasquim* em 1969, o jornal *Flor do Mal*, de Luis Carlos Maciel em 1970, *Já* (1971), e *Enfim* (1979) de Tarso de Castro e *Fradim*, o almanaque de Henfil.

3. Jornal O Globo nos anos de 1968 e 1969

Percebe-se que o jornal O Globo, nas matérias pesquisadas, tomou uma postura que pode ser interpretada como obediente, comportada e mesmo de adesão ao regime, ou seja, obedecendo as regras impostas pela ditadura. Essa postura também pode ser vista como conformista, sendo a censura utilizada até como pretexto para que se fizesse um jornalismo daquela maneira. Nota-se que não houve uma forma de burlar essa postura através da linguagem metafórica, adotada, por exemplo, pelo *Jornal do Brasil*, pelo *O Estado de São Paulo* e mesmo pela revista *Veja*. Esses periódicos faziam uso de espaços vazios, inclusão de receitas culinárias, poemas, como forma de dizer implicitamente que não concordavam com aquelas imposições, mas que ao mesmo tempo estavam sob censura.

No entanto, salvo as exceções de praxe, a chamada “grande imprensa” adotou uma postura bem comportada ou mesmo de adesão ao regime militar, abrindo mão de sua independência. (...) O uso de substantivos, verbos e adjetivos impregnados de significado, quase sempre negativo, contribuiu para a formação de uma referência modalizada oferecida como absoluta. (ABREU JUNIOR, 1997, p.195)

Vale ressaltar que A Rede Globo, assim como outras emissoras, já naquela época, tinha o poder de interferir na opinião pública, nos rumos da política nacional, com a manipulação das narrativas e a simulação da realidade para o consumo das massas.

Na matéria “Por trás da Tela”, o jornal Fazendo Media, em abril de 2005, sugere a leitura do livro de Daniel Herz “A história secreta da Rede Globo”, o qual relata que em 1962, a emissora assinou dois contratos com a Time-Life, e foi subvencionada por milhões de dólares. De acordo com a matéria, afirma-se que a Globo foi montada com 6 milhões de dólares, enquanto a Rede Tupi foi construída com 300 mil dólares. Além disso, diz que grupo Time-Life seria a linha mais reacionária e retrógrada do Partido Republicano, tendo interesse em manter bases anticomunistas em países como o Brasil. Assim, representaria um suporte que visava apoiar e dar sustentação a ditadura militar no país.

A TV Globo foi inaugurada em 1965, após o acordo realizado entre o empresário Roberto Marinho e o grupo Time-Life, o que consistia em financiamento para a compra de equipamentos e a escolha de um projeto arquitetônico para a emissora. Inclusive, esse acordo fez com que os Diários Associados iniciassem uma campanha nacionalista contra a presença de capital estrangeiro na radiodifusão, então proibida pela Constituição. Compreende-se que essa aliança tornaria a Rede Globo o porta-voz do regime autoritário no país.

As matérias narram os acontecimentos em discursos indiretos e utilizam palavras que denigrem as ações revolucionárias. Aliás, as ações políticas são tratadas como crime comum.

Após a morte do estudante Édson Luís, o jornal O Globo publica a manchete “Estudante morre a tiro no Calabouço”. Na chamada da matéria, nota-se a palavra *aglomerados* como se atribuísse aos jovens a possível situação de criar confusão. Seria melhor usar a palavra *reunidos*. A própria manchete não dá a intenção de que o jovem fora assassinado pela polícia.

Os jovens aglomerados no pátio que chamam de “território livre”, protestavam contra a paralização das obras do estabelecimento, exibindo faixas e cartazes, quando chegou um veículo com soldados da PM, seguindo-se o conflito. (O Globo, 29 de março de 1968)

Nos dias posteriores a morte do estudante, várias manifestações são realizadas. No dia 1º de abril, O Globo tem como manchete: “Exército manterá ordem”. Através de notas, publicadas nas capas, o povo tinha informações vindas do governo, como se fossem avisos de extrema importância.

Chama-se atenção para o fato de que o governo exige tranquilidade à família brasileira, deixando implícito que entre os manifestantes, existem aqueles que são os agitadores e subversivos. São estas pessoas que, para os militares, tumultuam o país. É como se os manifestantes não tivessem conhecimento de seus líderes. Inclusive afirma que os agitadores estão envolvidos na classe estudantil, ou seja, são estudantes. Então, os estudantes são vistos como uma ameaça à ordem, causando desordens e traumatizando a sociedade. Seguem-se o título da matéria e de seus desdobramentos, respectivamente: “Exército Manterá a Ordem”, “Cidade Ocupada” e “Secretaria de Segurança Pública”.

O Exército, através de todos os comandos subordinados, deve estar atento e em condições para assegurar, dentro das instruções do governo, tranquilidade à família brasileira e atividades normais da Nação, proclamou o Ministro Lyra Tavares, em nota oficial ontem distribuída em Brasília (...). (O Globo, 1º de abril de 1968, p.10)

Desde os primeiros minutos de hoje, forças militares, notadamente da Polícia Militar, começaram a ocupar as ruas centrais da cidade e os chamados “pontos críticos”, assim considerados os locais em que habitualmente se concentram os manifestantes, aos quais logo se misturam agitadores e subversivos. (O Globo, 1º de abril de 1968, p.10)

A Secretaria de Segurança Pública, a propósito dos últimos acontecimentos ocorridos na cidade, em que agitadores contumazes, envolvendo a classe estudantil, firmaram seus planos de ações tipicamente contrárias à ordem e à segurança pública (...). Os eventos assinalam uma gama de atos ilegais, de desordens contínuas, de trauma popular e fortalecidos por orientação contrária ao regime. (O Globo, 1º de abril de 1968, p. 11)

Na matéria “Julgamento Sumário”, um estudante, que é escrivão da polícia, sofre um julgamento e depois é linchado. Aqui a palavra *juízo* é grifada, assim como o adjetivo *justificado*. Coloca-se os estudantes como aqueles que estão dispostos a fazer justiça com as próprias mãos. Porém, não se questiona se o estudante-escrivão realmente é um espião, delatando alunos.

Descoberto ontem pelos estudantes a almoçar no Calabouço, este escrivão de polícia, também estudante, foi submetido a **juízo sumário** e logo depois justificado a socos e pontapés, enquanto lhe pintavam no rosto com tinta vermelha, frases contra as autoridades constituídas. (O Globo, 1º de abril de 1968, p.22)

A manchete “A Polícia domina a mazorca e entrega a cidade ao Exército” refere-se à bagunça causada pelos estudantes, utilizando a palavra *mazorca*. A nota expedida por Negrão de Lima, explicita que a PM estava se protegendo e para isso era preciso estar armado. Num outro momento havia a seção intitulada “Inimigos do Brasil”, onde alegava-se que havia arruaceiros entre os manifestantes. Essa era uma forma pejorativa de se referir à liderança do movimento.

Atribui-se ao povo uma certa ingenuidade, como se fosse contagiado inconscientemente pelos agitadores. Ainda incita na população um sentimento não pertencente a ela, ou seja, um sentimento arraigado aos próprios militares e alguns setores da sociedade civil, mas não quer dizer que seja em toda sua extensão.

(...) depois de esgotadas as tentativas para conter, incruentemente os agitadores e depredadores é que autorizou o comando da PM a liberar para as ruas o primeiro contingente armado a fim de em legítima defesa, controlar a situação. (O Globo, 2 de abril de 1968)

Durante todo o dia os arruaceiros tentavam levantar as massas depois de insuflá-las com toda a técnica. Nada conseguiram. À tarde, quando o povo saía dos locais de trabalho, os baderneiros aproveitavam-se da força da concentração popular para agir. A população ultrajada exige que tais elementos sejam tratados como agitadores. Que a mão da lei caia firme sobre esses inimigos do Brasil. (O Globo, 2 de abril de 1968)

Na matéria “Diretor do DOPS prova infiltração de agitadores”, o lead afirma que os *agitadores* já são conhecidos pelo governo, através do seu próprio sistema de informação. Inclusive, não se podiam ter cartazes manifestando oposição ao sistema e muito menos material contendo a figura emblemática de Che Guevara. É como se os *agitadores* pudessem ser reconhecidos até pelo fato de carregarem consigo qualquer coisa que fizesse alusão à política esquerdista.

Na matéria intitulada “Tribunais Populares”, sobre o estudante de Direito que foi agredido no Calabouço, por ser considerado um espião da polícia militar, descreve-se o ocorrido como se fosse uma inquisição. Num outro trecho, ressalta-se a situação dos policiais que eram “massacrados” pelos manifestantes, na sua maioria estudantes, como já se sabia. Outra parte da

matéria tem o subtítulo “Massacre”. Chega-se a atribuir um pretexto para que os soldados pegassem em armas para se protegerem. Utiliza-se o verbo chorar para dar maior dramaticidade.

Todo o movimento estudantil que ontem agitou a cidade foi articulado por notórios agitadores, segundo afirmou em entrevista coletiva à imprensa o general Lucídio Arruda, diretor do DOPS. E como provas exibiu panfletos, cartazes subversivos, bombas “Molotov” e boletins exaltando a figura de “Che” Guevara. (O Globo, 2 de abril de 1968, p.12)

Segundo O Globo apurou, Nilton Nascimento Silva há cinco anos fazia refeições no Calabouço. Anteontem, os dirigentes da FUEC procederam a um levantamento nas fichas de todos os que freqüentavam o local e apuravam que Nilton, embora estudante de Direito, também era escrivão da 14ª. Delegacia Distrital. Quando ele chegou para jantar e pegou a bandeja, tomaram-na de suas mãos. José Ubaldo de Brito, depois de subtrair a arma e a carteira profissional de Nilton, denunciou-o como espião, passando então, a funcionar como “promotor” de “tribunal popular”. Nilton foi condenado a morte por linchamento, mas, aproveitou um descuido, depois de ter o rosto pintado de vermelho com palavras ofensivas, conseguiu fugir. (O Globo, 2 de abril de 1968, p.12)

A constante na tabuleta de registro de entrada era a hospitalização de soldados com lesões generalizadas provenientes de pedradas, pontapés e pauladas. Muitos chegavam chorando a pedir que lhes dessem uma arma para enfrentar os agitadores e defender os seus colegas que, diziam estavam sendo massacrados. (O Globo, 2 de abril de 1968, p.12)

Colegas seus que tentavam perseguir os estudantes foram agarrados, massacrados e depois abandonados em poças de sangue, chamando por socorro. (O Globo, 2 de abril de 1968, p.12)

Nos trechos seguintes percebe-se o caráter narrativo e a imparcialidade ao relatar os dois lados, tanto dos estudantes quanto do governo. Os estudantes da PUC e da UFRJ (CACO) falam sobre o que estão reivindicando. Sempre, nesses casos, essas reivindicações são provenientes da parte dos universitários, e de maneira alguma escritas como comentário dos jornalistas. Os fatos são narrados. Aqui os estudantes são chamados de *mazorqueiros*. Os subtítulos são respectivamente: “PUC e CACO censuram baderna”, “CACO” e “A Polícia Intervém”.

Somos todos contra a atitude de violência tomada pelos policiais do Estado da Guanabara no dia 28 onde a morte de um estudante se verificou. É preciso que o governo puna os responsáveis já por nós mencionados. (O Globo, 2 de abril de 1968, p.15)

Os fatos têm de ficar esclarecidos. Os culpados deverão ser punidos. Sejam eles quais forem, a família estudantil de luto o exige. E não descansará enquanto não forem apuradas as responsabilidades. (O Globo, 2 de abril de 1968, p.15)

A partir das 22 horas de ontem, tropas federais passaram a ocupar o centro da cidade. Substituíram as da polícia militar, que depois de quase quatro horas de luta desigual, travada a cassetete e bombas de gás contra bandos armados de mazorqueiros, infiltrados nos meios estudantis, chegaram a completo estado de descontrole. (O Globo, 2 de abril de 1968, p.15)

Aqui, sob o título “Angústia das Mães”, frisa-se poder estudantil como se fosse algo intimidador, que causasse confusão dentro da própria universidade. Ao falar das mães desses jovens, explora-se o texto com verbos que demonstram desespero, e isso realmente aconteceu. Muitas mães choraram e passaram mal, contudo a matéria mantém um respeito à figura materna, como se isso pudesse ser revertido, posteriormente, numa repreensão ou aviso aos próprios filhos, ao lerem a notícia. O outro trecho tem o subtítulo “Encurralados na sede do Botafogo”.

Desde às 12 h de ontem, pais e mães aflitos, imploravam a seus filhos, nos portões da faculdade ocupada, que saíssem antes que as autoridades tomassem medida enérgica. Muitas mães choravam, preocupadas com a situação dos filhos. (O Globo, 21 de junho de 1968, capa)

Encurralados na sede do Botafogo, onde procuravam refúgio, após fulminante operação que manteve a reitoria e 21 professores da UFRJ sob o domínio do “poder estudantil” durante 3 horas. Mais de 3000 jovens foram presos e submetidos a triagem no DOPS. (O Globo, 21 de junho de 1968, capa)

A seguir, em “Palavras de Ordem” e “Invasão” nota-se que ao esclarecer as reivindicações dos estudantes, se faz questão de frisar que eles estão atacando o governo, ao dizer que eles qualificam o sistema como sendo ditatorial. A palavra *atacar* sugere que a força estudantil quer desordens, massacres em larga escala. Também relata-se a prisão dos estudantes no campo do clube Botafogo. Aqui, menciona-se que os policiais desferem prisões na altura dos rins, mais em nenhum momento essa descrição vem acompanhada de palavras que denotem emoção.

(...) O problema das verbas federais para as universidades, a questão da transformação da UFRJ em fundação, e a exigência sobre a libertação dos estudantes presos, eram temas os principais das discussões. De passagem eram formulados ataques ao governo, qualificado de “ditatorial” por alguns oradores (...). (O Globo, 21 de junho de 1968, p.14)

(...) Os agentes do DOPS e a PM começaram a jogar bombas, quebrando as vidraças da frente do clube, que é invadido por policiais, arrombando as portas. Os estudantes começaram a ser presos, obrigados a deitar-se na grama, moça e rapazes, todas com as mãos sobre a nuca. Policiais desferem-lhes pisões nas costas, quase sempre na altura dos rins. (O Globo, 21 de junho de 1968, página 14)

Sobre a passeata dos Cem Mil, em junho, no Rio de Janeiro, o governo emitiu uma nota em que frisava a sua posição “democrática”, o que coloca, de maneira implícita, os manifestantes na posição de causadores de inquietações e transtornos na sociedade. A matéria é intitulada “Autorizada a Passeata Desde que seja Pacífica”

No dia 27 de junho, na página 18, a matéria sob o título “Passeata Sem Incidentes Paralisou a Cidade”, mostra a fala de Vladimir Palmeira e do professor José Américo Peçanha. Essas falas são veiculadas, mas não se realiza um juízo de valor. O jornal relata, mas não toma partido. Porém, a

existência desses pronunciamentos pode ser compreendida como uma forma de sinalizar o que se pensa do outro lado, ou como uma forma de apenas demonstrar a imparcialidade e o comprometimento com a objetividade.

(...) Que as manifestações se processem em ordem e livremente. Estes são os nossos votos e, seguramente os de toda a população. Nutrimos a esperança de não ter que acionar o dispositivo policial para impedir excessos e violências. Damos uma demonstração de tolerância e espírito democrático. É justo que o nosso gesto seja correspondente pelos que tomarem parte na concentração e passeata anunciada. (O Globo, dia 26 de junho de 1968, p.12)

Esta passeata não é a favor do governo. Ela é dos estudantes, do povo e custou 3 dias de lutas, de pancadaria e de mortes. É uma vitória que a gente conquistou. (O Globo, 27 de junho de 1968, p.18)

O professor leu o manifesto dizendo que o movimento dos estudantes interessa diretamente ao povo e que os mestres estão aprendendo com seus alunos como lutar por reivindicações justas. (O Globo, 27 de junho de 1968, p.18)

Sobre a invasão de policiais civis e militares e do Exército no campus da Universidade de Brasília, a chamada da matéria com o título “Grave Conflito na Invasão Policial do Campus” descreve a violência do acontecimento, sem tomar partido. Aliás, quando se fala nos estudantes feridos prefere-se a generalização, contudo quando um militar também é ferido, menciona-se o seu nome. Aqui o tenente torna-se uma vítima num mesmo grau que o próprio universitário Valdemar, ferido na cabeça.

O terceiro trecho tem o subtítulo “Tudo destruído”, onde fica evidenciada a destruição, em proporções alarmantes, dos laboratórios da universidade. Os laboratórios, locais onde se fomentam conhecimentos, não escapam do desrespeito e da violência.

Apesar das descrições dessa invasão, que são testemunhos do acontecimento, as matérias contêm uma postura de imparcialidade. Em nenhum momento julga-se a atitude dos militares.

Quinhentos policiais civis e militares invadiram ontem de manhã a Universidade de Brasília, em apoio aos agentes federais que lá tentavam prender cinco líderes estudantis, e durante a troca de tiros que travaram com os estudantes balearam na cabeça o universitário Valdemar Alves da Silva e feriram gravemente vários outros. O tenente da PM Casimiro Filho foi baleado na mão. (O Globo, 30 de agosto de 1968, p.11)

Quando as dependências da universidade se tornaram um campo de batalha, as tropas usavam metralhadoras, bombas de gás e fuzis com baioneta e prenderam de início mais de 500 estudantes, a notícia chegou à Câmara e vários deputados e senadores foram ao “campus”. Ao tentarem impedir a repressão policial, inúmeros parlamentares foram agredidos pelos soldados, entre os quais o Deputado Santili Sobrinho (MDB-SP), que tentava libertar uma filha presa. (O Globo, 30 de agosto de 1968, p.11)

A certa altura, durante os conflitos, professores tiveram de intervir porque os policiais estavam quebrando todos os aparelhos dos laboratórios e conseguiram evitar a destruição total. Houve prejuízos estimados em NCr\$ 1 milhão, e segundo os mestres várias faculdades não poderão funcionar até pelo menos o fim do ano, pois a aparelhagem ficou inutilizada. (O Globo, 30 de agosto de 1968, p.11)

Os cinco líderes estudantis procurados eram: Honestino Guimarães, Paulo Sérgio Ramos Cassis, Paulo Speller, Samuel Yusuru Baba e Maura Motta Burlamaqui. A matéria “Advogado busca em vão Honestino pelos quartéis” continha a foto de Honestino Guimarães, o principal líder. Percebe-se que o próprio título traz desesperança em relação à busca, como se nada fosse adiantar.

O advogado do universitário Honestino Guimarães, Sr. João Pelles, disse a O Globo que tão logo teve conhecimento de sua prisão procurou localizá-lo. Percorreu todas as delegacias de Polícia de Brasília e da Polícia Federal e todas as unidades militares com sede na capital, sendo informado de que ele não estava em nenhuma delas. (...) as pessoas ouvidas pelo advogado afirmaram que o líder estudantil havia sido barbaramente espancado pela polícia. (O Globo, 30 de agosto de 1968, p.11)

O ministério da Justiça colocou uma nota em que o reitor da UNB é processado por crime de responsabilidade. As reuniões dos alunos são vistas como subversivas.

Fontes do Ministério da Justiça informaram a O Globo que é intenção do Governo processar o Reitor Caio Benjamin Dias por crime de responsabilidade e por ter cedido salas para reuniões subversivas. (O Globo, 30 de agosto de 1968, p.11)

Sobre a invasão dos policiais no Congresso de Ibiúna, os estudantes são vistos como agitadores e os líderes têm seus nomes mencionados na matéria jornalística. Na verdade, eles eram caçados e procurados como criminosos. A matéria vem com o título “Agitadores estudantis começam a depor hoje”, e possui a foto de Luís Travassos e José Dirceu chegando ao DOPS. A UNE estava na clandestinidade e foi mencionada como *ex-UNE*, como se não existisse. Isso é uma forma de enfraquecer o movimento.

As autoridades da Secretaria de segurança de SP começam a ouvir hoje os 739 estudantes presos durante fulminante ação policial no sítio Murundu, em Ibiúna, quando participaram do XXX Congresso da ex-UNE, para a escolha do sucessor de Luís Travassos. (O Globo, 12 de outubro de 1968, capa)

O jornal do dia 13 de dezembro vem com a manchete: “Decisão da Câmara Desencadeia Inquietação nas Forças Armadas”. No dia 14 de dezembro a manchete “Gama e Silva: Ato Institucional visa preservar a Revolução e a defender o Regime”, expõe o regime militar insistindo no discurso de que é um governo “revolucionário” e que os subversivos seriam os responsáveis pela intranquilidade do povo brasileiro. Os papéis se invertem, quando o governo diz temer a traição.

A decisão da Câmara ao negar ontem por 216 votos contra 141 a licença do deputado Márcio Moreira Alves desencadeou grande inquietação nas Forças Armadas. O presidente Costa e Silva deverá optar por uma das duas fórmulas. 1) Recesso do Congresso através do AI ou Adicional 2) Decretação do estado de sítio. (O Globo, 13 de dezembro de 1968, capa)

(...) muitos não quiseram compreender a Revolução e, pouco a pouco, forças adversas iniciaram um processo de agitação e subversão, gerando intranquilidade pública e prejudicando as exigências fundamentais do povo brasileiro. (...) A Revolução não podia falhar a seus propósitos. Não podia ser traída. Fatos recentes de pleno conhecimento público criaram uma preocupação constante no Presidente da República. (O Globo, 14 de dezembro de 1968, capa)

Os trechos intitulados respectivamente “Chandler a primeira vítima”, “Elbrick 2 meses de Brasil”, “Impressões de vitalidade” e “Lei de Segurança enquadra e pune seqüestradores” revelam a necessidade de mostrar que o embaixador Charles Elbrick é uma pessoa cativante, simples, que adorou conhecer o país e que, além disso, tem um cãozinho chama Tony. Constrói-se uma figura dócil e, assim, cria-se implicitamente que só mesmo pessoas perigosas poderiam seqüestrar um homem tão bom e gentil. Num outro trecho, o governo expediu uma nota já alertando a população em relação às penas aplicadas aos seqüestradores, como forma de já intimidar qualquer outra possível ação futura.

(...) No dia 12 de outubro de 1968, o capitão Charles Rodney Chandler foi metralhado, em São Paulo. Chandler, que havia sido instrutor antiguerrilheiro e ex-combatente no Vietnã, foi assassinado quando saía de casa em companhia do filho de 9 anos. (O Globo, 5 de setembro de 1969, p. 7)

(...) revelou-se uma figura humana simpática, com seu tipo grandalhão dividindo atenções com os repórteres e o inseparável “Tony”, o cocker de estimação da família. (O Globo, 5 de setembro de 1969, p. 7)

Viajando com minha esposa, por este grande país, no pouco tempo desde que aqui chegamos, ela e eu ficamos profundamente impressionados com sua grandeza e com a vitalidade de seu povo (...). Era, sem dúvida, um pronunciamento de um Embaixador, mas o era também de um homem que revelava carinho por sua missão. (O Globo, 5 de setembro de 1969, p. 7)

(...) diz o artigo 6 que a pena para quem violar imunidades diplomáticas, pessoais ou reais, ou de chefe ou representante de nação estrangeira, ainda que de passagem pelo território nacional, é de 6 meses a 2 anos de reclusão, além da aplicação ao criminoso das penas previstas no Código Penal para infrações desta natureza. O artigo 25 da mesma lei que prevê a pena de 2 a 6 anos de reclusão para quem praticar “massacre”, devastação, saque, seqüestro, incêndio, depredação, atentado pessoal, ato de sabotagem a terrorismo. (O Globo, 5 de setembro de 1969, p. 7)

Em 5 de setembro de 69, com os títulos “Proposta dos terroristas” e “Itamarati: seqüestro é ato terrorista contra o Brasil”, lê-se a publicação da carta manifesto, que representou uma ação de

grande audácia, e a petulância do governo em afirmar que interpreta o pensamento do povo. Sobre o manifesto, os revolucionários poderiam contra-atacar toda a manipulação feita sobre suas ações. Seria possível mostrar-se sem deturpações.

(...) Estamos na Semana da Independência. O povo e a ditadura a comemoram de maneiras diferentes. A ditadura promove festas, paradas e desfiles, solta fogos de artifícios e prega cartazes. Com isso ela não quer comemorar coisa nenhuma: o que ela quer é jogar areia nos olhos dos explorados, instalando uma falsa alegria com o objetivo de esconder a vida de miséria, exploração e repressão que vivemos (...). (O Globo, 5 de setembro de 1969, p.6)

O governo brasileiro sabe que interpreta o pensamento do povo quando manifesta a sua mais veemente repulsa àquele ato criminoso e está seguro de que a população compreende que esse inominável atentado contra a intangibilidade pessoal do representante diplomático de um país amigo representa, ademais, um ato de puro e simples terrorismo em detrimento do prestígio internacional do Brasil. (O Globo, 5 de setembro de 1969, p.8)

O jornal do dia 8 de setembro de 1969 tem a manchete “SALVO” e outro título também tem destaque: “EUA ao Governo do Brasil: Obrigado!”. A foto principal mostra o embaixador americano com sua esposa, e vem acompanhada da seguinte legenda: “A coronhada - A esposa do Embaixador Elbrick observando com horror o ferimento na cabeça do marido”. Em nenhum momento o rosto da esposa de Elbrick denota horror, embora demonstrasse preocupação. O embaixador João Batista Pinheiro, representante do Brasil, elogiava a gentileza do governo do México.

O embaixador elogiou a prestimosidade do governo do México ao conceder o asilo territorial, colaborando para solucionar o gravíssimo problema, e informou que os quinze subversivos ficaram hospedados no Hotel del Bosque, até que cada um decida sobre seu próprio destino. (O Globo, 8 de setembro de 1969, capa)

Aqui fica evidenciada a diferença entre o discurso do embaixador e o que se veiculou na mídia. Ele afirmou que foi bem tratado pelos jovens seqüestradores. Inclusive, traz à memória uma passagem do livro “O seqüestro dia a dia”, de Alberto Berquó (1997), que expõe a relação de Elbrick com os militantes políticos:

(...) O Embaixador dos EUA, em declaração à imprensa, agradeceu as providências tomadas pelo governo brasileiro para salvar-lhe a vida. Disse que não foi cloroformizado, como chegou a ser noticiado, e que teve bom tratamento por parte dos seqüestradores, “que eram todos jovens”. (O Globo, 8 de setembro de 1969, capa)

Franklin e Toledo conversam com o embaixador. No dia seguinte ao seqüestro já se havia estabelecido uma relação de cordialidade entre eles. Os seqüestradores tinham se enganado redondamente acerca das posições políticas do refém. (BERQUÓ, 1997, p.111)

3.1. Jornalismo, discurso e memória

Abreu Junior (1997, p.195) expõe que o jornalismo como campo de produção do discurso, representa uma oferta da realidade que produz referências, podendo ser ou não absorvidas pelo leitor. Para o autor essa atribuição negativa foi definida pela própria mídia, porque antecede à instituição da censura, pois palavras como “terroristas”, “terror”, “bando” e “bandido” já apareciam na imprensa antes de dezembro de 1968, ou seja, antes do AI-5. Ele esclarece que o “dizer” também significa “não dizer”. Então os jornais construíam uma imagem pelo que informavam e, sobretudo pelo que não informavam. A censura não foi a única responsável pelo silêncio.

A metáfora ideal de um bom jornal talvez seja a do caleidoscópio, em que cada observador capta uma visão própria da realidade em constante movimento. O problema é que a matéria-prima do jornalismo é um bem tão volátil quanto a imagem do caleidoscópio: a ideologia.(...) Na verdade, o jornal abre janelas para que o leitor veja o mundo, com as limitações próprias de qualquer janela e, simultaneamente, com o horizonte que ela nos oferece. (ABREU JUNIOR, 1997, p.197)

O autor, em sua tese de mestrado “As manobras da Informação”, anexou uma cópia do documento do Ministério do Exército em que um grupo de alunos da Escola de Comunicação é responsabilizado pelo caráter subversivo, por reivindicar melhorias na própria faculdade. Os alunos são chamados de agitadores e são punidos com suspensão de suas funções. No documento consta até o endereço de suas residências.

Agitadores estão agindo na escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, procurando pretextos para que haja intervenção, das autoridades responsáveis, no estabelecimento, seguida de interrupção das aulas. (...) Utilizam para isso a técnica de “grevilhas”, isto é, invadem salas onde estão sendo ministradas aulas, interrompem-nas e, durante alguns minutos expõem seus argumentos, quase sempre visando à greve. (...) Nas paredes do DA da Escola de Comunicação estavam colados, até há pouco tempo, cartazes que, de mistura com reivindicações de interesses dos alunos, faziam também a apologia de temas, idéias e “slogans” de caráter subversivo. (ABREU JUNIOR, 1997, p.56)

Palavras como “revolução”, “golpe”, “guerrilheiros”, “terroristas” expressam juízos de valor sobre o fato narrado. Após o golpe de 1964, expressões iam perdendo seu sentido original, o que se pode notar com o uso da palavra “subversivo”, caracterizando aqueles que se opunham ao poder político e ao mesmo tempo utilizada definir os que praticavam a corrupção.

Numa sociedade democrática, em que vários segmentos tenham acesso a meios de informação que expressem suas visões de mundo, a oferta de realidade tende a representar uma opção livre de consumo de notícias e, portanto, de ideologias. Numa sociedade autoritária, em que a circulação de idéias é restrita, a realidade apresentada tem chances de ser absorvida, compondo um quadro hegemônico que

anula o contraste, um dos ingredientes básicos do discurso jornalístico.” (ABREU JUNIOR, 1997, p.195)

“No Novo Dicionário Aurélio, o vocábulo “subversivo” é definido como aquele que pretende destruir ou transformar a ordem política, social e econômica estabelecida; sendo um revolucionário” (ABREU JUNIOR,1997,pp.15-17). Entretanto, durante o regime militar, essa palavra tem outra conotação. “Um revolucionário é o subversivo que derrubou o regime. Já um terrorista costuma ser visto como uma pessoa com distúrbios patológicos e imprópria para a convivência social. Claro, antes de derrubar o regime” (ABREU JUNIOR, 1997, p.18).

O termo “terrorista” é usado para rotular pessoas que se articulavam em organizações de esquerda, onde manifestavam o descontentamento com o sistema . As ações “terroristas”, que incluíam os seqüestros de embaixadores, ganhavam destaque na cobertura jornalista pelo próprio caráter espetacular. E os meios de comunicação contribuíam para alcançar os objetivos das organizações.

Se pensarmos a língua como suporte dos processos discursivos e o imaginário como condição necessária para a produção de sentido, podemos afirmar que os discursos percorrem uma linha tênue demarcada pelas formações ideológicas, nas quais eles se constituem, e por autonomia relativa da língua, ferramenta básica sem a qual não há discurso. (...) Tudo o que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia. (BAKHTIN apud ABREU JUNIOR,1997, p.11)

Abreu Junior (1997, p.12) esclarece que o título, o texto, a foto, a localização da matéria na página, a escolha da página compõem o discurso jornalístico. A palavra, o menor dos fragmentos do discurso, na maioria das vezes é o mais revelador. Ele ressalta que o leitor tinha que entender o código estabelecido no processo de produção da informação e, dessa forma, compreender os eufemismos e as metáforas, o por que das publicações dos poemas, receitas culinárias, desenhos de diabinhos na revista Veja, espaços em branco, notas no pé da página que desmentia o que foi dito em versão oficial. Além disso, essa compreensão também dependia da visão de mundo do leitor.

Era um jogo duplo. Alguém impõe e o outro tem que entrar no código para ser entendido. Você tem que entrar no jogo porque passa a ser uma palavra de uso corrente. Eu posso garantir que isso não surgiu de repente. Chegava esparsamente, através de notas, recomendações.

(DINES apud ABREU JUNIOR, 1997, p.28)

O Livro Negro, criado por iniciativa de Alberto Dines, reúne anotações de funcionários e ordens ditadas pelo telefone ou mostradas, as quais resultavam na censura sofrida pelo jornal. Com isso, torna-se importante fonte de estudo das proibições do regime em relação à imprensa.

De 14 de setembro de 1972 a 6 de 1973, o livro Negro do jornal do Brasil registrou 133 proibições ao longo de 440 dias. Desse total, menos de 20% das restrições vinculavam-se aos temas terrorismo e subversão, que fora a justificativa para a censura prévia na imprensa dezesseis proibições diziam respeito a pronunciamentos e manifestações de membros da Igreja Católica. O mais censurado era D. Hélder Câmara, na época arcebispo de Olinda e Recife. (ABREU JUNIOR, 1997, p.31)

A Divisão de Censura da Polícia Federal proibia a divulgação de notícias sobre guerrilhas, grupos clandestinos, prisões e mortes de militantes. Havia a preocupação de que esses fatos pudessem desencadear mais oposições ao regime em proporções mais alarmantes.

Muitas vezes os jornais eram procurados pelas famílias dos presos políticos como forma de tentar localizá-los, evitando também a morte dos mesmos caso fossem submetidos à tortura.

De acordo com a advogada Rosa Cardoso, que defendeu cerca de 200 presos políticos entre 1969 e 1977, no Rio e em São Paulo, o objetivo era através, da divulgação da prisão, chamar atenção da opinião pública e das autoridades e, assim, garantir a vida do detido. (ABREU JUNIOR, 1997, p.42)

Como não se podia criticar o governo brasileiro, os jornalistas procuravam denunciar os governos semelhantes no exterior, tentando fazer com que os leitores conseguissem estabelecer um paralelo entre os acontecimentos.

Os órgãos de segurança anunciavam genericamente o “aniquilamento” ou a eliminação dos focos de “subversão”, o que implicava muitas vezes a morte dos militantes. As notas oficiais falavam que militantes “morreram em tiroteio”, optando pelo verbo “morrer” que oculta o responsável pela ação. (ABREU JUNIOR, 1997, p.111)

Sobre as matérias referentes aos seqüestros, por exemplo, o repórter não tinha acesso fácil à fonte identificada com os guerrilheiros, para conhecer “o outro lado”. Então, vai existir uma dificuldade na apuração. Contudo, no sistema vigente, os guerrilheiros não teriam e não mereceriam voz na imprensa, pois essas pessoas eram vistas como criminosos comuns. No caso de assaltos à bancos, era comum que veiculassem informações de que o dinheiro seria usado para o pagamento de salários de uma empresa. “Os jornais não informavam, no entanto, que o seguro bancário cobria os “prejuízos” impostos pelo assalto e que, portanto, os trabalhadores acabariam recebendo salário” (ABREU JUNIOR, 1997, p. 144).

Para aqueles que estão no poder, a memória e o esquecimento são instrumentos que colaboram tanto para o esclarecimento da sociedade como também para sua dominação, alienação.

Ribeiro (1995, p.21) esclarece em sua tese “A História de Seu Tempo: a imprensa e a produção do sentido histórico”, que a memória oficial se opõe às várias memórias coletivas, sendo

que a primeira contém “zonas de sombras, silêncios, esquecimentos e repressões”, enquanto a segunda vão lidar com fatos “não permitidos ou ignorados pela visão dominante”.

A memória de uma sociedade é encontrada, sobretudo, na mídia. É através dos meios de comunicação de massa que o contexto histórico é visto como verdadeiro, e acontecimentos veiculados transformam-se em fatos históricos. Essa verdade absoluta que é encarada pelo leitor, deu-se pelo fato da neutralidade e imparcialidade do jornalismo no século XIX e depois nos EUA nos anos 20 e 30 com a objetividade. No Brasil, em 1950, se introduziu no país o modelo norte-americano de jornalismo, em que as regras de redação retiravam qualquer caráter emotivo e participante do jornalista, para garantir a impessoalidade, explica Ribeiro (1995).

(...)A comunicação jornalística deveria ser, antes de tudo, referencial. O uso da terceira pessoa tornou-se obrigatório, e o modo verbal passou a ser, de preferência, o indicativo. Os adjetivos e aferições subjetivas teriam de desaparecer, assim como os pontos de exclamação e as reticências. As palavras com funções meramente enfáticas ou eufemísticas também deveriam ser evitadas. Na escolha de vocábulos, o pressuposto era o de que a denotação referia-se à significação e a conotação, à emoção. (BAHIA, 1990; LAGE, 1985 apud RIBEIRO, 1995, p.24)

Isso vai originar um conjunto de procedimentos técnicos presentes nas normas de redação. No Brasil, por exemplo, observa-se uma postura diferente que é tomada pela mídia alternativa, ao fazer matéria fugindo desse padrão.

O leitor não vê o jornalista como um mentiroso, ou seja, alguém que vai adulterar fatos. O que se lê no jornal passa para esse leitor uma credibilidade, na medida em que ele compreende que a profissão do jornalista é se comprometer com a legitimidade dos acontecimentos e a verdade.

O mito da objetividade, por mais que já tenha sido exaustivamente criticado pelos próprios jornalistas e teóricos da comunicação, é um dos grandes responsáveis pela acolhida que o jornalismo tem. Ainda hoje o seu discurso se reveste de uma aura de fidelidade aos fatos que nos leva a acreditar que o que “deu no jornal” é a verdade. (RIBEIRO, 1995, p.25)

Porém sabe-se que existe todo um discurso subliminar por trás do que é relatado. Não existe uma verdade absoluta, mas sim a maneira como essa verdade é contada e qual posicionamento toma a favor ou contra o esclarecimento. A posição político-ideológica vai depender dos donos do jornal ou do grupo que eles querem defender.

Nenhum discurso é puro reflexo de uma realidade exterior. Por isso evita-se falar de deformação ou de deturpação do real, posto que tal afirmação pressuporia a existência de algum discurso verdadeiro e objetivo, que reproduzisse a realidade sem deformações. Essa é a razão pela qual muitos autores preferem falar, ao invés de reprodução, em produção do real. (VERÓN apud RIBEIRO, 1995, p. 31).

Um enunciado está sempre interagindo com outros enunciados. E esses outros enunciados com os quais ele interage estão presentes nele na forma de vozes. Não existe, portanto, um enunciado puro: qualquer discurso está sempre impregnado

pelas vozes de outros discursos com os quais ele dialoga. É a multiplicidade de vozes em interação (confronto) no interior de um texto que Bakhtin chama de polifonia. (RIBEIRO, 1995, p.54)

Ribeiro (1995) explica que a polifonia, conceito Bakhtiniano, não retrata apenas a heterogeneidade no texto, não detecta apenas a multiplicidade de vozes imiscíveis, mas desperta para a forma como essas vozes dialogam e se justapõem. A significação é construída pela interação dessas vozes, no dialogismo, e o discurso é um território compartilhado, sendo uma criação coletiva.

Da mesma forma, um enunciado pode ser considerado como uma resposta aos enunciados que lhe antecedem e como provocador de outros que irão lhe suceder. É exatamente com esses enunciados (com os que lhe antecedem e com os que lhe sucedem) que o discurso dialoga, são deles as vozes que se fazem escutar no interior de seus enunciados. (RIBEIRO, 1995, p.55)

A polifonia não se caracteriza apenas pela manifestação explícita das vozes, as quais seriam manifestadas conscientemente, mas também pela manifestação onde o autor não tem controle racional ou consciente, o que representaria a polifonia formada por vozes da história e da cultura.

Outro ponto importante é que os mesmos fatos quando abordados em diferentes jornais, possuem diferenciação na construção de universos de entendimento. Logo, prefere-se falar em produção do real e não em reprodução. Para Ribeiro (1995, p.26), o jornalismo não somente indica determinados fatos que, dentre muitos, devem ser lembrados, como também se constitui ele mesmo em um dos principais registros “objetivos” do seu tempo. Dessa forma, possui papel fundamental na produção de uma idéia de história.

Pensar no jornalismo também é pensar num legado deixado para as gerações futuras, quando, sobretudo, se tem um comprometimento com a verdade e a própria crítica da sociedade. Ao ler uma notícia de uma época distante consegue refletir-se sobre o tempo presente, porque se consegue fazer uma ponte com os acontecimentos históricos daquele tempo. Também, ao se dar conta das transformações sociais num determinado espaço temporal, o leitor que é capaz de compreender o seu papel na construção da sociedade.

(...) Os discursos de determinadas épocas históricas (principalmente os discursos midiáticos) são espaços privilegiados, onde se travam as lutas sociais. É o campo por excelência do ideológico, onde várias vozes disputam a hegemonia das representações uma página do jornal é o reflexo vivo das contradições da realidade social no corte de um dia. (RIBEIRO, 1995, p. 34).

A memória dos indivíduos é estruturada pela temporalidade, que os insere na coletividade a que pertencem. E o que mantém a coesão interna dos grupos é o passado, uma referência em comum. A pesquisadora esclarece que a memória não é exclusividade da disciplina História, e que

por estar ligada às representações coletivas, à memória social, torna-se instrumento de poder (Ribeiro, 1995, p.21).

José Arbex (1996, p. 209), em seu ensaio “Poder e Mídiamnésia no Brasil”, torna relevante o acontecimento referente às homenagens prestadas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso ao general Ernesto Geisel, quando este faleceu em setembro de 1996. Vale salientar que o governo de Geisel foi ambíguo por promover a “abertura política”, que abriria caminho para a concessão da anistia, porém sob seu regime, o jornalista Herzog e o operário Manuel Fiel Filho foram assassinados, não havendo punição dos torturadores.

O que ocorre é a falta de memória histórica, ao homenagear Geisel pela “abertura” política, sem perceber que ele foi praticamente obrigado a realizar essa mudança dada as circunstâncias em que se encontrava o país, já não suportando o regime autoritário. A missa realizada em homenagem a Herzog, em 1975, na Catedral da Sé em São Paulo, citando como exemplo, causou grande impacto e repercussão.

Arbex (1996, p.219) diz que a memória brasileira se assemelha ao palimpsesto, pergaminho egípcio com a característica de que se podia apagar a mensagem escrita na sua superfície. Dessa forma, esse pergaminho poderia ser utilizado várias vezes, sempre registrando a última versão. O que estava registrado anteriormente era apagada e ficava no esquecimento. O autor demonstra a preocupação com a memória, ao afirmar que o esquecimento é uma forma de dominação, fazendo com que se anule qualquer chance de crítica. Assim, a homenagem aos ditadores faz com que se esqueça o quanto o povo sofreu com a ditadura militar e as suas formas de violência. Conseqüentemente, a luta daqueles que se opuseram ao regime perderia o seu valor.

Torna-se importante lembrar que esse período histórico, que diz respeito à ditadura militar, é sempre revivido mais pela ficção do que nos noticiários, como no caso das minisséries *Anos Rebeldes* e *Queridos Amigos*, esta última veiculada recentemente. Logo, é mais fácil tocar num assunto tão difícil, que é a ditadura e a violência por esta praticada, através da produção de minisséries, do que através de noticiários. Dessa forma a realidade atinge uma temporalidade distante, como algo sem grandes repercussões nos dias atuais.

4. A GERAÇÃO 68

1968 foi um ano emblemático, marcado por movimentos estudantis que eclodiam pelo mundo afora. Vários países presenciavam um mesmo fenômeno político que era a rebelião de estudantes universitários e secundaristas em prol das causas sociais a partir do descontentamento político. No Brasil, erguiam cartazes com os dizeres: “Abaixo a Ditadura”, “Fora o Acordo MEC-USAID”, “Abaixo a burguesia”, “A UNE é nossa voz”, a UNE somos nós”, “O povo unido jamais será vencido”, “É proibido proibir”, “Mataram um estudante, podia ser seu filho”, “Faça amor, não faça guerra”, “Abaixo o imperialismo”, dentre tantas outras.

Os estudantes foram às ruas, entraram em confronto com a polícia, realizaram greves e levantaram bandeiras de diferentes matizes. No Brasil, na França, no México, nos Estados Unidos, na Espanha, no Canadá, na Argentina, na Venezuela, nos países da Europa do Leste, como a Polônia, Tchecoslováquia e a Iugoslávia. Países com diferentes realidades políticas e diversas condições econômicas que se viram, de repente, enfrentando um mesmo fenômeno político. (ARAÚJO, 2007, p.162)

As lideranças das organizações de esquerda dos movimentos estudantis tinham rompido com a esquerda tradicional dos partidos comunistas e socialistas, sendo vistos muitas vezes como impulsivos, imaturos, românticos. Esses jovens desejavam uma esquerda mais radical, com novos valores. Araujo (2007, p.163) conta que, em todo o mundo ocidental, houve a criação de novas organizações como *New Left*, nos Estados Unidos, a *Guauche Prolétarienne*, na França, *Il Manifesto* e *Lotta Continua*, na Itália, *Autonomia Operária*, em vários países da Europa.

Na América Latina e no Brasil os jovens estavam dispostos a pegar em armas se fosse preciso, o que daria lugar às lutas armadas. A juventude se espelhava nas revoluções cubana e chinesa, e na guerra que libertou a Argélia do colonialismo francês e na vitória dos vietcongues.

Os Estados Unidos atravessavam momentos bem turbulentos nos governos de Kennedy, Johnson e Nixon devido à tentativa de invasão de Cuba, a crise dos mísseis, o movimento dos direitos civis, os assassinatos de John Kennedy (novembro de 1963), Malcom X (1965), do senador Bobby Kennedy (1968) e Martin Luther King (1968), além da renúncia de Richard Nixon. Havia protestos contra a Guerra do Vietnã, os movimentos pelos direitos dos negros e o ingresso destes nas universidades. Surge o movimento dos Panteras Negras. Em Berkeley, através da influência do filósofo Marcuse, os estudantes de Ciências Sociais criticavam a sociedade do consumo. Isso vai dar origem aos outsiders hippies, beatniks e todos os que eram a favor dessa postura. Em 1969 os americanos e o mundo vão vibrar com a chegada do homem à Lua.

Nos EUA, manifestantes abraçavam a causa pelo fim da discriminação racial, que era mais radical no sul do país, onde os negros eram impedidos de entrar em restaurantes, escolas, teatros,

parques, bares, zoológicos e outros lugares. Os que não se intimidavam corriam o risco de serem linchados. Nos estados segregacionistas do sul, mais de 5 milhões de negros não estavam em condições de votar. Havia então a luta pelo direito de participar das eleições.

Malcom X era considerado o mais radical dos líderes do movimento de defesa dos direitos dos negros americanos. Em 1962 e 63 comandou palestras em várias universidades e realizou discursos públicos, além de escrever artigos sobre o orgulho racial aos negros. Ele tornou-se um exemplo de que um negro pobre e inserido no crime poderia tomar o controle da própria vida, se educar e assumir lugar de destaque nos Estados Unidos.

Em 28 de agosto de 1963, cerca de 250 mil americanos fizeram uma marcha pelos Direitos Civis e pela paz, vindos de todas as regiões do país. Em frente ao monumento de Lincoln, as pessoas queriam ouvir o Pastor Martin Luther King e seus famosos discursos contra a violência. Ele dizia desejar a liberdade, porém os ativistas não deveriam beber no cálice do ódio da amargura para alcançá-lo.

Eu tenho um sonho, de que um dia, nas colinas da Geórgia, os filhos de antigos escravos e de antigos senhores de escravos poderão se sentar juntos a mesma mesa da fraternidade. Eu tenho um sonho de que um dia até mesmo o Mississipi, um estado sufocado pelo calor da injustiça, será transformado num oásis de liberdade e justiça”. (O GLOBO encarte 23, 2000, p. 532)

Um mês depois da grande marcha, quatro meninas negras foram mortas pela explosão de uma bomba de uma igreja em Birmingham, no Alabama. Mais uma vez King alertou para a população não aceitar a provocação e aceitar a postura de não violência.

Mesmo a Declaração de Independência dos Estados Unidos, declarando que todos os homens nasciam iguais e com os mesmos direitos à vida, à liberdade e à busca da felicidade, não era respeitada no que tangia a inclusão dos negros. Por isso tornava-se necessária a luta intensa pelos seus próprios direitos.

Nelson Mandela, líder da luta contra o Apartheid na África do Sul é preso em 1963 e condenado à prisão perpétua. Depois de 27 anos de prisão, Mandela foi libertado, em 1990.

Somente em 2 de julho de 1964, o presidente Lyndon Johnson assinou a Lei dos Direitos Civis, que proibia a discriminação racial no trabalho e nos locais públicos. Essa Lei já fazia parte do projeto inicialmente proposto por Kennedy. Sérias punições estariam previstas, inclusive o corte de verbas federais nas áreas de educação e saúde para estabelecimentos que mantivessem práticas racistas.

Em janeiro de 1968, a ex-Tchecoslováquia proclamava a adoção de uma forma mais liberal de comunismo. Alexander Dubcek, secretário-geral do partido comunista abria discussão pública

em torno da criação de um “socialismo de rosto humano”, ou seja, um socialismo renovado. Essa reforma pretendia democratizar a vida dentro do partido, reabilitar figuras históricas thecas condenadas pelo stalinismo, manter a economia estatizada, contudo sob um certo controle social e criar condições para uma participação ativa das massas na orientação do país. Assim, dissidências políticas e ideológicas desafiavam a antiga União Soviética.

Brejnev, então presidente da União Soviética, ordenou em agosto de 1968, que as tropas do Pacto de Varsóvia ocupassem Praga. A intervenção contou com oitocentos mil soldados e sete mil e quinhentos tanques na invasão. Os jovens tomavam as ruas, empunhavam bandeiras e cartazes, bloqueando o avanço dos tanques. O sonho daquela Primavera de Praga foi destruído. Moscou restabelece seu controle direto no país através do líder comunista Gustav Husak. Dubcek e seus colaboradores foram destituídos dos cargos e enviados para Moscou, onde foram interrogados. Foram muitos os intelectuais e políticos que se exilaram.

Alfredo Sirkis, em seu livro “Os Carbonários” (1998), diz que a Primavera de Praga e a invasão soviética geraram polêmicas. Alguns sustentavam a idéia de que num país socialista não poderia haver contestação, caso contrário o imperialismo se aproveitaria.

Em 1966, no Japão, os estudantes também se mobilizavam contra os Estados Unidos, e em Amsterdã realizavam ações de desobediência civil. Em 1967, na Itália já havia uma revolta estudantil e em março de 1968 os jovens já se confrontavam com a polícia. Na Espanha os estudantes reivindicavam liberdade política diante do governo ditatorial de Franco.

Em 8 de outubro de 1967, morre Che Guevara, o mais influente revolucionário do regime castrista. Ele deixara o cargo de ministro das Indústrias para seguir seu maior desejo de levar a revolução aos quatro cantos do mundo, e derrubar a ordem socioeconômica estabelecida, ou seja, o imperialismo norte-americano. A morte de Che representou um alívio para a CIA, com a interrupção de uma revolução na Bolívia e seu desencadeamento nos países latino-americanos.

A Agência Central de Inteligência enviara o embaixador Douglas Henderson a La Paz, Bolívia, para que este fizesse inúmeros relatórios ao Departamento de Estado, sobre as ações de Che. Aqui está um trecho do relatório feito em 10 de fevereiro de 1968.

(...) Che afirmou que sua pátria era constituída por toda a América Latina e que estava pronto a lutar em qualquer parte do continente para a construção do socialismo. Após longas reflexões, Guevara chegara à conclusão de que a Bolívia oferecia boas condições para a luta, por vários motivos: as péssimas condições econômicas dos trabalhadores, a dura exploração imposta pelos estrangeiros, o espírito de luta da população, a fragilidade das forças revolucionárias, a incapacidade do governo e a instabilidade política. Tais circunstâncias tornavam possível a criação de um foco revolucionário que poderia ter se expandido para todos os países da América Latina (...) (HENDERSON apud DIAS & CEREGHINO, 2007, p.124)

Guevara era o principal ativista comunista no continente. Ele foi capturado vivo, interrogado e assassinado numa sala de aula, com chão de terra batida, de uma escola pública em La Higuera.. Num primeiro exame de necropsia, constataram-se em seu corpo nove lesões por arma de fogo. A morte do revolucionário não apagou seus ideais e ele tornou-se um símbolo nas manifestações estudantis da época.

Em “O Pensamento de Che Guevara”, Michael Löwy (1999, p.29), destaca que o marxismo autêntico, na compreensão de Che, não excluía o humanismo, pois este consistiu num dos momentos necessários para construção da visão de mundo do revolucionário. O cientista político destaca que a Revolução Cubana tinha como objetivo a construção de um sistema marxista, socialista, o mais coerente possível, no qual o homem foi colocado no centro, onde chama a atenção para a importância do indivíduo para o fator essencial da revolução. O próprio Fidel Castro, em 1961, fez um discurso no qual assumiu o caráter humanista do pensamento marxista-leninista:

Quem disse que o marxismo significa renúncia aos sentimentos humanos...? Se, precisamente (...) foi o amor ao homem, a humanidade, o desejo de combater a miséria, a injustiça, o calvário e a exploração que o proletariado suporta que fizeram com que, no espírito de Karl Marx, surgisse o marxismo, quando precisamente o marxismo podia surgir, quando precisamente podia nascer uma possibilidade real, e ainda mais que uma possibilidade real: a necessidade histórica da revolução social da qual Karl Marx foi o intérprete. Mas, o que permitiu que ele fosse o seu intérprete senão a corrente de sentimentos humanos como ele, Engels e Lênin? (Löwy, 1999, p.29).

Löwy (1999, pp. 31-32) chama a atenção para o fato de que o humanismo de Marx e de Che significava o melhor sentido da palavra humanista e não o que seria o mau humanismo, aquele que defendia a burguesia, opondo-se à classe operária. Logo o humanismo de Che significa o humanismo revolucionário que consistia na visão do homem novo. O cientista afirma que talvez a obra do intelectual argentino Aníbal Ponce, o qual foi um dos pioneiros do marxismo na América Latina, tenha influenciado Guevara na concepção de um homem novo, homem total capaz de reunir teoria e prática, cultura e trabalho, e que se realizará pelo evento do proletariado no poder.

Premissa fundamental: a libertação do homem e a realização de suas potencialidades não podem ser alcançadas senão pela revolução proletária, que elimina a exploração do homem pelo homem e instaura o domínio racional dos homens sobre o seu processo de vida social. (Löwy, 1999, p.31-32)

Dessa maneira, esse homem novo diferenciava-se do homem-mercadoria criado pela sociedade capitalista, o qual transformava os indivíduos em seus próprios inimigos.

(...) criar um homem novo, um homem comunista, negação dialética do indivíduo da sociedade capitalista, transformando em homem-mercadoria alienado, ou capaz de se tornar, graças ao maquinismo imperialista, um animal carniceiro, um “homem-lobo” em uma “sociedade de lobos”. (...) A sociedade burguesa é baseada, em última análise, na lei da selva, só o malogro dos outros permite o êxito; é uma sociedade em que objetivamente, necessariamente, inevitavelmente, o homem é inimigo do homem. (Löwy, 1999, p.42)

Para Guevara o povo seria o criador e dirigente da sua própria história, capaz de construir a própria felicidade, lutando por uma mesma causa, saindo do campo da necessidade e encontrando a liberdade.

Em outubro de 1968, na véspera dos Jogos Olímpicos sediados no México, a Praça de Tlatelolco foi palco de uma grande tragédia que culminou na morte de centenas de pessoas, sendo que até hoje não se sabe o número ao certo. Havia grande descontentamento em relação à política de governo que se resumia num regime de um único partido que se alternava no poder com candidatos do mesmo partido, o Partido Revolucionário Institucional. Os universitários e secundaristas saíam às ruas para protestarem e eram duramente reprimidos.

No dia 2 de outubro, dez dias antes da realização dos Jogos, os jovens queriam a libertação de presos políticos e, com isso, estabelecer uma trégua durante as olimpíadas. Cerca de 10 mil pessoas se concentraram na praça de Tlatelolco para a negociação. O que aconteceu neste lugar foi o massacre de jovens, durante duas horas de tiroteio. Mesmo diante desta catástrofe, a Olimpíada teve início. Aliás, foi nesses Jogos que os atletas americanos Tommie Smith e John Carlos protestaram no pódio contra o racismo nos Estados Unidos, ao ficarem cabisbaixos e levantarem os punhos com luvas negras durante a execução do hino americano. Esta cena se transformou numa das fotos mais importantes do século XX.

Na Alemanha houve peculiaridades no movimento estudantil, as quais estavam ligadas ao passado histórico. As ações dos jovens atingiam os valores herdados das gerações mais velhas, como segurança, autoridade, mentalidade de status, asseguração da subsistência material etc.

O movimento estudantil catalisou e intensificou conflitos de alta carga emocional entre gerações da guerra e pós-guerra e seus filhos. De acordo com Nibert Frei (2008, p.12), em seu artigo “A geração orgulhosa de seus pecados”, havia uma disputa entre a geração de 45 e a geração 68 justamente no campo da crítica do passado. Havia o fato de que muitos pais estavam envolvidos na questão nazista. Ele explica que em nenhum outro lugar a geração de pais desses jovens de 68 esteve tão comprometida politicamente e enfraquecida moralmente. Foi essa geração que travou uma luta contra a cultura da obediência do nazismo e com as estruturas familiares autoritárias, numa batalha com um passado irresolvido.

Para os alemães ocidentais da geração de 68, não houve um Maio de 1968 na República Democrática Alemã. Apesar de Detlef Pollack (2008, p.15), em seu artigo “Não houve um maio de 1968 na República Democrática Alemã”, refutar essa posição, os ex-militantes sempre diziam que os métodos totalitários de dominação, as limitadas oportunidades de resistência e as medidas de intimidação não seriam responsáveis pela predisposição dos alemães orientais em se acomodar. Para eles, a falta de coragem cívica estava relacionada com a subserviência, que consideravam tipicamente alemã. E os alemães da ex-República Democrática Alemã (RDA) não tinham uma possibilidade de resistência por nunca terem experimentado uma cultura de conflitos num sentido construtivo, contudo eram guiados por um Estado paternalista.

Para Pollack (2008, p.16), havia um regime repressor na Alemanha Oriental e por isso faltou resistência. Ele explica que os expoentes da geração 68, ao criticar a RDA, classificando como a parte mais alemã, estavam falando de sua própria história, ao se libertar da obediência, da submissão, da obrigação, da participação política direta e da renúncia à concórdia. O problema na ex- RDA consistia em manter a dignidade, a honestidade, e o amor próprio apesar dos controles e da dominação total de uma sociedade homogeneizada. Alguns reagiram e deixaram o país, outros transitavam entre fazer oposições ou sofrer perdas pessoais. Era praticamente impossível uma oposição aberta e uma aceitação do regime , que para Pollack significaria uma renúncia á própria identidade e uma submissão total ao sistema.

4.1. Maio de 68

Em 22 de março de 1968, um grupo de estudantes ocupou a reitoria da Universidade de Nanterre, transformando-a no berço da rebelião, e esse grupo de jovens ficou conhecido como Movimento 22 de Março, tendo como líder Daniel Cohn-Bendit. Eles Protestavam contra a prisão de um militante da Juventude Revolucionária Comunista, por ter atacado um escritório da American Express, durante manifestação contra a guerra do Vietnã. Na verdade, não era a primeira vez que os estudantes se organizavam para questionar as reformas nos currículos e nos métodos de ensino. Houve confrontos entre policiais e estudantes, resultando na prisão de alguns deles, inclusive de Cohn-Bendit no dia 27 de abril. Os universitários se rebelaram contra as prisões dos colegas.

A Universidade de Nanterre foi fechada no início de maio. Sorbonne se mobilizou contra esse fechamento e foi invadida pela polícia, assim como outras universidades. No dia 3 de maio, os estudantes tomaram as ruas do Quartier Latin para protestar, e se depararam com as forças policiais. O enfrentamento tornou-se mais forte no dia 10 de maio e a União Nacional dos Estudantes

Franceses pediu apoio dos trabalhadores, contando com apoio de cinco centrais sindicais que se juntaram a eles no dia 11.

O jornalista Bruno Fiúza (2008, p.37), na matéria “A imaginação no poder” veiculada na revista História Viva, relata que no dia 13 de maio há uma greve geral, e isso demonstra que o movimento dos estudantes não se restringiu às universidades, mas tomou grande proporção social incluindo milhões de pessoas, inclusive trabalhadores. Os operários já estavam se articulando há algum tempo contra a nova regulamentação trabalhista, e desde o início do mês de maio já se manifestavam de forma desvinculada dos estudantes. O apoio da União Nacional dos Estudantes Franceses foi determinante para que a união selasse o início de uma greve geral do dia 13.

As manifestações dos jovens franceses giravam em torno não só na mudança do sistema de ensino, mas também no questionamento sobre a moral rígida, os valores tradicionais, o sentido de suas vidas, desejando mais liberdade, autonomia e emancipação. Num primeiro momento os estudantes se manifestaram contra a prisão de seus colegas, incluindo também o confronto contra a amoral e os bons costumes, como por exemplo, o fato de que nos alojamentos das cidades universitárias, os rapazes não podiam circular nos ambientes restritos às moças, porém, mais tarde tornam-se mais revolucionários, ampliando a luta para um contexto mais social.

Vários protestos tomaram conta de várias regiões na França, contando com a participação, além dos jovens universitários, dos secundaristas, dos professores, dos intelectuais, artistas e trabalhadores de fábricas e do comércio

Depois de maio de 1968 houve várias manifestações não apenas sociais, mas no que diz respeito ao movimento feminista, às transformações nas relações entre pais e filhos, homens e mulheres, professores e alunos, além da introdução de novas experiências no campo pedagógico.

Daniel Cohn Bendit, que liderava o Grupo de Nanterre, em entrevista a Alfredo Sirkis, no Parlamento Europeu (1999), explicou que no movimento estudantil francês de 1968, os jovens mostravam-se angustiados e que tinham medo de não ter futuro algum. Segundo Bendit, eles reivindicavam mais professores, mais meios materiais, mal ousavam exigir um novo tipo de relação entre mestres e alunos buscando certa forma de cidadania. Nos anos 60, o revolucionário se estruturava na crença de um processo de mudanças revolucionárias, do qual nasceria uma nova sociedade, afirmou.

Dizíamos: o futuro nos pertence, deixem-nos em paz, queremos gerir nosso próprio porvir. Queremos fazer o mundo à imagem que construímos! Vocês os velhos, com suas velhas estruturas, afastem-se para nos dar passagem! (SIRKIS, 1999, p. 4)

Roland Castro, um dos líderes do movimento de maio de 1968, começou seu engajamento nas Escolas de Belas Artes de Paris. Em entrevista ao jornalista Fernando Eichenberg (2005), disse que os jovens questionavam todo o sistema de ensino, e que apesar de De Gaulle reprimir o movimento, participou de manifestações de rua e de ações como o incêndio da Bolsa de Valores.

Roland continuou junto aos grupos operários das fábricas que eram os mais radicais, e criou sua própria organização Viva a Revolução (VLR). Apoiou o Movimento de Liberação das Mulheres, e a Frente Homossexual de Ação Revolucionária, defendendo a singularidade de cada um, do indivíduo. Roland nunca foi favorável à violência, pois ela conduz a um caminho sem saída.

Relatou que o jornal de sua organização vendeu até 100 mil exemplares. Ficou preso durante um mês. Depois de maio de 1968, ficou com depressão, num estado deplorável e se submeteu à psicanálise de Jacques Lacan em maio de 1973. Após sete meses de análise ele já se encontrava melhor, se agarrando na frase do psicanalista “Eu aguardo, mas não espero nada”.

Acreditava que queria mudar o mundo. Mas desde então aprendi que não se pode mudar as pessoas, podemos fazê-las crescer, não mais do que isso. (...) Podemos transformar o mundo, mas abdicando da idéia de que o homem é bom, como diz Freud. Maio de 1968 foi sobretudo uma revolução sonhada. Foi um sonho muito bonito.(...) Transformou os costumes, fez com que os pais e os filhos passassem a se falar mais, coisas assim. (EICHENBERG, 2005, p. 3)

A juventude estava disposta a mudar as relações entre mestres e alunos, entre pais e filhos, entre homem e mulher, entre o jovem e autoridade, enfim queriam derrubar o que fosse retrógrado e conservador. As mulheres conquistaram a revolução sexual a partir do momento em que optaram por tomar a pílula anticoncepcional. Inclusive, vários jornais e revistas debatiam a questão da pílula com frequência. Assim, elas passaram a ter um melhor controle da natalidade, e poderiam viver a relação sexual de maneira mais libertária. A tradução de *Sexus*, de Henry Miller, provocou grande corrida ao mercado, e a Gráfica Record que lançou *Plexus* e *Nexus*, as outras duas partes da trilogia viu suas vendas dispararem.

Aliás, Zuenir Ventura (2006) em “1968: O ano que não terminou”, recorda que tornava-se moda o questionamento de valores institucionais que davam sustentação ao que se chamavam com desdém de “casamento burguês”: a monogamia, a fidelidade, o ciúme, a virgindade. Ele, em seu livro, conta a ação dos policiais ao exibirem à opinião pública, durante a invasão no Congresso de Ibiúna, as caixas de anticoncepcionais na tentativa de denegrir a participação das jovens no meio estudantil, pois com isso ligava-se o uso do anticoncepcional à promiscuidade.

Ventura disse ao jornalista Nelito Fernandes (2008,p.76), para a revista *Época*, que a geração de 68 contribuiu com valores inestimáveis até hoje, como a valorização das minorias, a

preocupação com o outro, os movimentos coletivos, a generosidade, a entrega a uma causa a ponto de você arriscar a sua vida por ela, a ética na política e a paixão pela causa pública.

(...) Realmente eles mudaram os costumes, mudaram os hábitos, mudaram a maneira de pensar, a maneira de ser, valores. Movimentos como o ecológico, o movimento feminista, o movimento gay, o movimento negro, foram movimentos que ou nasceram em 1968 ou adquiriram uma importância muito grande nesse momento. (FERNANDES, 2008, p.76)

Dentro das organizações de esquerda, o rompimento dos tabus causavam intolerância, pois a militância não tolerava o homossexualismo e nem o uso de drogas. Vera Sílvia Magalhães, em entrevista à *Global Brasil* nº. 5, (2005, p.24), correlacionou as propostas da revolução comportamental por parte dos jovens da contracultura, com aqueles que faziam parte dos grupos de luta armada, e revela que a única coisa a ser adotada foi o amor livre, pois havia preconceitos com homossexualismo e com as drogas. “Mesmo quem fumava maconha na organização era punido.”

No Brasil, a juventude gostava de Bossa Nova e MPB com as canções de protesto de Vandrê, Chico, Nara, Milton Nascimento, Ivan Lins, Caetano e outros. Havia os que gostavam da turma da Jovem Guarda comandada por Roberto Carlos, Erasmo Carlos e Wanderléa, do qual também faziam parte: Renato e seus Blue Caps, Leno e Lílian, Martinha, Silvinha e Eduardo Araújo. Muitos amavam os Beatles e os Rolling Stones, ouviam Janis Joplin e Jimi Hendrix. No fim dos anos 60, vão ouvir os tropicalistas, os roqueiros dos Mutantes, Raul Seixas e os Novos Baianos.

Eram jovens que assistiam aos filmes do Cinema Novo de Glauber Rocha, Nelson Pereira dos Santos, Joaquim Pedro de Andrade, Cacá Diegues, Paulo César Saraceni, Ruy Guerra, Leon Hirszman, Luiz Carlos Barreto, Gustavo Dahl; os filmes franceses de François Truffaut, Jean Luc Godard, os italianos de Fellini, Pasolini, Antonioni, Victorio de Sica, o espanhol Buñel. No teatro brasileiro destacavam-se José Celso Martinez Corrêa, com o Grupo Oficina, Augusto Boal com o Arena, Antunes Filho, Gerald Thomas, Plínio Marcos, Oduvaldo Viana Filho.

José Celso, ao utilizar o texto de Chico, criou um espetáculo teatral de duas horas e meia de duração. A peça chamava-se *Roda viva* e consistia numa espécie de denúncia. O personagem Benedito Silva, um artista popular, entrega a sua carreira a um empresário, o Anjo da Guarda, como quem entrega a alma ao diabo. Benedito alcança o sucesso, mas no final se suicida. O propósito da peça era representar a criação de um ídolo. No palco a encenação foi revolucionária, contestando formas e propostas artísticas anteriores.

Marília Pêra era uma das estrelas da peça e tornou-se militante contra a ditadura, por causa da repressão à criação artística, tendo sido presa duas vezes. A atriz, em entrevista a *Revista Época* (2008, p.73), diz que os atores da peça foram atacados pelo Comando de Caça aos Comunistas, no

Teatro Ruth Escobar, o que causou grande susto à sua mãe. Ela queria saber se Marília era comunista, porque naquela época as pessoas tinham necessidade de pertencer à esquerda. Vinte homens invadiram o teatro armados de cassetetes, revólveres e soco inglês. Os atores foram brutalmente agredidos e despiram as atrizes. Marília Pêra e Rodrigo Santiago foram obrigados, ainda nus, a irem para a rua.

Ninguém nos ajudou. (...) Ninguém teve coragem de dar pelo menos um blusão à gente. A única pessoa que me defendeu foi a camareira Isa, que tentava encobrir e também apanhou bastante. A fisionomia deles estava tão tomada pelo ódio que não sou capaz de reconhecê-los. (VENTURA, 2006, p.252)

Em 1968, os estudantes brasileiros foram os grandes protagonistas das lutas contra o acordo MEC-USAID, que introduziria o modelo educacional norte-americano de tendência tecnicista, lutavam contra as injustiças sociais, o imperialismo norte-americano, a falta de liberdade de expressão, a censura... Lutavam pela reforma agrária, pelos direitos dos trabalhadores urbanos e, sobretudo, os rurais, e pelo direito à sindicalização. Mais tarde essa geração vai temer as perseguições, as torturas, as prisões, as mortes e o desaparecimento de presos políticos.

4.2. Morte de Édson Luís

Em 28 de março, Édson Luís Lima Souto, dezoito anos, foi morto por um policial da PM durante a manifestação pela reabertura do restaurante estudantil Calabouço. Édson era um estudante pobre, órfão de pai, vindo de Belém do Pará para estudar no Instituto Cooperativo de Ensino, anexo ao restaurante. Não tendo onde morar acabou se alojando no Calabouço. Foi atingido no peito e seu corpo foi carregado até a Assembléia Legislativa, onde os jovens entraram à força. Sobre a mesa, o corpo, sem camisa, ficou exposto e coberto da cintura para baixo com a bandeira do Brasil. Havia cartazes de protesto e indignação sobre a mesa e sobre o corpo. Um deles dizia: “Aqui está o corpo de um estudante morto pela ditadura”. Este dia se tornou um símbolo de luta.

(...) Nós passamos a noite na assembléia e, no dia seguinte, foram os momentos mais bonitos no enterro do Édson Luís, quando começaram a chegar aqueles colégios de padres e de freiras, que eram colunas de padres e freiras, e os jovens secundaristas para visitar. Lançaram aquela palavra de ordem “Podia ser seu filho”, que foi uma palavra de ordem notável, que também não foi uma liderança que criou. Aquilo foi uma criação coletiva. Fizeram uma faixa, o pessoal gritava, foi criando aquele tom. Aquela manifestação impressionante popular. (ARAÚJO, 2007, p.176)

Poerner (1979) relembra que o caixão, coberto com a Bandeira Nacional, foi carregado pelos estudantes, que desceram as escadarias da Assembléia sob os acenos de milhares de lenços brancos. A multidão cantava o Hino Nacional.

Do alto dos edifícios caíam pétalas de flores e papéis picados. A multidão gritava “Desce! Desce” para os que, nas janelas se limitavam a içar bandeiras negras. Muitos desciam e se integravam ao acompanhamento. Mas, os gritos mais ouvidos – igualmente inscritos em centenas de faixas – eram “Poderia ser seu filho!”, “Fora Assassinos!”, “Brasil, seus filhos morrem por você!” e – os mais constantes de todos – “Abaixo a Ditadura Fascista! e “Povo Organizado Derruba a Ditadura!” (POERNER, 1979, p. 295)

No sepultamento de Édson estiveram presentes cinquenta mil pessoas no Cemitério de São João Batista. Milhares de jovens prestaram o juramento: “Neste luto, começou a luta!” Esse acontecimento deflagrou vários protestos contra o sistema político.

Após a morte do estudante Édson Luís, os estudantes se manifestaram no dia 1º. de abril, “como quem vai para a guerra” (VENTURA, 2006, p.119) . Durante 3 horas com paus e pedras paralisaram o centro do Rio. Os estudantes usaram o que os militares chamariam no dia seguinte de “as mais modernas técnicas de guerrilha urbana”. Porém, numa entrevista coletiva naqueles dias, Vladimir Palmeira disse que tudo que fizeram aprenderam com a própria polícia, porque desde 66 eles vinham apanhando e agora a relação iria se inverter. Houve muitos feridos, sendo que quatro jovens foram baleados, e um estudante chamado Davi de Souza Neiva, foi morto com um tiro no coração.

Na missa de sétimo dia do estudante, na Igreja da Candelária, o Exército tomou conta das ruas e a cavalaria da Polícia Militar partiu pra cima dos manifestantes.

Em junho nos dias 19,20 e 21 o Rio mergulhou em manifestações que nada deveram à Paris. O dia 19 ficou conhecido como quarta-feira sangrenta. No dia 20 ocuparam a Praia Vermelha.

4.3. O Massacre na Praia Vermelha

Às 10:30 da manhã de quinta-feira a UNE e a UME convocaram uma assembléia geral no campus da Praia Vermelha, com representações de várias faculdades. Contudo, os choques da PM já estavam nos arredores do campus contendo os estudantes que chegavam com faixas de protesto. A liderança, então, fez com que os estudantes se reunissem no Teatro de Arena, porém o cerco policial se fechava. Havia ordem para prender os líderes.

Os estudantes subiram para o andar onde estava reunido o Conselho Universitário. O Reitor, na época, era Clementino Fraga Filho, ao qual foi submetido à pergunta se era contra a repressão.

Ele respondeu se era para dizer ali naquele momento, ou se diria lá fora para os policiais. Com isso conseguiu aplausos e manteve diálogos com os estudantes.

Ao chegar o DOPS, o Reitor decidiu sair para pedir a retirada dos policiais, conseguindo a garantia de que os alunos não seriam importunados, desde que saíssem em pequenos grupos. O Reitor, ainda intrigado, disse que falaria com o governador Negrão de Lima. A informação foi de que as tropas seriam retiradas. Contudo, o Secretário de Segurança não obedeceu à ordem do Governador, mas a ordem do Comando do 1º Exército. Quando mais da metade dos estudantes estavam na rua, a repressão caiu em cima.

Naquele espaço aberto, encurralados entre a PM e o portão, as sucessivas filas foram forçando passagem à pedrada. (...) Uma parte foi presa e espancada ali mesmo, o resto tentou uma fuga para o Estádio do Botafogo. O gramado da estrela solitária virou uma ratoeira gigante. (...) Porrada todo o tempo, mijavam nas caras das meninas, vexavam sexualmente, tentando enfiar o cassetete. (SIRKIS, 1998, p. 103)

O dia 21 ficou conhecido como sexta-feira sangrenta. Nesse dia o centro da cidade assistiu a uma violência nunca vista antes, o povo lutando contra a polícia com paus e pedras, e do alto dos edifícios foram jogados cinzeiros, garrafas, cadeiras e até uma máquina de escrever. Quatro pessoas morreram. Pedras foram jogadas na embaixada dos Estados Unidos, e Vladimir fazia discurso quando o DOPS apareceu jogando bombas de gás lacrimogêneo.

Os policiais continuam sob o ataque dos populares postados à janela. Agora caem também vasos de flores e tampas de latrina. A polícia consegue passar a primeira barricada e abre fogo contra a segunda – tiros de fuzil e de pistola 45. (VENTURA, 2006, p.145)

4.4. Passeata dos Cem Mil (26 de junho de 1968)

Pela manhã a cidade estava repleta, e segundo Sirkis havia mais de 500 secundaristas de vários colégios da zona sul. O Cap da UFRJ também mobilizou dezenas de alunos. O governador Negrão de Lima havia garantido pela televisão que não haveria PMs nas ruas, e os alunos levavam sprays, panfletos, cartazes.

O líder Vladimir Palmeira encontrava-se com outros estudantes nas escadarias da Assembléia Legislativa. Vladimir, bastante eloqüente, mostrava ao povo o sentido da luta. Sirkis subia em um poste, discursando para curiosos e jovens, reivindicando mais verbas para a educação, reabertura do Calabouço, libertação do Jean Marc e a libertação de outros presos. A passeata era enorme e já chegava a Candelária. A classe média, a classe operária, o pessoal da zona sul também compareceram.

Sirkis (1998, p.114) lembrou em seu livro que as pessoas davam as mãos e formavam um enorme cordão, outras se enturmavam com a multidão. A Marcha terminou na Praça XV com Vladimir já rouco. Foi eleita a Comissão dos Cem Mil, que seguiu à Brasília no dia seguinte para apresentar as reivindicações ao Marechal Costa e Silva. A Comissão era formada por Franklin Martins, Marco Medeiros, Hélio Pellegrino e outros componentes. Vale lembrar que essa foi a única vez que um presidente militar receberia representantes estudantis. Não conseguindo que suas reivindicações fossem atendidas, retornaram ao Rio, sendo a única coisa que conseguiram foi quebrar o protocolo do terno e gravata para entrar no Palácio da República.

Uma semana depois o povo se reuniu numa mobilização que aglutinou 50 mil pessoas também nas ruas do Rio, que foi menor em número de pessoas, porém maior em “radicalização ideológica”. Houve discursos inflamados e várias palavras de ordem como: “Só o povo armado derruba a ditadura!”, “Eles estão no poder porque tem armas. Têm um exército.”, “Liberdade para os presos!”. A passeata terminou diante de soldados armados com fuzis, e as pessoas ainda de braços dados com seus companheiros de luta, se dispersando nas ruas do centro da cidade” (SIRKIS, 1998, p.116)

4.5.Congresso em Ibiúna

No Congresso da UNE em Ibiúna, realizado clandestinamente, havia a disputa entre duas chapas, uma liderada pelo Luís Travassos e Jean Marc, outra Vladimir Palmeira e José Dirceu, representando as duas principais forças políticas do movimento estudantil, sendo de um lado a coligação entre PC do B e AP e o outro reunindo os dissidentes do PCB, principalmente a dissidência da Guanabara.

Ventura (2006, p. 255) recorda que foi numa manhã chuvosa, num sábado do dia 12 de outubro de 68, que a polícia invadiu o sítio Murundu e prendeu um grande número de estudantes, em torno de 750 a 1500, incluindo os principais líderes, acabando com o Congresso. Encontraram jovens abatidos, famintos e enfraquecidos pelas próprias condições do local.

No sítio, os jovens construíram o Plenário cavando degraus que foram forrados de plásticos, servindo de arquibancadas. Os arquivos eram guardados pelas lideranças em um galpão de 16x6 m. Organizaram de forma precária as instalações, que foram construídas a partir de 12 de setembro de 68.

O sítio Murundu ficava a 22 km de Ibiúna, numa estrada montanhosa cheia de curvas e ondulações. Foi o lavrador Miguel Vieira Góes o primeiro a comunicar ao delegado a presença daqueles jovens estranhos, muitos deles barbudos e armados.

O proprietário do sítio chamava-se Domingos Simões, que após o acontecido ficou escondido por 2 anos, sendo depois preso e torturado pela OBAN (Operação Bandeirante). Sua esposa de 17 anos e suas duas filhas também foram presas, mantidas em celas separadas, sendo que a mais nova, na época com 3 anos de idade, ficou muito traumatizada de tanto ouvir os gritos do pai sendo torturado. Simões era militante comunista e ofereceu o sítio depois de uma reunião com Frei Tito e Terezinha Zerbini, que procuravam local para o Congresso.

Depois de 6 meses na cadeia, Simões atrasou o pagamento das prestações da propriedade e acabou perdendo o sítio. Depois passou a viver com sua família numa casa a 10 km de onde ficava localizado o sítio. Só em 1988, quando Zuenir Ventura visita o local para realização do seu livro, é que Dona Neusa, esposa de Domingos Simões, põe fim a uma angústia que guardava desde o tempo em que permaneceu presa. Na cela em frente a sua viu um rapaz ferido a bala na barriga e que continuava a apanhar. Entretanto, se preocupava com suas filhas em meio a sua própria dor. Ela descobriu que o jovem era conhecido do Zuenir, seu nome era Fernando Gabeira.

Depois do AI-5, em dezembro de 1968, todo o potencial criativo e combativo de uma geração ficou amordaçado, reprimido diante da crueldade das práticas de tortura, da violência consentida por parte do governo militar. Eles, os golpistas, os verdadeiros inimigos na nação, queriam calar toda uma juventude sedenta por transformações nos âmbitos político, econômico, social e cultural.

Araujo (2007, p.167) explica que os movimentos estudantis que culminaram em 1968, já vinham acontecendo alguns anos atrás. Os alunos ocuparam o a sede da antiga Escola de Medicina da UFRJ, para protestar contra o pagamento de taxas e anuidades. A polícia invadiu o campus e a violência foi brutal. Vladimir Palmeira, que era aluno da UFRJ em 66, recorda a violência sofrida pelos jovens no Rio de Janeiro, neste ano.

(...) Prenderam muita gente e fizeram muita violência contra as mulheres. Batiam muito. Pareciam que preferiam bater nas mulheres. Nós apanhávamos, caíamos, porque era aquela multidão de estudantes imprensados. Um segurava o outro e desciam o cacete na gente. (...). (ARAUJO, 2007,p.167)

Poerner (1979, p.276) menciona em seu livro “O Poder Jovem” um trecho da carta escrita à Revista Civilização Brasileira, pela mãe de uma estudante durante a invasão de policiais no campus da Praia Vermelha.

(...) feito uma horda de bárbaros, aos gritos e palavrões invadiram a faculdade. Vi sair um rapaz todo ensangüentado, debaixo de cacetadas, uma moça semidespida e descalça, carregada por policiais do Exército, e mais outra desmaiada, e serem carregadas para a ambulância. Vi um rapaz aleijado ser espancado na perna defeituosa; rapazes semi mortos, alguns deles muito jovens, possivelmente secundaristas, serem arrastados aos trancos; outros capengando, eram postos a correr, sob uma saraivada de cacetadas e aos gritos de corram vagabundos, covardes, filhos da (...). (POERNER, 1979, p. 277)

Era importante participar dos movimentos de massa. Em 1968, no campus da Praia Vermelha, os alunos costumavam se reunir na arena, no prédio onde hoje se localizam os cursos de economia, administração e contabilidade. Naquele espaço os alunos mostravam seus pontos de vista, davam vazão aos seus ideais políticos, conversavam sobre cultura, literatura, enfim, discursavam sobre vários assuntos. Os alunos eram bem informados e liam muito.

Liam Lênin, Marx e Engels, Mao Tse Tung, Ho Chi Min, as teses de Debray, os escritos de Che Guevara, Ferreira Gullar, Carlos Drummond de Andrade, Carlos Heitor Cony, Hélio Pellegrino, o Poder Jovem de Poerner, Berthold Brecht, Tchecov, Dostoievsky, dentre outros. Discutiam Sartre, Marcuse, Foucault, Deleuze, Adorno, Horkheimer, Otto Maria Carpeaux, Celso Furtado, Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes.

Ventura (2006) conta que nas listas de best-sellers conviviam nomes como Marx, Mao, Guevara, Debray, Lukács, Gramsci, James Joyce...A Civilização Brasileira não temia investimentos e era audaciosa em lançamentos de livros como O Capital, Ulysses, sendo que o livro O Vietnã segundo Giapi esgotou duas edições em dez dias.

4.6. Organizações de Esquerda

O Partido Comunista Brasileiro, sob forte influência da revolução russa, teve curtos períodos de legalidade na sua trajetória política, desde a sua fundação em março de 1922, passando pela ditadura do Estado Novo e, mais tarde, na década de 60 enfrentando as perseguições da ditadura militar.

Em 1962 ocorre uma cisão dentro do partido. O grupo liderado por Luís Carlos Prestes é o PCB que permanece vinculado às idéias de Khrushchev, criticando Stalin e defendendo a concorrência pacífica entre os blocos socialista e capitalista. Buscava-se uma transição pacífica ao socialismo, com a rejeição da luta armada e adoção de um recuo político para a sobrevivência ao vincular-se com o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). O outro grupo liderado por João Amazonas é o Partido Comunista do Brasil (PC do B).

Vale lembrar que desde 1966 o PC do B dedicou-se a implantação de quadros na Região do Rio Araguaia, no Sul do Pará, tendo como objetivo a formação de um Exército Popular. Em 1972 o Exército se desloca nessa região resultando na morte de mais de 50 militantes, e cuja repressão atingiu a população da região.

Como explicitou ARNS (1986), a maioria das organizações de esquerda adotaram uma orientação marxista e quase todos foram provenientes de divisões ou subdivisões do PCB. Inúmeras organizações romperam com o bloco ortodoxo e transformaram-se em dissidências armadas. A Ação Libertadora Nacional (ALN) representou a organização de maior expressão na guerrilha urbana entre 1968 e 1973 e sua história está ligada a Carlos Marighella. Mais tarde em 1971 a ALN sofre duas dissidências: o Movimento de Libertação Popular (MOLIPO) e Tendência Leninista (TL).

Em 1972 um outro grupo é formado por ex-militantes que criaram a Frente de Libertação do Nordeste (FLNE). Em 1968 tendo como dirigente o jornalista Mário Alves, ao se opor as posições de Prestes, é criado o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Outros grupos se consolidam na década de 70 como o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), após o seqüestro em setembro de 1969 do embaixador americano, e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) dirigida por Carlos Lamarca. Surgiram grupos de importância, porém limitados, em outros lugares do país como: Corrente Revolucionária de Minas Gerais, Forças Armadas de Libertação Nacional e as Dissidências de Brasília e São Paulo.

O PC do B sofre também cisões a partir de 1968 com a ala vermelha em São Paulo e Partido Comunista Revolucionário (PCR) no nordeste. Entre 1969 e 1970 surgem o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) e o Movimento Revolucionário Marxista (MRM).

A Ação Popular (AP) nasceu em 1962 e seu maior peso estava na ala estudantil, composta por cristãos progressistas ligados a Ação Católica. Em 1971 tem aproximação com o PC do B e passa a se intitular Ação Marxista-Leninista. Entre 1972 e 1973 essa união se desfaz e alguns mantêm a estrutura da AP como organização independente.

Em 1961 foi criada a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP) que reunia estudantes vindos da Mocidade Trabalhista de Minas Gerais, a Liga Socialista de São Paulo e dissidentes do PCB. Em 1967 a POLOP sofreu dissidências, em sua maior parte de militantes de Minas Gerais, e uma pequena representatividade no Rio de Janeiro, os quais constituíram o Comando de Libertação Nacional (COLINA). Já em São Paulo, a ala esquerdista originou a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). O COLINA defendia ações armadas para obtenção de recursos voltados para uma área de estratégia no campo.

Mais tarde o COLINA se une com a VPR originando a Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares), cuja maior imagem se traduz no nome de Carlos Lamarca. Em 1969 essa união sofre uma divisão e a VPR se desliga, tendo Lamarca na sua liderança, e no Rio de Janeiro uma facção constitui a Dissidência da VAR-Palmares (DVP).

Na década de 60 também havia grupos trotskistas como, por exemplo, o Partido Operário Revolucionário Trotskistas (PORT) e, também, organizações vinculadas a um projeto nacional revolucionário ou nacionalista de esquerda como o Movimento Nacional Revolucionário (MNR), o qual esteve relacionado com a guerrilha de Caparão, em Minas Gerais. Existiam outros grupos como o Movimento Revolucionário 26 de Março (MR-26), o Movimento Revolucionário 21 de Abril (MR-21), a Frente de Libertação Nacional (FLN), que foi fundada pelo Major do Exército Joaquim Pires Cerveira e a Resistência Armada Nacional (RAN), localizada e desarticulada no Rio de Janeiro e em Minas Gerais.

4.7. A luta armada começou mesmo em 1969

Naquela época estava em voga a teoria do foco ou foquismo. Essa teoria ficou conhecida por causa da vitória dos revolucionários cubanos. Eles iam para o interior do país, criavam um foco e, depois, conseguiam o apoio popular local para derrotar assim as forças direitistas. Houve tentativas dessas guerrilhas na Colômbia, Venezuela, Guatemala, Nicarágua, Argentina e Peru. Na Bolívia resultou na morte de Che Guevara em agosto de 1967. No Brasil temos o exemplo da Guerrilha do Araguaia, no sul do estado do Pará, coordenada pelo PC do B. Como mencionado por Fico (1999, p.22), essa região que ficava próxima ao estado de Goiás, entre as localidades de Xambioá e Marabá, recebeu jovens guerrilheiros do Pc do B nos anos de 1967 a 1970, que lá chegavam como camponeses e ganhavam a confiança das pessoas. Somente em abril de 1972 o Exército descobriu o foco, porém foi derrotado. Na terceira incursão do Exército, em 1973, muitos guerrilheiros foram mortos e tiveram seus corpos enterrados como indigentes.

A Junta Militar governava o país na época, pois Costa e Silva havia sofrido derrame e o vice Pedro Aleixo, por não aceitar o AI-5, foi colocado em prisão domiciliar na casa de uma filha em Copacabana. Desde o golpe de 1964 a ditadura tornou-se escancarada, pois em vez de um único ditador, agora o país enfrentaria uma junta militar autoproclamada.

“Na segunda quinzena de agosto de 1969, a direção da Dissidência da Guanabara (DI) convoca alguns representantes de sua Frente de Trabalho Armado (FTA) para uma reunião extraordinária em um de seus “aparelhos”, sob a recomendação de sigilo absoluto, inclusive em

relação a outros membros da própria FTA. A DI já havia praticado várias ações armadas como assaltos a bancos e roubo de armas, porém os quadros que já tinham sido presos não haviam feito referência à organização. Isso fez com que a polícia pensasse em se tratar de uma organização voltada apenas para as lutas estudantis (BERQUÓ, 1997, pp.38-40).

Vera Sílvia Magalhães foi a única mulher a fazer parte do seqüestro. Ela foi responsável pelo levantamento da rotina do embaixador e registrava os horários de entrada e saída de sua residência. Depois, aprimorou sua técnica de trabalho, passeando com um cachorro pela Rua São Clemente e sendo alvo de paqueras por parte de um funcionário do governo norte-americano, o qual fazia parte da segurança. Eles ficavam de conversa na porta, e assim Vera chegou a conhecer o chefe de segurança. Dessa forma, ela conseguiu estabelecer os horários que Elbrick saía de sua residência até a sede da embaixada, no Castelo, tomando conhecimento do trajeto e do esquema de segurança.

Uma ação desse tipo necessitaria de um trabalho intenso para se conseguir armas, carros, placas e dinheiro. Antes do seqüestro tiveram que realizar um assalto na casa do deputado Edgar de Carvalho, político que fazia parte da *high society* e que morava numa cobertura na Avenida Atlântica.

O seqüestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, no dia 4 de setembro de 1969, representou um ato de extrema ousadia, pois as ações armadas de esquerda limitaram-se, até então, a assaltos a bancos, lojas de armas, atentados a instalações militares e o justicamento de um empresário que colaborava com a repressão e a tortura. A data foi escolhida por estar próxima ao dia 7 de setembro, dia da Independência.

O objetivo desta ação era libertar Vladimir Palmeira, um dos principais líderes estudantis da época e um dos fundadores da Dissidência da Guanabara. A idéia desta ação armada partiu de Zé Roberto, militante da DI e atuante na Frente de Camadas Médias (FCM). Depois, com a repercussão do seqüestro, os militantes vislumbraram a possibilidade de exigir a libertação de outros presos políticos.

Os revolucionários, por meio de um manifesto divulgado na mídia, exigiram a libertação de 15 presos políticos, 5 deles residentes no Estado da Guanabara, 8 em São Paulo, 1 em Pernambuco e outro em Minas Gerais. Seus nomes eram: Gregório Bezerra, Vladimir Palmeira, José Ibraím, João Leonardo Silva Rocha, Ivens Marchetti de Monte Lima, Flávio Aristides Freitas Tavares, Ricardo Villas Boas de Sá Rego, Mário Roberto Galhardo Zanconato, Rolando Frate, Ricardo Zarattini, Onofre Pinto, Maria Augusta Carneiro Ribeiro, Agonalto Pacheco da Silva, Luiz Gonzaga Travassos e José Dirceu de Oliveira e Silva. Duas organizações assumiram a operação: o MR-8 (DI-GB) e a ALN.

A Dissidência da Guanabara surgiu na cidade do Rio de Janeiro, no meio universitário, questionando a linha política do Partido Comunista. Havia dissidências em outros estados como: São Paulo, estado do Rio, Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Sul e Paraná. Os líderes desejavam formar uma organização nacional, mas não conseguiram. Em abril de 1969, a DI realizou conferências internas e tornou-se Dissidência Comunista da Guanabara.

A Dissidência de Niterói foi destruída pelo Cenimar, porém ela não tinha um nome que a identificasse, ou seja, não havia atribuído a si mesma um nome formal, pois fugia dos padrões dos velhos partidos comunistas. Sendo assim, O Cenimar rotulou essa organização com o nome de seu jornal, encontrado no local. O jornal se chamava *Oito de Outubro* em alusão à morte de Che Guevara. Então, a Dissidência do Estado do Rio foi destruída com o nome de Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Vale lembrar que a cidade do Rio de Janeiro, na década de 60, tornou-se Estado da Guanabara, e Niterói a capital do Estado do Rio.

No manifesto enviado aos jornais e estações de rádio, os revolucionários da DI assinaram a ação com o nome de MR-8, justamente para provocar e desmoralizar o Cenimar, considerado um exemplo de seriedade por destruir e prender militantes de várias organizações. Estava instaurada uma confusão. Como uma organização destruída havia seqüestrado o embaixador norte-americano?

Charles Elbrick foi interceptado quando se dirigia à Embaixada, no Centro, ao sair de sua residência após o almoço. Seu Cadillac preto foi fechado por dois automóveis Volkswagen, e seu motorista foi rendido ao dobrar da Rua São Clemente para a Rua Marques. Os guerrilheiros seguiram até a Rua Caio Melo Franco, onde o embaixador foi transportado para uma Kombi, e o motorista liberado. Este foi levado à Secretaria de Segurança e depois encaminhado ao DOPS para conhecer a fotografia dos “subversivos”. Durante a abordagem ao carro do embaixador, a esposa de um militar vira a ação e denunciara a Delegacia de Furtos e Automóveis.

Franklin e Toledo conversavam com o embaixador. No dia seguinte ao seqüestro já se havia estabelecido uma relação de cordialidade entre eles. Os seqüestradores tinham se enganado redondamente acerca das posições políticas do refém. Do ponto de vista de um norte-americano, ele era progressista. Criticou sinceramente a posição de seu governo em relação aos países de Terceiro Mundo, especialmente os da América Latina (...) Reconhecia a prática de torturas no Brasil e afirmava que seu governo também sabia de tudo. (BERQUÓ, 1997, p. 111)

Documentos foram encontrados no banco traseiro do carro da embaixada, sendo um deles o manifesto de crítica ao governo brasileiro e o outro, a exigência da libertação de 15 presos políticos, que ainda seriam escolhidos e seus nomes revelados. Os revolucionários exigiam que o governo divulgasse na íntegra o manifesto através da mídia. O texto fora lido em rede de televisão no início da madrugada.

Este acontecimento, na visão dos militares, diminuiria o prestígio internacional do Brasil irritando os Estados Unidos. A mídia impressa brasileira divulgava notícias sobre o seqüestro, nomeando como terroristas os jovens responsáveis pelo ato. A situação era preocupante, porque já era conhecido o episódio ocorrido com o embaixador norte-americano Mein, na Guatemala, em que o desfecho resultou na morte deste. Isso fez com que o governo atendesse as reivindicações dos militantes políticos.

Policiais da Secretaria de Segurança acreditavam na possibilidade de deslocamento da ação dos “terroristas” para São Paulo e, dessa forma, fecharam as barreiras da Guanabara e do Estado do Rio de Janeiro. Foram mobilizados mais de 4.200 homens, sendo que na Guanabara cerca de 450.

O governador do Estado da Guanabara, na época, era Negrão de Lima. Através da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil, William Rogers, Secretário de Estado norte-americano, enviara uma mensagem em nome do seu governo para o chanceler Magalhães Pinto com agradecimento pelas medidas tomadas pelo governo brasileiro para resolução imediata do caso.

Charles Elbrick, em um dos bilhetes direcionado à sua esposa, manifestava alívio pelo fato do governo brasileiro aceitar as exigências dos seqüestradores. O País que receberia os militantes políticos ainda estava sendo decidido, pois havia a possibilidade de o México, o Chile ou a Argélia recebê-los.

O Hércules C-130 2456 da FAB decolou do Galeão às 17h05m, rumo ao México transportando os revolucionários. No Aeroporto a imprensa não conseguiu ter acesso, ficando a cerca de 1200 metros de distância do avião. Os repórteres ficavam na sacada do Aeroporto.

José Ibrahim, que aos 21 anos foi eleito presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, e que liderou a segunda greve operária durante o regime militar, foi preso em fevereiro de 1969. Seu nome constava na lista dos 15 presos para serem libertados.

O embarque no Rio de Janeiro foi uma questão muito tensa. Ficamos muito tempo amarrados, no sol, não só com algemas mas com cordas. As pessoas que tinham necessidade de ir ao banheiro tiveram muita dificuldade. (...) Por que não embarcávamos? O avião estava lá, nós também. (...) Só falta isso, estamos na boca de sair e os caras ainda estão botando uma rajada em cima, estamos indefesos, todos amarrados, não podendo fazer nada, na mão do inimigo. (DA-RIN, 2007, p. 102)

O embaixador foi deixado em frente ao número 40 da Rua Eduardo Ramos, próximo a Rua Conde de Bonfim na Tijuca.

Em menos de 48 horas, foram presos os participantes do seqüestro: Cláudio Torres, identificado pela etiqueta de um paletó esquecido no cativeiro do embaixador, Antônio Freitas Filho, por ter abandonado na casa anúncios de classificados de quartos para alugar.

Em menos de um mês, caíram três membros da operação, entre eles Manoel Cyrillo de Oliveira Netto, Comandante Vírgilio Gomes da Silva, morto sob tortura na OBAN, em 29 de setembro de 1969 e Paulo de Tarso Venceslau preso em 1º de outubro de 1969, todos da ALN.

Os demais participantes do seqüestro foram: Daniel Araão Reis, preso em março de 1970, Cid Queiroz Benjamin, Vera Sílvia Magalhães, detida em 1970, Fernando Gabeira, João Lopes Salgado, João Sebastião Rios de Moura, Sérgio Rubens Araújo Torres, Franklim Martins, todos da DI-GB e Joaquim Câmara Ferreira, militante da ALN, assassinado pela ditadura em 23 de outubro de 1970. O desfecho do seqüestro aumentou a onda repressiva. A partir de 1970 outros três seqüestros vão resultar a libertação de outros 115 presos políticos.

Silvio Da-rin (2007, p.166), no livro “Hércules 56”, entrevista Flávio Tavares em setembro de 2005, o qual relembra o complicado desembarque no México. Flávio diz que o Comandante tinha ordem de entregar os presos políticos à embaixada brasileira no México. Com isso, ele desceu do avião com uma lista e depois de algum tempo, ligou os motores para só depois retornar ao mesmo, acompanhado de um diplomata.

Ouvindo os motores ligados, as pessoas que esperavam os brasileiros no aeroporto achavam que o avião iria voltar, e isso fez com que o pessoal gritasse. O Comandante só havia ligado os motores para evitar que o povo invadisse a pista e entrasse no avião. Tudo isso levou tempo, muita confusão, uma enorme quantidade de jornalistas do mundo inteiro a espera, além da própria polícia mexicana. O alívio chegou quando entrou no avião o Chefe de Imigração do Aeroporto Internacional do México mandando que soltassem as algemas dos presos e os liberassem imediatamente.

(...) para o México, nós éramos imigrantes, não prisioneiros. E foi o paraíso aberto à nossa frente. Até então estávamos no inferno, e abriu-se o paraíso.” (DAR-IN, 2007, p. 167)

4.8. Afeto na Dissidência da Guanabara

Vera Sílvia Magalhães, em entrevista aos jornalistas Newton Goto e Felipe Maranhão (2005, p.23) para a revista Global Brasil, contou que dentro da Dissidência Comunista da Guanabara os militantes se conheciam visualmente, sabiam o nome e tudo o mais. Recordou que nunca houve infiltração, porque eram todos muito amigos. Disse que houve infiltração na VPR com o cabo Anselmo, na ALN, contudo na organização em que fazia parte não houve.

Para Vera, o afeto era o grande laço entre os militantes, inclusive por causa do afeto as pessoas não saíam da organização. O afeto e a política caminhavam juntos. Contudo, quando a

situação ficava no limite da intolerância, através das torturas, o que menos importava era o laço político, ou seja, o mais importante era poupar os amigos.

Isso é muito difícil de um torturado dizer. Mas é verdade. Você vive num momento extremamente difícil, limite. (...) Na tortura, e eu fui muito torturada, poupei meus amigos, já não estava em condições de defender a revolução. Estava sendo massacrada. (GOTO & MARANHÃO, 2005, p. 23)

Na entrevista para o jornal Fazendo Media (2006,p.4), Vera Sílvia afirma que nunca se viu como terrorista, apesar de os meios de comunicação retratarem os jovens revolucionários dessa maneira.

Eu não me via assim, nunca me vi como terrorista. A imprensa só nos colocava dessa forma. Não tinha a nada a ver com o que a gente sentia, o que a gente fazia. Nosso alvo nunca foi a população civil. A gente queria libertar o país da ditadura. (TIBIRIÇÁ et al, 2006, p.4)

Na entrevista a Global Brasil em 2005, Vera fala que os jornais produziam a imagem de uma loura que saía com dois 45, que era “a loura 90”. Porém a única arma que usou foi um 38. “Quase não tínhamos armas, era ridículo. Nunca deixei de usar mais que um 38. E diziam no jornal que eu saía com dois 45, que era a loura 90”. (GOTO & MARANHÃO, 2005, p. 23)

A vida não era fácil para quem fazia parte das organizações de luta armada. Os militantes ganhavam salário mínimo da organização e, mesmo assim, era dureza. E com as perseguições, muitos jovens passaram a viver na clandestinidade, mudando constantemente de endereço, convivendo com receio de ser reconhecido por algum vizinho, devido ao enorme número de fotos exibidas nas bancas de jornais e em vários lugares da cidade.

Minha vida era essa. Tinha que comer. Não tinha dinheiro. (...) Então comíamos aquele pastel com caldo de cana. Era meu almoço e meu jantar. Ia para Penha só com caldo de cana. (...) Vivíamos uma vida de maluco. A clandestinidade, ninguém sabe o que é. Nem contando as pessoas acreditam o que vivemos. (...) Nossas fotos na barca Rio-Niterói. Eu peguei uma barca uma vez, com a peruca de Lúcia Murat que também era militante para encontrar o Zé Roberto do outro lado. E tive que sair. Porque tinha tanto retrato meu recente.. (GOTO & MARANHÃO, 2005, p.26)

Vera Sílvia, Zílio, Cid e Zé Roberto dividiam um aparelho, o qual foi denunciado por uma vizinha do morro, na Penha. Inclusive, na entrevista a Global Brasil de maio de 2005, Vera diz que olhava os filhos dessa mulher, pois gostava de criança. Mesmo assim, foi denunciada. Essa seria a experiência mais triste de sua vida. Quinze dias depois do assassinato de Zé Roberto, seu companheiro, Vera Sílvia caiu numa perseguição durante uma ação na favela do Jacarezinho. Levou um tiro de raspão na cabeça, e o Zílio três balas no corpo. Ela e seus amigos estavam fazendo

panfletagem. Zé Roberto também ficou gravado na memória de Alfredo Sirkis, como um jovem cheio de vida, alegre, discursando num poste diante da multidão, atuante nas passeatas e fazendo piadas nas reuniões daquela época.

Estava lá, cravado na minha mente, em carne e osso, transbordando vida, fazendo agitação num poste, chutando a vidraça do banco, fazendo graça nas reuniões, beijando a namorada pelos cantos da festa. Não podia estar morto. Mas estava. (SIRKIS, 1998, p. 181)

Eram muitos os jovens barbaramente torturados e mortos. Sirkis, no livro “Os Carbonários”, lembra a morte de muitos militantes, seus conhecidos.

Lucas, agonizante numa cela, morto a chute e porrada. Viana, a mesma coisa. O velho Mariga, cercado por todos os lados, crivado de balas dentro de um Volks (...) Depois de horas e horas de torturas na conhecida equipe da PE da Vila Militar (...) o capitão Lauria, que pulara na barriga do Chael com os dois pés, rompendo-lhe os intestinos. (SIRKIS, 1998, p. 201)

4. 9. Seqüestro do embaixador alemão Von Holleben

Alfredo Sirkis, em 1970, participou do seqüestro do embaixador alemão Von Holleben, sua primeira ação armada. Sendo o único que falava inglês, traduzia as mensagens ao seqüestrado, explicando quais reivindicações seriam feitas. A notícia sobre o rapto já estava sendo divulgada nas rádios, dizendo que terroristas fortemente armados acabavam de seqüestrar em Santa Teresa o embaixador alemão. Segundo a notícia, os jovens estariam a bordo de um Opala azul, e um Volkswagen vermelho. Na verdade a operação tinha sido efetuada com uma Kombi verde bem clara. Essa operação visava á libertação de 40 presos políticos e a publicação do Manifesto.

Apesar do Sirkis conversar bastante com Von Holleben, este frisava que não tinha nada a ver com a ditadura brasileira e que estava sofrendo uma violência. Sirkis fazia questão de frisar que era uma operação para libertar presos políticos, e dizia que empresas como a Volks, aqui no Brasil, tinham lucros exorbitantes em negócios de especulação financeira. O jovem Sirkis explicava a exploração do operariado e a repressão destes durante as greves.

O embaixador relatou que ele era um homem favorável à democracia e que os alemães estavam ajudando o Brasil a se desenvolver com o seu know-how. Se os brasileiros estavam sendo maltratados era culpa dos próprios brasileiros. Caso uma empresa brasileira funcionasse na Alemanha, os operários não seriam maltratados. Ainda frisou que os militares são gente de pouca cultura, brutais e imprevisíveis, não aptos a governar. Houve outro seqüestro como o do embaixador suíço.

4.10. Religiosos engajados

Alguns religiosos dominicanos estavam engajados com as causas sociais e faziam parte da vertente progressista da Igreja Católica. Também faziam parte os estudantes da AC (Ação Católica), JEC (Juventude Estudantil Católica), JOC (Juventude Operária Católica) e JUC (Juventude Universitária Católica). A vertente progressista da Igreja Católica se distinguiu da conservadora quanto a sua participação de fato. Para a ala progressista, o pobre não necessitava apenas de pão, mas era preciso fazê-lo entender a sua condição para a transformação e sua realidade. A ideologia dessa vertente não vinha apenas do Concílio Vaticano II, convocado pelo papa João XXIII e tendo início em junho de 1962, mas também devido a teólogos, como Congar e Chenu.

É no início da década de 60 que militantes católicos criam o Movimento pela Educação Básica (MEB) e com isso visam alfabetizar e conscientizar os excluídos. Em 1962, os militantes da JUC e do MEB criam a AP (Ação Popular), lutando pelo socialismo. Muitos religiosos foram vigiados, presos, torturados e alguns assassinados, por representarem ao governo ditatorial um enorme problema quanto aos discursos esquerdistas. D. Hélder Câmara e Frei Tito foram exemplos de religiosos que defendiam este pensamento da esquerda cristã.

Quando Vera Silvia Magalhães analisou o movimento de 68, na entrevista “Micropolítica do Afeto” para a Global Brasil (2005, p.26), transmitiu para o leitor a sua visão otimista em relação àquela geração, que até hoje é motivo de grandes discussões e pesquisas acadêmicas. Para ela, apesar de ter sido presa e de terem matado o seu companheiro, Zé Roberto, conseguiu não se arrepende daquilo que tinha como meta.

A gente conseguiu uma identidade. Pra mim esta foi minha grande conquista. Não me arrependo. Era o melhor a ser feito na época, como geração. Também não julgo quem não fez, porque era muito barra pesada. (GOTO & MARANHÃO, 2005, p.23)

4.11. Tortura

Em maio de 1999, Daniel Aarão Reis Filho apresentou seu texto “Os muitos véus da impunidade: sociedade, tortura e ditadura no Brasil”, na Fundação Humberto Delgado, em Lisboa, no evento sobre impunidade. Ele diz que a tortura foi empregada como política de Estado autorizada pelas mais altas instâncias do poder civil e militar.

A violência física não foi produto de excessos, cometida aqui e ali oficiais por policiais violentos ou por pessoas doentes de sadismo, embora elas não faltassem nas obscuras, fedorentas e geladas câmaras de tortura. Mas de uma política

calculada, pesada e definida pelos altos responsáveis da Nação e na sua prática se envolveram não apenas bestas feras, mas também honrados pais de família, e jovens oficiais das forças armadas, peritos nas técnicas de informação e contra-informação e médicos (...). (REIS FILHO, 1999, p. 1)

O historiador chama atenção para o fato de que médicos faziam parte dessas práticas de violência e aconselhavam prudência ou ousadia, de acordo com a resistência dos presos. Ele nos faz observar que, dentro de uma galeria de tipos, e fora daquele ambiente perverso, os torturadores poderiam ser considerados pessoas comuns do dia-a-dia, capazes de serem bons pais, bons maridos, com senso de responsabilidade familiar, com capacidade de sentir alegria ao torcer pela seleção brasileira durante a copa do mundo, ou mesmo de manifestar tristeza e felicidade por motivos diversos. Sabe-se que os médicos mantinham o preso vivo por mais tempo para que este pudesse ser torturado mais adiante, e que alteravam a causa da morte nos atestados de óbito.

D. Paulo Evaristo Arns (1985, pp. 34-42), em “Brasil: Nunca Mais”, expõe os vários métodos e instrumentos de tortura tais como: o pau-de-arara; o choque elétrico, através de fios longos ligados ao corpo e partes sexuais; a pimentinha (nome atribuído pelos torturadores) caixa de madeira que tinha no seu interior uma corrente elétrica, que poderia ser aumentada com a rotação de uma manivela e cuja finalidade era o choque elétrico em torno de 100 volts ou mais; o afogamento; a cadeira do dragão, cujo assento era de zinco e seus braços tinham correias de espuma, onde também aplicava-se choques; a geladeira, que consistia no ambiente de temperaturas baixíssimas e tamanho reduzido; insetos e animais, utilizados para induzir medo; produtos químicos, incluindo o soro de Pentatotal, conhecido como o soro da verdade por fazer a pessoa falar através do estado de sonolência; lesões físicas através de espancamentos; a palmatória; torturas psicológicas e etc. Menciona que a tortura também as mulheres dos presos, mesmo estas se encontrando em período de gestação, seus filhos e demais parentes.

O médico Harry Shibata, que assinou vários atestados de óbito durante os anos de chumbo, teve como os laudos mais polêmicos as necropsias do jornalista Vladimir Herzog, do tenente-coronel José Ferreira de Almeida e de Sonia Maria de Moraes Angel Jones. No caso de Herzog, consta que ele teria se suicidado por enforcamento, o que não representava a verdade dos fatos, pois foi vítima de torturas.

Na entrevista a Caros Amigos, edição de novembro de 2007, Shibata relata ao jornalista João de Barros (2007, pp. 27-28) que não tinha visto o corpo de Vladimir Herzog, e nem estava em São Paulo no dia de sua morte. O médico legista disse que apenas assinara o laudo, já que outro médico teria realizado o exame. Ou seja, um médico apenas fazia o exame e outro assinava; essa era a praxe. No caso José Ferreira, o laudo consta asfixia por constrição do pescoço, ou seja, mais

um caso de enforcamento, porém a sua morte foi ocasionada por torturas como choques elétricos, pau-de-arara, e outras práticas de violência.

O caso de Sonia Maria, morta sob tortura e enterrada no cemitério Dom Bosco, em Perus, numa vala clandestina, onde eram levados os corpos de presos políticos, teve como causa mortis perfurações à bala. Shibata menciona que se um corpo foi morto vitimado por torturas, ele não sabia. O que ele sabia de tortura era somente o que diziam os jornais. Diz que de uma coisa se orgulha: jamais assinou um laudo falso.

O mais estarrecedor é que ninguém foi punido pelas barbaridades cometidas contra os presos políticos. Reis Filho (1999) escreveu em seu artigo “Os muitos véus da impunidade”: “Não faltaram vozes – até hoje não faltam a gritar pela abertura de processos, pela identificação de responsáveis e pela sua punição”.

Não se pode, dentro da ética pessoal e comunitária, anistiar a tortura. (...) Na tortura, o torturador desonra e destrói a condição humana e, portanto, foge da possibilidade social de anistia. Só se esquece um erro que pertença ao território do humano. Um erro que destrói o fundamento da condição humana não pode – não deve- ser anistiado, a não ser pela misericórdia de Deus. (PELLEGRINO, 1988, p. 187)

Sirkis (1998, p.168), em “Os Carbonários” revela que o objetivo dos torturadores era destruir a personalidade do preso e humilhá-lo. “Eles se nutriam com o sofrimento das vítimas, através dos gritos e da dor”.

(...) Era executada e cientificamente aperfeiçoada por serem deformadas, imbuídos de uma mentalidade nazista. Adoravam fazer aquilo e tinham todo o tempo. (...) Pegavam então os presos que já haviam sido interrogados havia tempos e torturavam de novo, não mais pelas informações, apenas pra se satisfazer. (SIRKIS, 1998, p. 168)

De acordo com o artigo do psicanalista Hélio Pellegrino intitulado A Tortura Política, em A Burrice do Demônio, a tortura causa a discórdia e a guerra entre o corpo e a mente, à custa do sofrimento insuportável. O nosso corpo é como se fosse a nossa casa, a nossa proteção, e tudo o que faz parte dela nos constitui. Então, sem poder contar com o corpo ficamos indefesos.

Sem um mínimo de solidariedade do corpo próprio para conosco, ficamos não apenas desabrigados, expostos a um duro e frio relento, mas literalmente sem chão, sem apoio elementar, entregues às ansiedades inconscientes mais primitivas. (PELLEGRINO, 1988, p.19)

O corpo torturado passa a ser um adversário implacável, pois só se pode fugir dele através da morte. Quando o torturado opta por falar e, assim, libertar-se da violência corporal, ele sente-se como um traidor.

A tortura, quando vitoriosa, opera no sentido de transformar sua vítima numa desgraçada - e degradada - espectadora de sua própria ruína. (...) Por isto, o torturado não pode falar, embora esta seja uma exigência quase sobre-humana. (PELLEGRINO, 1988, p.20)

Para Pellegrino (1988, p.187), a tortura é um crime contra a humanidade e, portanto, inaniável e sem prescrição. A tortura é barbárie, pura e simples. Ele explica que no caso das guerras ao lutar contra o inimigo pode-se contar com a integridade física. É com as energias do próprio corpo que o combatente pode se apoiar. Ele pode ter medo e com isso fugir da guerra, desertar, usando os músculos do corpo para fugir do campo de batalha. Torna-se um covarde que teme o combate e a morte. Já o torturado não tem como fugir, e aquele que confessa é uma pessoa destruída.

A tortura nos rouba o corpo para jogá-lo, como um petardo, no centro mais íntimo da pessoa que somos. Ela é um estupro feito à pessoa tornada inerte, por suprema covardia dos torturadores. (...) Na guerra, posso fugir do campo de luta, posso desertar: sou, aí, um covarde que usa os próprios músculos para fugir da batalha. No caso da tortura, não posso fugir do torturador. (PELLEGRINO, 1988, p.187)

Helio Pellegrino foi expulso da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro, em 1980. A gota d'água foi o processo de denúncia e esclarecimento do médico Amílcar Lobo na tortura de presos políticos, e com a cumplicidade do analista Dr. Cabernite, acarretando a cassação do registro de Lobo no Conselho Regional de Medicina. Isso aconteceu através de seus artigos discutindo o poder, a tortura, os direitos humanos, e a ética da psicanálise.

Qual seria a definição de liberdade? Em primeiro lugar seria a possibilidade de escolha entre diversas alternativas. Podemos pensar em duas condições, que segundo Schnitman (1996) consistem em uma condição interna e em uma condição externa, e que além disso pode obter diferentes graus e possibilidades.

(...) a liberdade supõe duas condições. Em primeiro lugar, uma condição interna, a capacidade cerebral, mental, intelectual necessária para considerar uma situação e poder estabelecer suas escolhas, suas apostas. Em segundo lugar, as condições externas nas quais essas escolhas são possíveis. (...) se alguém está no cárcere pode conservar bastante liberdade interior, mental, mas não pode escolher onde passar as férias, o lugar onde exercer sua profissão, etc.” (...) observar diferentes tipos, diferentes graus de liberdade, segundo tenhamos possibilidades de escolha mais ou menos amplas e mais ou menos básicas, que permitem gozar maior grau de liberdade. (SCHNITMAN, 1996, p.45)

4.12. Contracultura

A contracultura representou a contestação de um determinado tipo de ordem cultural, questionando as normas e os padrões institucionalizados, os estereótipos vinculados às minorias.

Desejavam-se novas formas de experimentação subjetiva, a busca no campo existencial, a afirmação das diferenças e a transgressão das normas instituídas.

A contracultura é uma possibilidade permanente da vida social. Se nós formos pensar em termos antropológicos, a contracultura está sempre presente na vida social. Principalmente se nós entendermos a vida social como algo que está sempre mudando. A sociedade muda o tempo todo. (...) A mudança é constitutiva, produz vida social. A vida só existe porque existe a mudança, e só existe porque existe a diferença. (GILBERTO VELHO, 2007, 204)

Gilberto Velho (2007, p. 204), em seu ensaio “Mudança social, universidade e contracultura”, salienta que a contracultura dos anos 60 e 70 estava ligada às liberdades individuais, mas esse individualismo não representava um egoísmo, mas um individualismo que valorizava a singularidade individual, a importância das trajetórias individuais, das biografias.

O antropólogo explica que havia uma grande proporção de jovens que estavam engajados no sistema social convencional, como também havia pessoas que estavam ligadas à luta política e aquelas que se voltavam para o autoconhecimento e o movimento hippie. E, às vezes, o mesmo personagem poderia percorrer no tempo essas experiências ou vivê-las simultaneamente. “Os indivíduos são sempre complexos e vivem complexamente essas contradições e tensões” (GILBERTO VELHO, 2007, p.212).

Cláudio Novaes Pinto Coelho (2005, p.40), no artigo “A contracultura: o outro lado da modernização autoritária”, a partir de 1969, nota-se a presença de um movimento questionador da racionalidade e buscando transformações individuais, que seria o movimento hippie. Um movimento que representava a nova era, com uma nova sensibilidade.

O autor menciona que a imprensa já evidenciava a existência da cultura hippie, e a revista *Veja* em novembro já publicara um matéria sobre uma concentração de jovens ligados a esse movimento na Bahia. Inclusive a polícia já fazia repressão a esses grupos. Bem lembrado pelo autor, em 1970, a *Veja* no mês de março publicou uma matéria em que a Polícia Federal promoveu em todos os Estados uma campanha rigorosa contra os jovens de colar no pescoço e cabelos compridos. Só na Feira de Arte de Ipanema, no Rio, 200 jovens foram presos.

Para Coelho (2005, p.41), a repressão não se resumiu às prisões, mas também a internação dos “loucos” nos hospitais psiquiátricos. Aliás, não somente os hippies estavam ameaçados ao internamento, porém qualquer forma de dissidência corria o risco de ser caracterizado como um sintoma de enlouquecimento. A ausência no convívio familiar, as alterações nos horários no dia-a-dia, a falta de vaidade, consistiam argumentos para um sintoma de desajuste. Essa loucura contracultural acabava virando um estigma atribuído pelos “caretas” da época.

Mas, ao contrário da luta armada, que priorizava o combate ao aparato repressivo do estado, a contracultura dirigia-se para o que, de acordo com sua visão de mundo, seria o fundamento do autoritarismo: a racionalização da vida social. O questionamento contracultural da racionalidade incidia nas mais diferentes dimensões da vida cotidiana. O caráter pluridimensional dessa prática social aparecia nas suas principais características: ênfase na subjetividade em oposição ao caráter objetivo/racional do mundo exterior, a aproximação com a “loucura” e a marginalidade, a construção de comunidades alternativas. (COELHO, 2005, p. 41)

A geração hippie negava a racionalidade como única forma de questionamento, então ao reduzir a racionalização à racionalização autoritária, adotava-se a “loucura” como forma de protesto tanto com a lógica de direita quanto de esquerda.

Paulo Henriques Britto (2007, p.45), em seu texto “É possível transgredir no momento poético atual?”, a contracultura está associada a idéia de transgressão, sendo uma subcultura que se opõe a cultura dominante, tendo como auge o período que se seguiu do AI-5 até metade dos anos 70. No que diz respeito à poesia desta época o que despontou foi a geração mimeógrafo ou geração marginal.

A poesia marginal se opunha ao padrão construtivista-objetivista que representava a produção dos poetas concretistas. Deve-se lembrar que houve uma militância dos poetas concretistas para conquistar o respeito da academia tornando-se uma neo-academia instalada de forma sólida na nossa cultura.

Esses poetas tinham uma preocupação com o aqui e agora e iam contra a postura revolucionária de ter que se fazer uma arte engajada na luta contra a opressão capitalista, tendo que sacrificar o tempo presente e individual em nome do futuro da humanidade. Britto (2007, p.45) lembra que esses poetas buscaram inspiração no modernismo e tiveram como precursores da contracultura nos anos 60 os *beats* norte-americanos, com seus versos livres, longos e frouxos, com liberdade e subjetividade. Assim, era o desbunde que celebrava prazeres do dia a dia, e ao mesmo tempo rompendo com conservadorismo ideológico da poesia que se fazia até então.

(...) concretos e marginais tinham em comum o apego a alguns valores básicos do auto modernismo, encarnados principalmente na figura contraditória de Oswald de Andrade, que os concretos valorizavam pela concisão e objetividade, e os marginais pela irreverência e o humor. (BRITTO, 2007, p. 45)

Houve personalidades como Paulo Leninski e João Cabral de Melo Neto que tiveram características comuns a essas duas tendências. Contudo, tanto a poesia concretista-objetivista quanto a engajada representavam *establishments* que deveriam ser contestados.

É importante relatar a diferença entre os formalistas e os culturalistas. Os primeiros, segundo Britto (2007, p.47), viam o poema como objeto verbal com determinadas características

formais, insignificante com significado lingüístico ou insignificante pura e simples. Já os segundos pensavam o poema como um texto que vai de encontro a um referente externo, não apenas à obra, portanto o poema seria como um documento. Além disso, os culturalistas se opunham a crítica sociologizante dos anos 60, onde o poema, como qualquer obra de arte, representava um meio para mensagens que indicassem um caminho para a crítica do capitalismo e apontassem para a revolução socialista.

Logo a mensagem buscada pelos culturalistas ia de encontro a pluralidade, isto é, referindo-se a questões como negritude, sexualidade, identidades pós-coloniais, etc. Ao passo que a crítica engajada detinha-se num modelo que abraçava as causas operárias, a opressão, o imperialismo, o campesinato, a revolução e o povo, etc... Isso refletia nesse momento a busca entre o novo e o velho. Torna-se importante dizer que o poema marginal não deixa de subverter o caráter formal da poesia vigente pela sociedade ocidental. O interessante é aquele que subverte, ao desconstruir a categoria social canônica.

A contracultura está intrínsecamente ligada à liberdade individual. Conseqüentemente, cada indivíduo experimentaria a sua própria liberdade, afrontando o sistema vigente, isto é, a sociedade organizada, que estabelecia regras, como esclarece Luis Carlos Maciel (2007, p.65), em seu texto “O tao da contracultura”. Então, ir em busca da própria liberdade já consistia numa transgressão, como se fosse um atrevimento. Esses jovens desejavam uma vida diferente do estilo de vida de seus pais, o que os levava a buscar uma necessidade de ordem existencial.

(...) A liberdade interna de Sartre é absoluta. Você é inteiramente responsável por tudo que você faz porque você é inteiramente livre. Ah, mas se o cara está enfiado numa cadeia, numa cela, lá entre quatro paredes? Dentro daquela circunstância, ele ainda é livre. Eu estive preso (...) Mas a minha liberdade interna, a liberdade do meu espírito, ninguém podia tirar, ela só crescia!. (MACIEL, 2007, p. 67)

A busca por essa liberdade individual abriu um caminho para a experimentação de drogas como o peiote, a aiuasca, a maconha e o LSD ou ácido lisérgico. Assim abriu-se um espaço no qual essa geração caiu fora da ordem organizada, do establishment, o que chamou-se de drop-out. Os hippies desejavam paz e amor e queriam optar por uma sociedade alternativa, diferente da qual viviam.

Muito bem lembrado por Maciel (2007, p.71), Raul Seixas já cantava a sociedade alternativa. Porém a sociedade que determina as regras não suportaria a idéia de que poderia existir um outro tipo de organização onde as pessoas pudessem ser felizes e, o que seria ainda mais assustador, essas pessoas poderiam ser felizes sem ter apego ao dinheiro. “Não adianta. Não haverá ética, não haverá moral, não haverá felicidade, não haverá sexo saudável, não haverá arte verdadeira, não haverá nada enquanto existir grana”(MACIEL, 2007, p. 71).

No que tange a filosofia, a contracultura buscou a filosofia oriental em contraposição a ocidental. Buscavam a meditação através da ioga, uma alimentação saudável, a macrobiótica, a comunhão com a natureza, terapias corporais, mentais e espirituais.

Sandra de Sá Carneiro (2007, p.91), em seu artigo “Estilos de vida no contexto do universo Nova Era”, chama a atenção para o fato de que muitos de seus amigos que foram ex-militantes políticos se engajaram nas indiferentes práticas e vivências relacionadas ao que vem sendo denominado nova consciência religiosa, movimento da Nova Era. Ela registrou em sua pesquisa que os diversos caminhos eram: Chama Violeta (Saint Germain), Santo Daimé, Trigueirinho, Wicca, União do Vegetal, Sida Yoga, Projeciologia, Perfect Liberty, astrologia, numerologia, runas, I Ching e outros. Havia o desejo de transformação pessoal contínua através da melhoria espiritual, em busca do autoconhecimento e do equilíbrio individual. Então, essa busca tornava-se um projeto pessoal e social. Vale destacar também Transcendentalismo, o Espiritualismo e a Teosofia.

Maria Cláudia Coelho (2007, pp.124-125), em seu artigo, “Herdeiros da Contracultura”, comenta que os hippies através da não-violência realizavam um movimento contra o sistema e passavam a adotar um estilo de vida alternativo. Eles preferiam o campo à cidade, e dessa forma tinham uma comunhão com a natureza, optando por uma alimentação mais saudável; buscavam o trabalho artesanal e a vida em comunidade. Esses jovens rompiam com os modelos tradicionais de família. Desejavam transformar o comportamento individual para alcançar um novo modelo de sociedade. É relevante mencionar a opção pelo misticismo e pelas “viagens” através do consumo de substâncias

Na música, o rock passa a ser o porta-voz da contestação. No teatro, como a cientista social menciona, a palavra é substituída pelo corpo, ou seja, pela linguagem corporal e procura-se novos espaços para uma maior interação do público com os atores, o que contribuiria para uma não-passividade do espectador.

A atmosfera da contracultura envolvia a contestações das normas de comportamento, a luta pelas minorias, pelo direito à cidadania, busca por novas formas de expressão, enfim, a procura da subjetividade. Tudo isso se configurava numa transgressão libertária. A loucura torna-se capaz de romper com a lógica racionalizante da direita e da esquerda, configurando-se também numa nova forma de pensar o mundo.

Bezerra Junior (2007, pp.130-132), em artigo “Da contracultura à sociedade neuroquímica” fala sobre questões que foram alvo de debates nessa época de grandes mobilizações sociais e de inspiração libertária. O papel das teorias organicistas na compreensão das doenças mentais, as intervenções biológicas no tratamento dos sofrimentos psíquicos e o que significado do diagnóstico psiquiátrico e o estatuto científico da noção de doença mental eram questões de enormes debates.

O movimento da contracultura estava ligado à dimensão política da experiência subjetiva e na necessidade de transformação da existência individual e coletiva. Sendo assim, novas propostas direcionavam-se para um horizonte de desmedicalização da loucura e do sofrimento psíquico.

A polaridade concepções biológicas versus concepções humanistas nunca deixaram de existir dentro e fora do campo psiquiátrico. Nos anos 50 os psicofármacos eram como coadjuvantes em estratégias terapêuticas, e quarenta anos depois isso mudou radicalmente com as intervenções biológicas tornando-se hegemônicas na área da psiquiatria.

O que marcava os anos 60/70, segundo o autor, eram as abordagens psicodinâmicas e psicossociais. Os estudos de Freud dominavam, assim como os termos repressão, conflito inconsciente, desejo, ato falho, recalque dentre outros. Hoje ouvimos palavras como neurotransmissores, serotonina, sinapses etc. Logo, os conflitos inconscientes e seus sintomas dão lugar às disfunções neurais e expressões comportamentais. O sofrimento, o enigma, a decifração e experimentação cedem espaço para a dor, a disfunção, a explicação e regulamentação.

Bezerra Junior (2007, pp.139-142), nos diz que nos final dos anos 60, o discurso psicanalítico dominava no que abrangia a condição psicopatológica, contudo os pais se sentiam culpabilizados pelos problemas dos filhos, e os adultos por suas próprias doenças orgânicas. Vários fatores contribuíram para que a psiquiatria reavesse seu sistema diagnóstico, aproximando da clínica médica. Havia também a necessidade de um diagnóstico que fosse simples e objetivo para que os médicos de outras especialidades fizessem a sua utilização assim como enfermeiros, assistentes sociais, psicólogos e terapeutas ocupacionais. Logo, a doença mental teria uma atenção ampliada, mas para isso acontecer deveria ser criado um código, O DSM (Manual de Diagnóstico e Estatística da Associação Psiquiátrica Norte-Americana).

O DSM II se utilizava noções como neurose, psicose e voltava-se para a singularidade individual e experimentação psicológica. Nos anos 80, o DSM III se restringe na descrição de sinais e sintomas, sem indagar a causa. Conseqüentemente a experiência subjetiva deixa do paciente deixa de ter destaque. O que no DSM II representava 180 categorias de sintomas, no DSM III subia para 265 e depois no DSMIV para 374. O perigo, segundo o autor, reside no fato de que pessoas leigas possam ser diagnosticadores em potencial.

Os psiquiatras já não são os principais responsáveis pela prescrição de tranqüilizantes e antidepressivos, já que clínicos de diversas áreas podem receitar esses medicamentos. A indústria farmacêutica cresceu vertiginosamente com o uso cada vez crescente de psicofármacos e a vida subjetiva e social passa a ser regulamentada quimicamente.

Contudo, ressalta que o DSM III eliminou estigmas associados à diagnósticos como psicose maníaco-depressiva, ou neurose obsessivo-compulsiva por categorias como transtorno bipolar

transtorno obsessivo-compulsivo. Também a homossexualidade deixou de ser considerada categoria patológica

Nos anos 60/70 havia modelos identificatórios diferentes, ou melhor, uma mesma geração pode viver de maneiras diferentes. Assim, houve aqueles que preferiram a luta armada, aqueles que voltaram-se para movimentos contraculturais, ou mesmo aqueles que se mostravam alheios a tudo que acontecia ao redor.

Maria Isabel de Almeida e Fernanda Eugenio (2007, p.163), no artigo “Paisagens existenciais e alquimias pragmáticas”, argumentam que seus entrevistados, nos anos 60/70, ao ver o vício como algo indesejável, viam também a questão das drogas como algo *démodé*, pois chegava-se a fase adulta com suas responsabilidades.

Observou-se também que os projetos pessoais eram subordinados ao plano coletivo, visando os ideais do grupo. Associavam o consumo de drogas a uma visão mais abrangente do mundo, e ao mesmo tempo sentiam-se mais criativos, ousados e generosos. De acordo com as autoras, o uso do LSD e da maconha trazia um universo lúdico, da exposição de fraquezas, do medo, além da questão do próprio ritual que isso envolvia e de uma certa glamourização. O que difere da juventude que consomem drogas nas raves onde a coletividade é posta a serviço dos sujeitos.

Enquanto a maconha e o LSD sinalizavam uma temporalidade estendida buscando uma expansão da consciência, uma mudança interna, o *ecstasy* está ligado à temporalidade enérgica, tensa e rápida, como se fosse um turbinamento. Nos anos 60/70 havia a questão da ruptura, da mudança de valores familiares e comportamentais. Hoje não há um rompimento, mas um *continuísmo*.

4.13. Tropicalismo

Caetano Veloso, em 1967, com a música *Alegria Alegria*, participou no III Festival da Música Popular Brasileira, causando polêmica. Como revela Heloisa Buarque de Hollanda (1992, p.55), em “Impressões de Viagem”, o tropicalismo já ganha seus contornos ao criticar a *intelligentzia* de esquerda, quando Caetano diz “por entre fotos e nomes / sem livros e sem fuzil” e a ligação com os canais de massa, ao cantar “ela nem sabe, até pensei / em cantar na televisão”. Bem lembrado pela autora, Caetano Veloso tinha o desejo de estar na TV, pois queria ocupar e interagir naquele veículo que representava a cultura popular de massa. Os tropicalistas querem entrar nos circuitos dos sistemas, mas ao mesmo tempo se opõem a ordem desse mesmo sistema.

O tropicalismo busca uma linguagem do tempo presente, se inspira no concretismo e se aprofunda no existencialismo. A produção cultural é marcada pelo mundo fragmentado e pela

descontinuidade do tempo. Os tropicalistas tinham uma preocupação com o aqui e agora e não depositavam expectativas libertárias no futuro que talvez fosse promissor.

Toda essa radicalização na mudança comportamental desses jovens atinge uma dimensão política que se expressa em maneiras diferentes de conceber o mundo e as relações de poder.

Os jovens usavam roupas ultra-coloridas, com cores berrantes, abusando das formas geométricas, calças boca de sino, blusas com golas extravagantes, minissaias, batas, saias tipo indianas, biquínis de crochê, etc. Eles preferiam os cabelos longos, valorizavam os cachos e alguns até frisavam as madeixas. Os afro-descendentes enalteciam a própria negritude e curtiavam o cabelo no estilo black-power. Os jovens usavam óculos com grandes armações ou pequenos no estilo John Lennon. As mulheres se maquiavam com cores marcantes, usavam argolas que chamavam atenção e adoravam bolsas enormes e sandálias plataforma.

Essa juventude desconfiava dos mitos nacionalistas, os discursos populistas, das promessas de tomada de poder, e já não estavam mais satisfeitos com o rumo tomado pelos movimentos de uma esquerda ortodoxa, pois a revolução marxista-leninista já se mostrava autoritária e burocrática. Argumentavam que não existia a possibilidade de uma revolução social sem uma transformação individual. Para eles havia o moralismo comunista resguardava o corpo, ou seja, temia as forças revolucionárias do erotismo.

Os centros urbanos são valorizados no que remete à cultura underground, ou o que representaria estar à margem. Há preocupação com as minorias: negros, homossexuais, bissexuais, comunidades carentes, menores infratores, etc.

A cultura africana é valorizada e a Bahia torna-se o epicentro, de onde nasce a influência tropicalista com seus líderes Caetano Veloso, Gilberto Gil, Rogério Duarte, Duda Machado, Wally Sailormoon, dentre outros.

O contato com os concretistas foi muito proveitoso, pois contribuiu com troca de informações, permitindo aos compositores e poetas pensar sua produção e colocá-la no contexto cultural brasileiro.

Surgiu a publicação chamada Navilouca, organizada por Torquato Neto e Wally Sailormoon, que reunia textos literários dos próprios organizadores e de Rogério Duarte, Hélio Oiticica, Caetano Veloso, Jorge Salomon e outros. Rogério Duarte, além de músico, poeta, ator, cineasta, designer, era considerado como um guru desse grupo, por sua experimentação sem limite até mesmo próximo da loucura.

Essa publicação era definida por textos fragmentados, críticas anárquicas com diagramações inovadoras. Mais tarde surgem Pólen, Código, Corpo Estranho e Muda, que se opõe a produção

artesanal da geração mimeógrafo, conferindo preocupações com a valorização dos aspectos gráficos e visuais, buscando a coerência entre produção intelectual e opção existencial.

4.14. Pensadores de uma geração

Lukács ao se tornar adepto do comunismo, tornou-se crítico da sociedade burguesa capitalista, passando a interpretar a cultura revolucionária do sistema comunista. Para ele, a vida econômica e a produção deveriam ser colocadas a serviço da humanidade, das idéias humanitárias e da cultura. Assim, haveria a transformação da sociedade.

(...) Ele situava uma revolução cultural, moral, no cerne da luta de classes travada pelo proletariado. Pelo despertar do proletariado em direção a uma consciência de si mesmo, a uma consciência de classe, chegar-se-ia, em sua concepção, ao ponto em que o conjunto dos processos sociais tornar-se-ia consciência, a vida banal seria investida pela vida essencial, em que os homens se tornariam atores no seio da verdadeira realidade. (WIGGERSHAUS, 2006, p.110)

Debord, segundo Silva (2006, p.76), criou e liderou um grupo chamado Internacional Situacionista, fundado em 1958 e extinto em 1972, o qual tinha como projeto a crítica radical da vida cotidiana no capitalismo. Para ele, o sistema capitalista deveria ser derrubado e isso aconteceria somente a partir da conscientização dos trabalhadores.

Em 1967, através da teoria da Sociedade do Espetáculo, esclarece que a dominação das regiões subdesenvolvidas não se dá somente pelo poder econômico, mas também pelo poder do espetáculo. Ocorre a dissolução do sujeito autônomo, aquele que é capaz de produzir uma interpretação de si mesmo e da sociedade, como também se dissolve o espaço público.

A alienação do espectador em favor do objeto contemplado (o que resulta de sua própria atividade inconsciente) se expressa assim: quanto mais ele contempla, menos vive; quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes da necessidade, menos compreende sua própria existência e seu próprio desejo. (DEBORD, 1997, p.24)

Tudo o que é vivido pelos indivíduos torna-se uma representação, e isso resulta no processo de negação da vida real. O mundo deixa de ser real e torna-se uma sucessão de imagens.

Quando isso acontece, essas “simples imagens tornam-se seres reais e motivações eficientes de um “comportamento hipnótico”. O espetáculo utiliza-se da tecnologia para fazer aquilo que já não se pode tocar diretamente. (...) a realidade vivida é invadida por essa contemplação do espetáculo e acaba por retomar em si a ordem espetacular. Ou seja, realidade e espetáculo acabam por se fundir. (...) quanto mais o espectador contempla, menos ele vive; “quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes da necessidade, menos compreende sua própria existência e seu desejo. (DEBORD apud SILVA, 2006, p.85)

Um grupo de pensadores alemães formou, em 1923, o Instituto de Pesquisa Social na Universidade de Frankfurt. Com o nazismo, a maioria dos intelectuais, que eram judeus, teve que fugir para outros países da Europa e, mais tarde, para os Estados Unidos. Tinha como objetivo uma visão crítica da sociedade, através das áreas de produção do conhecimento e nos aspectos culturais e econômicos, através de uma perspectiva marxista.

De acordo com Wiggershaus (2006, p.642), Marcuse em “O Homem Unidimensional” integrou suas análises da sociedade capitalista avançada, num conjunto sistemático. Ele o fez da maneira que o distinguia dos outros teóricos de Frankfurt, pois apresentava a experiência cotidiana de um teórico sensível com um discreto romantismo.

A recusa da liberdade e até mesmo de sua possibilidade é o que explica que a ausência de coerção é preservada nos pontos em que ela reforça a opressão. O grau no qual a população está autorizada a perturbar a paz nos lugares em que, pelo menos, há ainda paz e silêncio, autorizada a fazer-se notar desagradavelmente e a tornar as coisas odiosas, a transbordar de familiaridade e desrespeitar os bons costumes, é uma coisa angustiante. (MARCUSE apud WIGGERSHAUS, 2006, p.643)

Enquanto na sociedade bidimensional os operários e burgueses estão em conflito, na sociedade unidimensional o operariado e as camadas mais baixas da população perderiam a característica contestadora e seriam absorvidos pelo sistema.

De acordo com Zappa e Soto (2008, p.250), a Nova Esquerda sonhada por Marcuse seria formada por estudantes e grupos marginalizados pela sociedade. Só estes seriam capazes de realizar a revolução e “construir a utopia de uma mudança radical na sociedade e na natureza humana”. Essa Nova Esquerda seria menos dogmática, mais tolerante, ampla e rejuvenescida, priorizando o ativismo social e combatendo a alienação. O que se diferenciava da “Velha Esquerda” influenciada pelas teses marxistas-leninistas, como a luta de classes e a ditadura do proletariado.

Wiggershaus afirma que Marcuse dera um passo em direção a teoria dos grupos marginais. E isto seria o começo da transformação da teoria em engajamento prático.

Na base popular do conservadorismo, encontra-se, no entanto, o substrato dos desprezados e excluídos: os explorados e perseguidos de outras raças e outras cores, os sem trabalho e os inaptos para o trabalho. Eles existem fora do processo democrático: sua vida necessita de maneira mais imediata e mais concreta da eliminação de relações sociais e de instituições intoleráveis. É assim que sua oposição é revolucionária mesmo que sua consciência não o seja. (...) Quando eles se amontoam e descem pelas ruas, sem armas, sem proteção, para reclamar os direitos cívicos mais elementares, eles sabem que estão se arriscando aos cães, às pedras, às bombas, à prisão, aos campos de concentração e mesmo à morte. (...) O fato de eles começarem a recusar-se a jogar o jogo pode ser o fato que marca o começo do fim de um período.” (MARCUSE apud WIGGERSHAUS, 2006, p. 644)

Em 1961, Marcuse escreve *Repressive Toleranz*. Ele dedica este artigo aos alunos da *Brandeis University*, pois seus alunos tornaram-se ativos na vida política. Esses jovens, no início da década de 60, já lutavam pelos direitos civis, contra a segregação racial e em Berkeley sugia o movimento pela liberdade da palavra. Em dezembro de 64, numa greve do *sit-in* (sente-se), pois havia manifestações contra a segregação racial em restaurantes e transportes públicos, oitocentos estudantes foram presos. Essa juventude também queria o fim da guerra no Vietnã.

Para Marcuse, no que tangia o ponto de vista histórico, havia diferença entre a violência revolucionária e a violência reacionária, a dos oprimidos e a dos opressores. Já no ponto de vista ético, essas duas formas de violência seriam desumanas. Porém, ao fazer o uso desses critérios num momento em que os oprimidos se revoltam contra os opressores, ou seja, os pobres contra os ricos, volta-se aos interesses da própria violência e, assim, há o enfraquecimento dos protestos.

No centro dessa sociedade industrial avançada, a violência dominava e a sociedade corria perigo. As conseqüências pareciam se aplicar tanto aos oprimidos por uma potência mundial como os Estados Unidos, quanto às pessoas tratadas como minorias legais pela sociedade industrial. Também incluíam tanto os que lutavam contra o sistema repressivo, aliando-se às minorias e aos povos privados de seus direitos, quanto os que faziam por pura hostilidade para com o sistema..

Acredito que para as minorias oprimidas e maltratadas existe um direito natural à resistência, a usar meios legais se tenham revelados insuficientes. A lei e a ordem existem em toda a parte e são sempre a lei e a ordem daqueles que protegem a hierarquia estabelecida; é absurdo apelar para a autoridade absoluta dessa lei e dessa ordem contra os que sofrem por causa delas e as combatem. (MARCUSE apud WIGGERSHAUS, 2006, p.645)

Em 22 de maio de 1966, na Universidade de Frankfurt, ele participou de um congresso onde se encontravam cerca de dois mil alunos, professores, sindicalistas, além de comunicadores e diretores de debates como Jürgen Habermas e Oskar Negt. Na República federal, uma grande manifestação acontecia contra a guerra no Vietnã.

O Vietnã tornou-se o símbolo do futuro da repressão econômica e política, o símbolo do futuro da dominação do homem sobre o homem. O que significaria a vitória do movimento de libertação nacional no Vietnã? Tal vitória significaria - e esse é, penso eu, o aspecto decisivo - que uma rebelião elementar dos homens contra o aparelho de repressão técnica mais forte de todos os tempos pode vencer. (...) nós devemos protestar mesmo que pensemos que é sem esperança, simplesmente para poder sobreviver como homens e também para tornar acessível a outros uma existência digna dos homens. (MARCUSE apud WIGGERSHAUS, 2006, p.647-648)

Em 22 de junho de 1966, como relatado no livro “A Escola de Frankfurt”, Wiggershaus (2006, p.644) revela que os estudantes berlinenses reagiram ao que representava uma reforma

universitária repressiva e organizaram a primeira grande greve sit-in numa universidade alemã, que reuniu três mil pessoas.

Em junho de 67 o estudante Benno Ohnesorg foi assassinado e os protestos se espalharam por toda a República federal, em todas as cidades universitárias.

Marcuse em julho de 67 era o intelectual aclamado da nova esquerda. Ele tinha diferenças com a dupla Horkheimer/Adorno sobre a avaliação dos estados Unidos, a guerra do Vietnã e do movimento estudantil. No dia 12 de julho, tem início o congresso de quatro dias organizado pelo SDS. Ele era mentor para essa geração. Os alunos ativos queriam buscar respostas que pudessem servir de esclarecimento àqueles que conseguiram arregimentar. Os jovens queriam que o filósofo indicasse uma utopia positivista. Era como se eles ficassem frustrados dos desdobramentos do discurso. Os jovens esperavam que Marcuse transmitisse uma série de conceitos sedutores e marcantes.

Para Wiggershaus (2006, p.653), Adorno continuava no papel de universitário e autor mais afastado das questões políticas, e permanecia reservado em público quanto os resultados de sua produção intelectual, sem os identificar ou rejeitar. Habermas também como universitário e autor parecia estar se distanciando ao esclarecer os fins e os métodos, as oportunidades e os perigos.

Numa reunião com membros da SDS (Students for a Democratic Society), Adorno não quis que sua conversa fosse gravada em fita cassete, pois, caso contrário, poderia passar a imagem de guru do movimento estudantil.

Ser mestre do pensamento da oposição estudantil não implicava nem identificar-se inteiramente como o que declara, reivindicava e criava (aliás de forma unânime), nem um engajamento ativo no movimento de protesto dos estudantes, nem uma consagração entusiasta da parte deles. (WIGGERSHAUS, 2006, p.653)

Em 1967 em Hanover, o congresso intitulado “Ensino superior e democracia- condições e organização da resistência”, reuniu alunos da esquerda universitária, em grande escala nacional. Habermas foi convidado, assim como os professores que estavam ao lado dos estudantes naquela época. Ele salientava os perigos subjetivos do movimento estudantil, as tensões provenientes do próprio engajamento político versus a vida profissional e também antevia que o meio científico positivista não conseguia mais fornecer uma orientação quanto a maneira de agir e, assim, haveria a necessidade da orientação prática de conjunto (WIGGERSHAUS, 2006, p.652).

Ele definia o *difficil bom caminho* como um caminho entre arestas, entre a indiferença, a adaptação excessiva e a apatia política de um lado e, do outro, as orientações irracionais da maneira de agir para a massa dos estudantes, e um ativismo ligado a uma vontade revolucionária de durar que se tornara um fim em si , e uma simplificação caricatural da teoria para um grupo de estudantes tão

reduzido, eu não valia a pena falar dele. (...) sua advertência: não sucumbir ao masoquismo, não transformar pela provocação a violência sublimada das instituições em violência manifesta. (WIGGERSHAUS, 2006, p.651)

Para Habermas o movimento de protesto deveria contribuir de maneira indireta para a democratização das sociedades complexas e desburocratização da dominação, a partir do momento em que se reforça a democracia no interior das organizações e a crítica dos meios de comunicação de massa.

Como Wiggershaus (2006) afirma, nem no plano teórico, nem em relação à organização da Universidade, os teóricos críticos alcançaram o entendimento pleno com os universitários engajados politicamente.

Para Walter Benjamin, em seu texto “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica” (1935-1936), a reprodução das obras de arte vai retirar a condição da existência única da obra para uma existência serial.

Bárbara Freitag (1986, pp.75-76) explica que as obras de arte que possuíam uma dimensão aurática, com o seu valor de culto, vão encontrar no processo de reprodução a dissolução dessa aura, ou seja, a desaturização. A aura é uma espécie de invólucro que envolve a obra de arte, contendo elementos espaciais e temporais: a aparição única de uma coisa distante, por mais perto que ela esteja. Logo, a música, a fotografia, os filmes, a pintura e a palavra, por exemplo, se tornariam expressões cotidianas, tendo uma relação com o sistema industrial. Essa reprodução em série vai fazer com que estas obras deixem de ser bens de consumo de luxo, pertencentes às camadas elitizadas e passem ser bens de consumo de massas.

Freitag (1986, p.75) ressalta que para Marcuse, Horkheimer, Adorno e Benjamin, a cultura em geral, e sobretudo a obra de arte, teria a dupla função de representar e consolidar a ordem existente e também de criticá-la e denunciá-la. Benjamin acredita na democratização através da desaturização, porém vê com desconfiança a possibilidade de politização.

Para Adorno e Horkheimer o potencial democrático e progressista da cultura promovido pela reprodutibilidade técnica não seria possível, porque esse processo estaria contido numa sociedade capitalista. A dissolução aurática levaria a perda da dimensão crítica da obra, coincidindo com a unidimensionalização do mundo. Horkheimer, Adorno e Marcuse se utilizam do termo indústria cultural ao se referirem ao caráter de subordinação da cultura em mercadoria.

Com isso, o mundo espiritual das idéias, da arte, dos sentimentos, etc. (cultura) e o mundo da reprodução material da vida (civilização) não se reconciliariam porque o primeiro traiu o ideal da promessa de felicidade e liberdade. Com a lógica do mercado e das relações de troca, o produto cultural deixa de ser cultura e passa a ser valor de troca.

Para Freitag (1986), o operário e o trabalhador depois de um longo dia de trabalho, terá o seu espaço de lazer ocupado pela nova produção cultural, a qual fará de tudo para fazê-lo não pensar sobre sua condição, ou seja, a sua realidade. Conseqüentemente, a indústria cultural vai criar a ilusão da felicidade sendo conquistada no presente e não mais no futuro .

Foi-lhes tomado o tempo para pensarem, e foi-lhes tirada a esperança preservada outrora em obras culturais de que o presente poderia ser melhor. São sugestionados, ainda, para consumirem incessantemente, pois o consumo é apresentado como o caminho para a realização pessoal. (FREITAG, 1986, p.73)

A indústria cultural vai desenvolver-se com base nos mecanismos de oferta e procura, através da exploração das necessidades e de predisposições individuais, que são criadas pela própria sociedade capitalista. Logo, o indivíduo não é autor da indústria cultural, mas o seu objeto.

Santos (1992) conclui que a indústria cultural, com suas mensagens ocultas, age de forma sedutora para, na verdade, manipular os indivíduos e encorajá-los a um comportamento conveniente.

Para se impor a indústria cultural difundiu diversos mitos. Um deles é o da individualidade, criado para fazer crer que cada pessoa é verdadeiramente livre e autônoma. (...) O sujeito é mergulhado num caldo de cultura imposto aos restantes indivíduos, criando uma amálgama estandardizada e estereotipada. (...) Quanto mais difusa e autônoma aparenta ser a população, mais fácil é para os meios de comunicação de massas controlar sua vida. (SANTOS, 1992,p.47)

Rüdiger (2001,p.131), em “A Escola de Frankfurt”, diz que esses pensadores criticavam a cultura de massa, porque nela se encontravam as marcas da violência e da exploração a que foram submetidas desde tempos atrás. Eles não foram contra a tecnologia, mas ao seu uso a serviço da organização política e econômica.

5. Breve relato dos fatos políticos nos anos 60/70 no Brasil até a redemocratização.

5.1. ANOS 60

Em 1960, Brasília é inaugurada por Juscelino Kubitschek como a nova capital do país, e sua construção, um projeto audacioso, levaram três anos e dez meses. Esse projeto representava o “sinal dos novos tempos”, apontando para um novo Brasil, principalmente para as empresas que lucraram e cresceram diante das oportunidades de investimento que surgiam.

A idéia da construção de Brasília se deu durante a campanha eleitoral de Juscelino, num comício em Goiás, onde toma conhecimento que a Constituição de 1823, redigida por José Bonifácio, antecipava a criação da capital no centro do país.

O governo de Juscelino é marcado pelo Plano de Metas: monta estaleiros de construção naval, aumenta a potência instalada das centrais elétricas, implanta a indústria automobilística, aumenta a produção de petróleo, eleva a produção de aço, amplia a rede ferroviária e aumenta a produção industrial.

A política econômica de JK consiste em viabilizar a industrialização a todo custo e para isso seu governo imprime um ritmo acelerado, uma estratégia desenvolvimentista. Como havia prometido, “seriam cinquenta anos em cinco”. Lança mão dos recursos públicos inativos, do endividamento externo e da emissão do papel-moeda em grande velocidade. Assim, ocorre a internacionalização da nossa economia. Essa política econômica beneficiava à burguesia e às altas e médias classes sociais, que se beneficiavam com os novos setores industriais. As classes menos favorecidas, que seriam “soldados do desenvolvimento”, não participavam do clima de euforia.

Embora os salários aumentassem em termos absolutos, a sua participação na expansão em termos relativos, era cada vez menor. De 1955 a 1959, enquanto os lucros industriais aumentavam 76% e a produtividade 35%, o salário mínimo elevava-se apenas 15%. (ALENCAR et alii, 1996, p.370)

Para os historiadores Alencar, Carpi e Ribeiro (1996), a visão dos ideólogos do desenvolvimentismo sobre a situação de dependência econômica e política, pela qual a economia brasileira estava submetida, não era responsável pelo atraso e pobreza do país. A responsabilidade estaria na forte participação do setor agroexportador. Logo, a industrialização resolveria os problemas do país, e para isso dever-se-ia estreitar laços com o capital internacional.

O planejamento da Universidade de Brasília ficou por conta de Darcy Ribeiro, Oscar Niemeyer e Cyro dos Anjos. A UNB seria um modelo capaz de conviver de igual para igual com outras universidades das maiores capitais do mundo.

O Rio deixa de ser a capital federal e é criado o Estado da Guanabara. O presidente Juscelino Kubitschek doa, então, três bilhões de cruzeiros para a construção do Aterro do Flamengo, a Avenida Perimetral, o túnel Catumbi-Laranjeiras (túnel Santa Bárbara) e outras obras.

A organização de direita TFP (Tradição, Família e Prosperidade) é criada por Plínio Correia de Oliveira, tendo como seu patrono o bispo de Campos Antônio de Castro Meyer e o ideólogo, o arcebispo de Diamantina, Dom Sigaud. Este último fazia apologia quanto a desigualdade social, afirmando que Deus queria o amor a ordem desigual. Para isso era importante que houvesse a caridade individual e organizada. Nesse caso, a riqueza de uns supriria a necessidade de muitos, logo a riqueza seria algo útil e necessária. A miséria seria inerente à sociedade.

A inflação atingia níveis exorbitantes, havendo contenção dos salários e fim dos subsídios à importação de produtos essenciais, como a gasolina e o trigo. O governo de JK transfere, assim, problemas como a inflação, o financiamento externo e o pagamento da dívida externa. Isso abria espaço para que o próximo presidente representasse a oposição.

A insatisfação dos trabalhadores e camadas médias quanto à política vigente, tornam-se aliadas ao estilo moralista e renovador de Jânio Quadros, sendo fator determinante para sua eleição.

Jânio Quadros torna-se presidente da República, através de eleições livres, pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN) e apoiado por outros partidos, sendo um deles a UDN. Ele critica o governo anterior por elevar drasticamente a dívida externa, que se encontrava na marca de 3,8 bilhões de dólares, elevando-se 1 bilhão e 435 milhões no governo JK. Denunciava que a situação financeira no Brasil era terrível.

Jânio construiu uma carreira meteórica na política, fora vereador em São Paulo, deputado, prefeito e governador do Estado.

João Goulart é reeleito vice-presidente pelo PTB e Carlos Lacerda assume o governo do Estado da Guanabara.

Quando Jânio foi prefeito estimulava a fiscalização por parte das camadas pobres em relação a administração municipal. Costumava ouvir as reclamações das pessoas pobres e fazia promessas injetando-lhes ânimo e esperança.

Sua campanha, com grande apelo popular tinha como símbolo “a vassoura”, pois isso significava a limpeza das sujeiras deixadas pelo governo anterior. A sua política estava voltada na luta contra a corrupção e especulação, na política externa independente, no combate a inflação com austeridade, visando alcançar a estabilidade econômica.

Em relação a política externa de Jânio, havia o desejo de estreitar relações do Brasil com a União Soviética para obter ajuda econômica e organizava missões comerciais à China e à África. Aproximou-se dos povos latino-americanos, não apoiando a decisão norte-americana de expulsar Cuba da OEA.

Tinha objetivo para ampliar o mercado para exportações nacionais e fortalecer a posição do Brasil na América Latina. Os grupos norte-americanos e europeus apoiados aqui no país por grupos políticos como certas facções da UDN manifestavam a sua insatisfação pelo fato de o Brasil estar ligando-se a esquerdização. Um motivo a mais para irritação dos conservadores foi a condecoração da Ordem do Cruzeiro do Sul para Che Guevara, ministro das Relações Exteriores de Cuba, um dos líderes da revolução cubana.

Fidel Castro visita o Rio de Janeiro e se encontra com Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e Carlos Lacerda.

O ISEB é acusado pelo chefe do serviço secreto do exército norte-americano, C. Campbell, de ser uma instituição comunista. Só em 1964 a instituição é fechada por Ranieri Mazzilli.

Jânio tinha o hábito de escrever bilhetes aos ministros sobre diversas questões como a proibição do uso de biquínis nas praias, lança perfume no carnaval, rinhas de galo e corridas de cavalo nos dias de semana etc. Jânio era uma figura excêntrica. Todo mês transferia o governo para uma região do país, pois não gostava de Brasília. Preferia de ver de perto os problemas locais e mantinha permanentemente subchefias nessas áreas.

O governador Lacerda denuncia pela TV que Jânio tentava articular um golpe e que ele teria sido convidado pelo ministro da justiça Pedro Horta. Causando perplexidade, Jânio renuncia à presidência em 25 de agosto de 1961, através de um bilhete entregue aos ministros militares. “Forças terríveis que se levantam contra mim e me intrigam ou infamam, até com a desculpa da colaboração” (ALENCAR et al, 1996, p.377).

Segundo a abordagem realizada no livro “História da Sociedade Brasileira”(1996), Jânio Quadros desejava manter-se na presidência, porém centralizando o poder em suas mãos, e achava que os ministros militares não aceitariam sua renúncia, conferindo-lhe maiores poderes. Ele achava que João Goulart não seria aceito como seu sucessor. Todavia, sua renúncia foi acatada sem grandes repercussões.

Jânio governou o país durante sete meses, fazendo crescer o seu prestígio frente às camadas populares, apesar do desagrado das classes dirigentes. Os udenistas ficaram aliviados com a renúncia porque Jânio se mostrava um político impulsivo.

Os ministros militares Odylio Denys, o almirante Silvio Heck e o brigadeiro Grum Moss, aliados aos direitistas e antigetulistas tentavam impedir a posse de Jango, que se encontrava na

China comunista. Na mídia impressa o jornal O Estado de São Paulo incitava a reforma da Constituição com a elaboração de uma emenda que retirasse o direito do vice-presidente de assumir o poder. Ao contrário desse posicionamento estava o Correio da Manhã que estimulava o Congresso a rejeitar essa conduta.

Para que o vice-presidente petebista João Goulart assumisse o poder, foi preciso que Brizola comandasse a Campanha pela Legalidade, pois os ministros militares vetaram a posse, prenderam o marechal Lott e ameaçaram derrubar o avião que trazia Goulart da viagem à China comunista. Os legalistas eram comandados por Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, e tinham o apoio do comando do III Exército, do general Machado Lopes, do Comando da 3ª Zona Aérea, de outros governadores, do Congresso Nacional e de sindicatos. A Campanha tomou conta do país.

Já o governador do estado da Guanabara, o udenista Carlos Lacerda e os aliados ao general Cordeiro de Farias apoiavam os ministros militares. A Frente Popular Nacionalista foi o grupo que reunia deputados e senadores do PTB, do PSD, da UDN e outros partidos.

Os ministros militares de Jânio estavam dispostos a tudo para impedir que Jango (João Goulart) assumisse o poder, pois viam o vice-presidente eleito como um agitador na época em que fora ministro do Trabalho durante o último mandato de Vargas.

Para diminuir os poderes do novo presidente, e solucionar a crise instalada, o Congresso vota por uma emenda constitucional que adota o regime parlamentarista, sendo que ao final do mandato haveria um plebiscito para referendar o novo sistema de governo. Tancredo Neves passa a ocupar o cargo de primeiro ministro. Ao tomar posse, João Goulart faz o discurso:

Subo ao poder ungido pela vontade popular, que me elegeu duas vezes vice-presidente da república e que, em impressionante manifestação de respeito pela legalidade e pela defesa das liberdades públicas, uniu-se através de todas as suas forças, para impedir que sua decisão soberana fosse desrespeitada. (ALENCAR et al, 1991, p.186)

Esse governo reunia grandes intelectuais e nomes respeitáveis como: Celso Furtado, Paulo Freire, Darcy Ribeiro, Evandro Lins e Silva, Waldir Pires, João Mangabeira e outros. A grande missão era acabar com a crise econômica e financeira, a inflação e o elevado custo de vida. A dívida externa era de 4 bilhões de dólares e as multinacionais remetiam a maior parte dos lucros para o exterior. O seu governo tinha um programa nacionalista e reformista estimulando a participação de capitais nacionais e estatais em setores estratégicos da economia, e deixando em segundo plano a participação do capital estrangeiro.

É implantada a Eletrobrás para fazer frente ao monopólio de produção e distribuição de energia elétrica de empresas canadenses e norte-americanas.

Foi descoberto, através de inquérito dirigido por José Aparecido de Oliveira, que o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) financiava eleições para deputados federais (mais de cem) através de verba estrangeira, com objetivo de defender as multinacionais. Este foi um exemplo de como a CIA intervia na política interna do Brasil, através da corrupção, das fraudes durante as eleições e dos subornos.

O sistema educacional tem tudo para florescer, depois da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação liderado por Anísio Teixeira e seguido por educadores democráticos. O Estado tem o dever de implantar um sistema público de educação popular e de qualidade.

Em Belo Horizonte, em 1961, acontece o I Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas que reúne quase duas mil pessoas.

Um feito de extrema importância no governo de Jango foi a recuperação das jazidas de minério de ferro do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais, que estavam nas mãos da empresa Hanna Corporation.

As organizações dos sindicatos rurais são legalizadas. Os lavradores, assim, vão à luta pelo socialismo liderado por Francisco Julião. A reforma agrária toma corpo e o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, desapropria duas fazendas Sarandi e Camaquã. Brizola dá a metade da fazenda de sua esposa aos camponeses sem terra.

Miguel Arraes, governador de Pernambuco, força os senhores de engenho a pagar o salário mínimo aos trabalhadores de cana.

A direita manifesta preocupação com o governo reformista de Jango, porque ela defende as multinacionais, o latifúndio improdutivo e do continuísmo das elites dirigentes. O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) organiza uma greve geral de vinte e quatro horas para a realização do plebiscito do sim ou não ao parlamentarismo. Na luta contra a inflação, Jango aprova o Plano Trienal de Celso Furtado, objetivando a obtenção de novos empréstimos, renegociação da dívida externa, elevação do nível de investimentos e redução das tensões sociais.

Os Estados Unidos querem invadir Cuba, e o nosso presidente escreve uma carta a Kennedy dizendo-se contra essa atitude. Também se manifesta contra a instalação de mísseis soviéticos ilha cubana, enviando um general brasileiro para se encontrar com Fidel.

O IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – tinha como objetivo a derrubada do governo de João Goulart e a implantação de um novo poder. Dessa forma são articuladas as conspirações da direita com a ajuda das Forças armadas e dos grupos das camadas dominantes da sociedade. O Golpe de 64 é fomentado.

Os subornos a imprensa e aos políticos através do IPES – IBAD chegam talvez na casa dos vinte milhões de dólares.

Nessa época, grupos terroristas praticavam atos de sabotagem e assassinatos. Esses grupos eram dirigidos por Dan Mitrione, um dos primeiros agentes norte-americanos a introduzir no Brasil a prática de transformar presos políticos em cobaias, testando métodos de tortura. Tais organizações vão originar o CCC (Comando de Caça aos comunistas).

A UNE (União Nacional dos Estudantes), através dos CPCs (Centro Populares de Cultura), começa um movimento mais acirrado de esclarecimento das massas através da cultura com a ajuda de intelectuais da época. É a UNE Volante colocando os artistas próximos ao povo, fomentando o convívio cultural. Surgem as canções de protesto, o teatro e o cinema políticos, literatura engajada, folhetos, conferências, tudo com a finalidade de defender os direitos do povo. As peças de teatro eram encenadas nas ruas, nas praças, nas comunidades carentes, e artistas renomados como Gianfrancesco Guarnieri, Augusto Boal e Oduvaldo Viana Filho (Vianinha) já eram conhecidos nesses encontros.

O Brasil torna-se bicampeão na Copa do Mundo no Chile. Pelé, para preocupação dos torcedores, ficara machucado logo no segundo jogo da seleção. A seleção de Aymoré Moreira venceu a Tchecoslováquia por 3 a 1, e os principais artilheiros foram Garrincha e Vavá.

Darcy Ribeiro é nomeado ministro da Educação e executa a lei de Diretrizes e Bases da Educação, instituindo três fundos iguais para o ensino primário, médio e superior. Tem início a campanha nacional de alfabetização, através do Plano Nacional de Educação. Ganha dimensão o método Paulo Freire de alfabetização de adultos, levando-os a compreender sua realidade através da visão crítica. Educar para libertar, era o lema.

Dez milhões de brasileiros votam pelo fim do parlamentarismo, no plebiscito realizado em 6 de janeiro, e João Goulart organiza o ministério.

Em junho de 1963, Jango encontra Kennedy no enterro do Papa XXIII em Roma, e mostra-se ciente da ação conspiradora dos integrantes da Aliança para o Progresso.

É instituído o Estatuto do Trabalhador Rural, no qual é assegurado a sindicalização e os direitos que já pleiteados pelos trabalhadores urbanos. O presidente também beneficia estes trabalhadores com a Previdência social.

Grande parte das minas não exploradas nos últimos vinte anos estava nas mãos da multinacional Hanna Corporation, e Jango resolve anular a concessão dessa minas. A Hanna Corporation funcionava como principal agência de coordenação e financiamento das atividades das multinacionais de apoio ao golpe.

O governo norte-americano não se conforma com a política nacionalista do nosso presidente e parte para fortes pressões para derrubar o governo. Inclusive, Bobby Kennedy visita o Brasil para

reclamar do programa de produção de aço para a exportação, contra a aplicação da Lei de remessa de Lucros e a desapropriação das empresas ITT e Bond & Share por Brizola.

As greves nos bancos pelo aumento dos salários e pelas reformas de base tornam-se freqüentes, o que irrita os banqueiros. Os dominicanos também lutam pelas reformas e pela justiça social, lançando o semanário Brasil Urgente.

Carlos Lacerda, governador do Rio, e Adhemar de Barros, governador de São Paulo, conspiram contra o governo e, sendo assim, Jango decreta o estado de sítio como uma forma de resistência. Vale lembrar que Lacerda havia feito apelos à intervenção norte-americana a um jornal de Los Angeles.

A Frente de Mobilização Popular se amplia com a liderança de Leonel Brizola, e reúne o CGT, a UNE, a FPN, as Ligas Camponesa e o Comando dos Sargentos e Marinheiros dão início à luta revolucionária pela libertação nacional.

As reformas de Jango mobilizam todo o país exigindo do Congresso as medidas legais e constitucionais para as mudanças de nossas instituições. Elas possibilitariam o desenvolvimento do Brasil e da América Latina, o que gerariam insatisfação por parte da oposição e do governo norte-americano. Os grupos de apoio ao governo eram o PTB, PCB e a UNE, sindicalistas, intelectuais e militares também. Eles estavam dispostos a favorecer o crescimento do Brasil com base num capitalismo nacional, anti-imperialista.

Paulo Guilherme Martins escreveu um livrinho nacionalista, no qual mencionava o dia-a-dia de Brasilino, um sujeito imerso numa sociedade americanizada, submissa ao capital estrangeiro.

Brasilino escovava os dentes com escovas “TEK”, da “Johnson & Johnson” e pasta “Kolyos”, da “White Hall Laboratories of New York”, barbeava-se com creme “Williams” e lâmina “Gillette”, banhava-se com sabonete “Lever” ou “Palmolive. (ALENCAR et al, 1991, p.188)

Aliás, com a morte do John Kennedy, quem assume a presidência é Lyndon Johnson e a direita detém o poder nos EUA.

As Reformas de Base fundamentam-se: na reforma agrária propiciando que milhões de lavradores trabalhem e tenham o que comer, além de melhorar a fartura nas cidades; a reforma tributária diminuindo as desigualdades sociais; a reforma eleitoral abrangendo todos os brasileiros adultos, incluindo a população analfabeta, na condição de eleitores e elegíveis; a reforma universitária aumentando o número de universidades no país e melhorando sua qualidade; reforma educacional ampliando a rede pública, fazendo com que os pobres tivessem oportunidade de instrução; reforma bancária proporcionando créditos e financiamentos sem juros exorbitantes e sem corrupção; a reforma administrativa evitando a burocracia; e no trato com as multinacionais, de acordo com a Lei de Remessa de Lucros, o que desagradava às companhias estrangeiras.

Os artistas, jornalistas e escritores se movimentam em prol da democracia e das reformas através do Comando dos Trabalhadores Intelectuais.

As greves crescem em todo o país, as manifestações pelas reformas tomam as cidades.

Em 15 de março de 1964, o presidente João Goulart para driblar os obstáculos à realização da reforma agrária institui o princípio do uso lícito da terra, tornando inviável o latifúndio improdutivo. A reforma agrária daria à posse de terra a milhões de lavradores miseráveis e, com isso, evitaria o êxodo para as grandes cidades causando um inchaço na população destas e que não evitaria a pobreza e a fome.

Nos latifúndios, quem quisesse plantar pagaria aos donos 10% do valor da colheita vendida. Haveria um aumento das terras cultiváveis e isso geraria emprego, como também o aumento dos investimentos na produção, utilização de máquinas. Os preços dos produtos agropecuários seriam diminuídos diante da oferta e da procura. Isso não era ruim para os empresários, contudo para os latifundiários significava o não cumprimento do direito de propriedade.

As relações de trabalho no campo consistiam no colonato, em que os empregados recebiam como pagamento parte em dinheiro e parte com o direito de uso da terra. Ainda se sujeitava a vender seus produtos ao dono ou fazer compras nos armazéns, e na parceria em que os trabalhadores pagam o uso da terra entregando parte da sua produção. No cambão os trabalhadores prestam serviço gratuito aos donos da terra, e também havia os trabalhos temporários. Isso remetia a um sistema feudal.

As Reformas de Jango seriam um exemplo de prosperidade para os povos da América Latina e isso o governo norte-americano não suportava.

Em 1964, Miguel Osório de Almeida, San Thiago Dantas e Renato Archer, ligados ao Itamarati comunicaram ao Jango que o governo dos Estados Unidos mencionava que o Brasil estava em decadência. Para o presidente isso era uma forma de mostrar a conspiração que estavam articulando contra o nosso país.

O presidente havia assinado o decreto lei de remessa de lucros, já em 1962 aqueles que representavam a oposição estavam dispostos até a realizar uma guerra civil, com tropas dos governos que apoiavam a política imperialista. O governo norte-americano organiza e financia o golpe para derrubar o nosso presidente. Com esses acontecimentos Brizola manifestava vontade de se ter uma esquerda radical no país apoiado pelas massas e fazer uma revolução.

Já havia em Washington operações sigilosas que produziam derrubadas de governos através de conspirações, atentados terroristas e manipulação da opinião pública através da mídia impressa, televisionada e radiofônica. Inclusive, o padre norte-americano Payton veio ao Brasil para rezar

uma missa transmitida para todo o país pela televisão, onde a mensagem consistia no slogan “A família que reza unida permanece unida”.

Esse tipo de incitação reuniu centenas de pessoas em São Paulo e no Rio de Janeiro com marchas com Deus e pela Liberdade. Começam a surgir procissões político-religiosas idealizadas pelo governo atraindo a classe média e as mulheres, principalmente. O objetivo era colocar no governo pessoas ligadas às políticas intervencionistas dos EUA, com abertura ao capital estrangeiro.

Havia o estímulo das Forças Armadas para efetuar o golpe de Estado, e para isso ocorriam incentivos e promoções como forma de aliciamento. As Forças Armadas já se encontravam tão infiltradas que era difícil aliar-se ao governo.

A preocupação da esquerda consistia em conter a dominação dos Estados Unidos na América Latina. Contudo, a sucessão presidencial aproximava-se e políticos articulavam-se, Lacerda na UDN, Brizola no PTB, JK se irritando no PSB, e Miguel Arraes tentando ser vice de alguma chapa. Lacerda e Adhemar de Barros se unem e apóiam os golpistas, e Magalhães Pinto é apoiado por Mauro Borges, governador de Goiás e do próprio Adhemar de Barros.

Em 13 de março de 1964 no Rio de Janeiro em frente ao Ministério da Guerra acontece o comício pelas reformas, que se propunha dentre outros objetivos o decreto de nacionalização das refinarias e o monopólio estatal do petróleo.

Dentro das Forças Armadas corria um manifesto contra o governo distribuído pelo Marechal Castelo Branco.

Em 20 de março fuzileiros navais e marinheiros insubordinam-se contra prisões de dirigentes de sua associação e no dia 25 do mesmo mês no sindicato dos metalúrgicos ocorre uma manifestação contra exigências servis da Marinha. O cabo Anselmo que liderava esses atos, mais tarde, é tido como traidor sendo um agente da CIA. O Ministro da Marinha se demite e o novo Ministro não pune os fuzileiros e marinheiros.

A operação Brother Sam era constituída de uma esquadra chefiada pelo porta-aviões Forrestal, por um porta-helicóptero, por seis destróieres de apoio, quatro petroleiros, sete aviões de carga C-125, oito aviões de caça e mais oito aviões tanques e um avião de comando aéreo, e portava cento e dez toneladas de armas e munições. (RIBEIRO, 1986, cap. 1964)

Em 31 de março, o golpe ocorreu sem encontrar resistência armada. O IV Exército prende o governador Miguel Arraes. O presidente Jango parte rumo a Brasília a primeiro de abril, depois viaja com destino a Porto Alegre. No Palácio do Congresso, em 2 de abril, o senador Moura Andrade às 23 horas declara vaga a Presidência da República, devido a ausência do presidente no país. A vacância foi votada de modo ilegal e Ranieri Mazzilli é empossado presidente.

Darcy Ribeiro, Waldir Pires foram ao encontro de Jango em Montevideú. Os dois contaram com a ajuda de Rubem Paiva que conseguiu um avião monomotor. Este acabou anos depois sendo morto pela repressão.

Houve várias prisões de líderes do CGT, estudantes, intelectuais, operários, camponeses, enfim de todos aqueles que defendiam a reforma de Jango. No auge de seu governo Jango cai e se exila no Uruguai. Para Darcy Ribeiro ele é derrubado por suas qualidades, pois ameaçava o domínio norte-americano na América Latina.

Em “Aos trancos e barrancos: como o Brasil deu no que deu”, Darcy Ribeiro (1986) explica que ao contrário dos generais Deodoro, Floriano, Hermes e Dutra, que se posicionavam como presidentes civis, os golpistas de 1964 se mantêm no poder como partido único das Forças Armadas. Também se diferenciavam destes últimos, os movimentos militares de 1930, 1945 e 1955 que com a deposição do governante entregaram o governo ao poder civil. Os generais sucediam-se no poder, sendo ao todo cinco generais na Presidência da República.

De acordo com Elio Gaspari (2004), em seu livro “A Ditadura Envergonhada”, nas semanas seguintes a deposição de João Goulart mais de cinco mil pessoas foram presas. Essa informação foi fornecida pela embaixada americana.

O banimento da vida política foi proposto pelo general Adalberto Pereira dos Santos, Comandante da 6ª Divisão de Infantaria, no Rio Grande do Sul ao Alto-Comando da Revolução, alegando que a auto defesa e a profilaxia dependia da deportação dos principais líderes do governo depostos, civis e militares. Montevideú e Buenos Aires receberam milhares de brasileiros fugidos pela fronteira, tais como, Jango e Brizola.

Gaspari (2004) relata que entre 1964 e 1966, cerca de 2000 funcionários públicos foram demitidos ou aposentados compulsoriamente, e 386 pessoas tiveram seus mandatos cassados e/ou viram-se com direitos políticos suspensos por dez anos.

Ao longo do ano de 1964, pessoas foram assassinadas nos quartéis, porém em seus óbitos constavam que teriam cometido suicídio. No dia 2 de abril do mesmo ano Gregório Bezerra, dirigente histórico do Partido Comunista do Brasil teria sido amarrado seminu, com uma corda no pescoço, à traseira de um jipe e puxado pelos bairros populares da cidade. Depois foi espancado com uma barra de ferro em plena praça pública. Gregório tinha 64 anos e sua tortura chocou as pessoas que estavam no local naquele momento. Machucado, ele sentou-se no pátio do quartel da Companhia de Motomecanização, no bairro da Casaforte e foi visto a noite de 2 de abril, através da transmissão da TV Jornal do Comércio, que o filmou.

Gregório Bezerra já havia passado dez anos na prisão durante o Estado Novo e com o golpe militar foi preso no interior de Pernambuco quando tentava organizar uma resistência camponesa.

Os governadores Adhemar de Barros, Magalhães Pinto, Mauro Borges, Aluísio Alves, Meneghetti, Nei Braga e alguns deputados negociavam o candidato a futuro presidente, contudo o general Moniz de Aragão, afirma-lhes que o Exército já havia escolhido um candidato que era o general Castelo Branco. Em seis de abril de 1964 toma posse aliado a uma junta militar com poderes arbitrários. Castelo queria o apoio de Juscelino e do PSD à sua eleição no Congresso, garantindo eleições para 1965. Dessa maneira JK, se candidataria.

Com plenos poderes, o próprio Castelo Branco cassa os poderes políticos de JK, de Carlos Lacerda e de Adhemar de Barros. Deve-se ressaltar que até outubro de 1965 foram impostos 3535 atos punitivos. O Comando Revolucionário (os golpistas de 1964) contou com o apoio de Pedro Aleixo da UDN, Ulisses Guimarães do PSD e Arnaldo Cerdeira do PSP, tendo plenos poderes de cassar por quinze anos os direitos políticos de parlamentares e cidadãos tidos como inimigos políticos. Jango, Brizola, Miguel Arraes, Carlos Prestes, Waldir Pires, Celso Furtado, Josué de Castro, Darcy Ribeiro, os juizes Osny Duarte Pereira e Aguiar Dias e mais quarenta e um parlamentares foram cassados.

O Itamarati também sofreu com as perseguições e demissões, tendo Antônio Houaiss sido execrado pelo governo autoritário. Darcy (1986) cita o exemplo do embaixador Jaime de Azevedo Rodrigues, que se demite para não servir a ditadura. Ao contrário do embaixador Pio Corrêa que exigiu a cassação de dezenas de colegas. Depois continuaram cassando dezenas de civis, oficiais do Exército, como o general Assis Brasil, almirantes e brigadeiros. A perseguição era total.

O projeto de governo era a construção de um Brasil empresarial e tendo sua economia internacionalizada.

O golpe de 1964 foi uma resposta à campanha pelas reformas de base. Entre as reformas de base propostas por Jango, a mais importante, segundo a historiadora Araujo(2007), era a Reforma Agrária, pois agredia de modo intenso os interesses econômicos vigentes, alterando posições sociais e privilégios políticos conquistados.

O comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964, foi o estopim para o golpe militar, reunindo todos conspiradores civis e militares. Havia o discurso do perigo comunista que uniu militares, empresários, classe média, setores da sociedade, imprensa, políticos reacionários em apoio à queda de governo de Jango.

Aqui estão os meus amigos trabalhadores, vencendo uma campanha de terror ideológico e sabotagem cuidadosamente organizada para impedir ou perturbar a realização deste memorável encontro entre o povo e seu presidente, na presença das mais significativas organizações operárias e lideranças populares deste país. Chegou-se a proclamar que esta concentração seria um ato atentatório ao regime democrático, como se no Brasil a reação ainda fosse a dona da democracia e a

dona das praças e das ruas. Desgraçada a democracia se tiver de ser defendida por tais democratas. (ARAUJO, 2007, p.141)

Segundo Fico (2008, p.70), ressalta que a memória em relação à figura de João Goulart sofre especulações. Há aqueles que pensam que se Goulart tivesse ordenado o bombardeio aéreo dos soldados de Mourão Filho, o general que iniciou o golpe deslocando tropas de Juiz de Fora em direção ao Rio de Janeiro, talvez conseguisse frear os golpistas. Contudo, se resistisse também poderia ser morto.

Da mesma maneira, teria sido temerário resistir em um dos palácios presidenciais, no Rio de Janeiro ou em Brasília, ou mesmo na cidade de Porto Alegre, onde Leonel Brizola se dispunha a lutar juntamente com o general Ladário Pereira Teles, comandante do III Exército (Porto Alegre), nomeado às pressas no dia 1º. A atitude provavelmente o levaria à prisão e ao exílio, se não à morte, mas sua memória possivelmente seria mais valorizada, como costuma acontecer nesses casos. (FICO, 2008, pp.70-71)

A ditadura contava com o general Golbery do Couto e Silva como ideólogo do regime, Francisco Campos e Carlos Medeiros da Silva dentre os juristas, os economistas Delfim Neto, Otávio Gouveia de Bulhões, Mário Henrique Simonsen e os gestores da repressão e censura Armando Falcão, Alfredo Buzaid e Antônio da Gama e Silva.

A economia brasileira e todos os nossos recursos naturais foram abertos às empresas multinacionais, aceitando as condições impostas pela Hanna Corporation e pela Anforp. Isso foi negociado pelo Ministro do Planejamento Roberto Campos e pelo Ministro da Fazenda Otávio Gouveia de Bulhões, subordinados aos banqueiros.

Os militares ganham 100% de aumento, através do favorecimento de Roberto Campos, Eugênio Gudin e Otávio Gouveia de Bulhões. Roberto Campos, também tenta extinguir os fundos públicos com o que o BNDE operava, entregando-o a Garrido Torres que o faz grande financiador de empresas privadas.

O PAEG, Plano de Ação Econômica do Governo, visa alcançar a estabilidade empresarial através da privatização da economia, favorecendo as empresas multinacionais e reduz os salários para controlar a inflação. A insatisfação diante desse governo já atingia Magalhães Pinto e Carlos Lacerda.

Os sindicatos são dissolvidos pelo novo Ministro do Trabalho Arnaldo Sussekind. E as intervenções se mantêm por mais de dez anos. O Instituto Oswaldo Cruz sofre com a direção de Rocha Lagoa, que depois torna-se Ministro da Saúde no governo de Médici.

Vários cientistas respeitados no mundo todo tiveram seus direitos políticos cassados. O Brasil teve um enorme prejuízo devido à perda desses cientistas renomados, os quais exerciam importantes pesquisas.

Golbery, ainda nos primeiros dias de abril, continuava a trabalhar no IPÊS, Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, construindo alianças. Esse instituto se localizava, como relata Gaspari (2004), ficava no 27º andar do edifício Avenida Central, que era o mais moderno na época. Já tinha elevadores falantes e sprinklers contra incêndio. Ali também se localizava a agência de notícias cubana Prensa Latina e duas bases de operações clandestinas, sendo uma do PCB e outra de terroristas da direita.

Golbery tomou posse no SNI no dia 25 de junho e chamou o Serviço de “Ministério do Silêncio”. Ele havia trabalhado no projeto desde abril até junho, quando a lei 4.341 cria o Serviço. O SNI ocupou o 13º andar do edifício do Ministério da Fazenda, no Rio de Janeiro. Depois também ocupou uma sala do quarto andar do Palácio do Planalto.

Como escreveu Darcy Ribeiro (1986), o SNI, tem por função espionar e perseguir a tudo e a todos, desde o banqueiro de bicho ao das finanças, do sacerdote ao ateu, do civil ao militar. Implanta nas Forças Armadas a cizânia, ao fazer com que cada oficial desconfie de seu colega por saber que seu futuro na carreira depende de um relatório secreto, redigido por um de seus companheiros agente do SNI, do qual ele jamais tomará conhecimento. Logo Golbery criou o núcleo da rede de espionagem e repressão que culminaria em 1968. O SNI era uma espécie de CIA (Central Intelligence Agency), só que voltada para dentro.

Segundo Gaspari (2004, p.166), o SNI ocupou a estrutura do SFICI, Serviço Federal de Informações e Contra-Inteligência, uma repartição inexpressiva do Conselho de Segurança Nacional e o arquivo IPÊS. Golbery criou um organismo que só respondia ao presidente da República, o que se diferenciava da CIA, que prestava contas a uma comissão do Congresso e da KGB, que dava satisfações à cúpula colegiada do comitê central.

Golbery queria um serviço com agentes qualificados e, para isso, criou-se em fevereiro de 1965 o curso de informações da Escola Superior de Guerra. Visava recrutar quadros nas melhores universidades do país, entre os melhores alunos. Os militares predominaram em quantidade em relação aos civis. Aliás, o coronel João Baptista de Oliveira Figueiredo tornou-se chefe da Agência Central, que funcionava no Rio de Janeiro. Ele era o segundo na hierarquia do SNI. No Governo, Geisel em 1974 vai ocupar a chefia do serviço, e torna-se presidente em 1979.

Ao SNI se reuniram os serviços secretos do Exército, Marinha e Aeronáutica, uma parte da Polícia Federal, as divisões de informações montadas em todos os ministérios, as delegacias

estaduais de Ordem Política e Social e, finalmente, os serviços de informações das polícias militares.

Aliás, essa ligação com a CIA já se fazia desde a preparação para o Golpe de 64 e a CIA já vigiava os exilados em Montevideu. Em 1966, Golbery iria se reunir com Ray Cline, subdiretor da CIA e responsável por assegurar à Kennedy que em Cuba havia 8 mísseis soviéticos.

O SNI estava entre os dez mais bem equipados serviços de informações no mundo. A Escola Nacional de Informação, a ESNI, que funcionava em Brasília desde 1971, iria contar com os melhores laboratórios de línguas do Brasil, academia de tiro subterrânea e uma completa emissora de TV. Já a Agência Central do Serviço, elaborou um avançado sistema de computadores em torno do modelo IBM-360/115 trazido ilegalmente.

Gaspari (2004) diz que o SNI teve um poder de alavancagem política enorme. Nem mesmo a CIA e nem a KGB conseguiram fazer, em 20 anos, dois de seus chefes serem Presidentes da República. Em 1964, O SNI e a CIA mantinham negociações que deram origem ao documento Relação de Ligação entre o Serviço Nacional de Informações Brasileiro e o Serviço de Informações Americano. Inclusive, foi enviado ao Brasil um funcionário para colaborar com o desenvolvimento do Serviço e em troca o SNI manteria sigilo sobre operações. Também enviaria dados sobre a subversão esquerdista brasileira.

5.2. A CIA derrubando governos

O jornalista Tiago Cordeiro (2008, p.24), na matéria “Nas Garras da Águia”, publicada para a revista Aventura História, confirma que a CIA se especializou em sabotar e derrubar governos. Com o fim da segunda guerra mundial, os Estados Unidos já tinham demonstrado seu poder militar, contudo ainda eram inferiores aos agentes britânicos, russos e alemães no que tangia a coleta de informações. A CIA foi criada pelo presidente Harry Truman em 1947. O objetivo era saber o que acontecia no bloco comunista, mas para isso era preciso infiltrar agentes secretos.

A CIA interferia na política de vários países para frear qualquer ligação com Moscou. Era preciso conter o perigo vermelho. A primeira intervenção foi o financiamento do partido Democrata Cristão nas eleições italianas de 1948. Daí, esse organismo foi se aperfeiçoando e se infiltrando em vários governos pelo mundo. Em 1951, o primeiro-ministro do Irã foi deposto, pois seu governo irritava os americanos. Mohammed Mossadegh propunha nacionalizar o petróleo, e a CIA, durante o governo de Dwight Eisenhower, se encarregou da operação Ajax. A CIA oferecia dinheiro e infraestrutura para que pessoas, principalmente jovens e grupos de pessoas humildes, saíssem às ruas,

pedindo a queda do primeiro-ministro. As manifestações ligavam a imagem de Mossadegh à Moscou.

A tentativa de golpe, em 7 de julho, não deu certo e Mossadegh se manteve no poder. Contudo, em 19 de agosto os Estados Unidos não desistiram e um grupo de religiosos, comandados pelos aiatolás Kashani e Komeini, lideraram ataque ao primeiro-ministro arregimentando centenas de pessoas. O governo americano interfere na soberania iraniana, porém, em 1979, Komeini lideraria a revolução que transformaria o Irã em república islâmica.

Também em 1951, na Guatemala, o presidente Jacobo Guzmán iniciou um projeto de nacionalização de empresas e isso incomodou a CIA. Com orçamento de 3 milhões de dólares, a CIA, em dezembro de 1953, na Operação Sucesso, construiu campos de treinamento contra o governo guatemalteco. Os Estados Unidos queriam Carlos Castillo Armas no poder. Os golpistas vencem e quatro décadas de revoluções e ditaduras matam 200 mil civis. A estratégia de oferecer armas, treinamento e dinheiro, além de campanhas difamatórias funcionaram para a derrubada do poder.

Para enfrentar o governo comunista do Vietnã do Norte, o governo norte-americano colaborou para Ngo Dinh Diêm tornar-se primeiro-ministro do Vietnã do Sul. Porém, enfrentou dois golpes entre 1960 e 1962, pois desagradava religiosos budistas e camadas do Exército. Em 1963, os Estados Unidos lideraram um golpe contra Diêm, que se recusara a deixar o poder. A CIA favorecia o general Van Don. Entre 1965 e 1973 a Guerra do Vietnã mataria 58 mil soldados americanos, deixando 300 mil feridos, e causaria a morte de 3 milhões de vietnamitas. O exército de Ho Chi Minh enfraquecia os americanos.

Em 14 de julho de 1958, a monarquia iraquiana havia sido derrubada, o que desgostou os Estados Unidos. Quem assumiu o poder foi Abdul karim Qasim. Em 1963, a CIA apoiou a queda do governo e colocou no poder Abdul Salam Arif. Com sua morte, seu irmão assume governo e ao ser deposto, quem lidera a vida política é Ahmed Hassan al-Bakr. Todos apoiados pela CIA.

Saddam Hussein, vice-presidente assume o poder em 1979, sendo visto como um aliado dos americanos. Na década de 80 recebeu ajuda dos americanos na guerra contra o Irã. E já na década de 90, por causa do petróleo, o Iraque invade o Kuwait, e isso irrita os antigos aliados. Então em 1991 os Estados Unidos atacam o Iraque e derrotam as forças de Saddam. No governo de George W. Bush, em 2002, a CIA lança uma campanha contra o Terror, afirmando que o Iraque possui armas nucleares. Saddam foi caçado, julgado e executado.

Em 1967 Che Guevara é assassinado pela CIA, enquanto liderava um foco guerrilheiro na Bolívia.

Em 1979, o embaixador norte-americano Adolph Dubs é seqüestrado no Afeganistão por um grupo de rebeldes muçulmanos. Durante o resgate, é morto. A União Soviética preparava-se para invadir o país, sendo que este enfrentava uma revolução islâmica.

A CIA investiu, até 1998, 250 milhões de dólares para que os rebeldes tirassem os russos do território afegão. Os aliados afegãos tiveram ajuda do milionário saudita Osama Bin Laden, e assim, este permaneceu no Afeganistão. Mais tarde, em 2001, o próprio Bin Laden, vai ser o idealizador dos atentados contra os Estados Unidos, que culmina na destruição do World Trade Center, em Nova Iorque.

No Chile, em 1970, a CIA liberava 165 mil dólares para realizar campanhas negativas em relação a campanha à presidência de Salvador Allende. As difamações não conseguem vencer a popularidade de Allende e 10 dias após sua posse o conselheiro de Segurança Nacional dos Estados Unidos, Henry Kissinger, fornece 250 mil dólares para acabar com o governo no Chile.

David Atlee Phillips, que participou do golpe na Guatemala, organizava a queda de Allende. Em 1972 atos terroristas começaram a surgir e em 1973, cercado pelos seus opositores e parte do Exército, se matou com um tiro no peito. A CIA gastou 10 milhões de dólares para se infiltrar na política chilena.

Quem assumiu o poder foi Augusto Pinochet, aliado ao governo norte-americano e até 1990 ficou na presidência exercendo um governo autoritário, o que causou a morte de 3.200 no país.

Após 43 anos, a ditadura de Somoza, na Nicarágua, foi derrubada pelos seguidores de Sandino em 1979. Em 1980, com Ronald Reagan no poder, Os Estados Unidos temem a aproximação da política da Nicarágua com o governo cubano. Então, financia grupos anti-sandinistas o que resulta em 30 mil mortos. Porém, os sandinistas continuaram no poder até 1990.

Os Estados Unidos também apoiaram Israel na luta contra o Líbano. Com isso, 12 americanos foram seqüestrados por rebeldes libaneses e isso fomentou a estratégia dos norte-americanos financiarem o Irã para convencerem os libaneses a libertarem os americanos, sendo que 4 deles foram assassinados.

No Brasil, a iniciativa dos Estados Unidos de intervirem na vida política e econômica não se fez de modo diferente. A CIA financiou o golpe de 64 e a ditadura militar foi instaurada. A política de repressão foi intensa, e alguns jornais já não queriam se calar.

Em meio a violência política através de torturas, Carlos Heitor Cony, publicava no *Jornal Correio da Manhã* uma coluna diária na qual fazia denúncias sobre atrocidades cometidas na época. Em 2 de junho ele publicou a carta que Dilma Aragão, filha do almirante Cândido Aragão, comandante dos fuzileiros navais no governo de João Goulart, denunciava a situação deprimente em que seu pai se encontrava após ter sido submetido à tortura.

Encontrei-o relegado a uma condição tão deprimente que só um verme cheio de peçonha mereceria ter. (...) o espectro de homem que vi chora e ri desordenadamente, e não consegue articular uma frase sequer, no mesmo assunto. (GASPARI, 2004, p. 133)

No dia 13 de agosto de 1964, o *Correio da Manhã* relatou que o médico Walter Pécoits ficara cego de um olho seis dias depois de ter sido preso pelo Exército. Pécoits organizava camponeses no sudoeste do estado. Em primeiro de setembro de 1964 o jornal realizou uma grande campanha da história da imprensa brasileira com o artigo Tortura e Insensibilidade .

Esse silêncio, e a própria freqüência com que se tomam conhecimento das torturas, provoca uma reação ainda mais sinistra: Verifica-se a tendência a cair numa gradual insensibilidade, esgotando-se a capacidade de sentir horror e revolta. (GASPARI, 2004, p. 143)

Em 18 de setembro de 1964, o jornal publica sete depoimentos manuscritos e assinados por presos que diziam ter sido vítimas de tortura no Centro de Informações da Marinha, próximo ao Palácio das Laranjeiras, no Rio de Janeiro. O jornalista Marcio Moreira Alves já listara neste jornal 39 nomes de torturados, a maior parte no Nordeste. Para o regime militar, negar a tortura significava defender o regime.

Um exemplo de uma grande falcatrua ocorrida no governo ditatorial, relatada por Darcy Ribeiro (1986), no livro “Trancos e Barrancos”, foi a aquisição de levantamentos de jazidas de calcário e minérios de ferro, localizados na Serra dos Carajás, representando bilhões de toneladas, que a empresa americana United States Steel roubou de uma empresa brasileira. O próprio governo não aprovou esse disparate, porém a U.S.Steel conseguiu alvará de exploração do minério de ferro para exportação, que nunca foi empreendida. Com o tempo, o próprio governo comprou a licença por um valor bem superior.

Os opositores do governo venceram as eleições para governador em cinco estados, dentre eles Minas Gerais e o Estado da Guanabara. O regime instaura o Ato Institucional nº.2 e não se poderia criar partidos políticos. Sendo assim, torna-se explícito no AI-2 que a “Revolução” continuará sendo feita. Cassações foram efetuadas, o Congresso Nacional foi fechado e partidos políticos dissolvidos.

É declarado o Ato Institucional nº.3 que estabelece o bipartidarismo. Com isso, criam-se a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), que era de oposição. Tanto o MDB quanto a Arena representavam ao governo os partidos do sim e do sim senhor.

Mais de 2.000 decretos-lei foram criados, como o 477 e o 288, os mais temidos pelas universidades.

É promulgada a Lei 4.725 que reduzia os salários reais, fixando o salário mínimo.

A Universidade de Brasília enfrenta graves repressões, tendo 17 professores acusados de subversão. Como consequência disso 210 professores pedem demissão, protestando contra essa arbitrariedade. A UNB perde assim grandes pesquisadores.

Darcy Ribeiro (1986) menciona que Gama e Silva, Reitor da USP, ao assumir o Ministério da Justiça, nomeou uma comissão que entregou cinquenta professores e estudantes aos órgãos de segurança. O professor Paulo Duarte foi um exemplo de luta contra esse tipo de violência à vida acadêmica. Um outro exemplo de agressão à pesquisa científica nacional foi à invasão no Instituto de Manguinhos por parte da polícia política, expulsando e perseguindo os melhores cientistas do país.

É instituída a Lei Suplicy que persegue estudantes e professores, expulsando-os e demitindo-os, além de intervir em universidades.

Araújo (2007, p.158) revela que o acordo MEC-USAID foi a resposta da ditadura militar aos embates pela reforma universitária, que os estudantes vinham efetuando desde 1960. Esse acordo nada mais era do que uma parceria com os Estados Unidos, com o objetivo de introduzir no país o modelo educacional norte-americano, com aspecto tecnicista, além da submissão ideológica e intelectual.

Poerner (1979, p.238) expõe que a interferência do acordo MEC-USAID consistia em desenvolver uma filosofia educacional para o continente latino-americano, estabelecendo programas de ação em todos os níveis educacionais. O acordo visava : criar e manter um serviço de consultoria para as universidades latino-americano; transformar a universidade estadual em uma fundação privada; eliminar a interferência estudantil na administração, tanto colegiada quanto gremial; colocar o ensino superior em bases rentáveis, cobrando matrículas crescentes num período de dez anos, dentre outras.

O objetivo deste acordo destinava à uniformização ideológica, portanto não há menor dúvida de que isto obedecia um plano de dominação cultural de toda a América Latina, controlando pontos estratégicos como a formação dos professores, material didático, as direções dos corpos docente e discentes.

Araújo (2007, p.158), menciona que em 1968 vários pontos desse acordo foram implantados, como por exemplo, a junção do curso primário com o ginásio, formando o primeiro grau; a junção do clássico com o científico formando o segundo grau e referindo-se ao ensino universitário como sendo o terceiro grau. Além de obrigar o ensino da língua inglesa desde o primeiro grau, visava privatizar universidades públicas e dissolver organizações estudantis.

Para Poerner (1979, pp.248-249), os convênios com os Estados Unidos funcionaram melhor no ensino primário, pois o governo americano já mantinha contatos com os governos estaduais que já controlavam 60 a 70 % do ensino elementar. Já no ensino médio foi mais difícil a infiltração norte-americana, pois 65,8% do ensino estavam nas mãos da rede privada como por exemplo: organizações religiosas e empresários.

Observa-se que os padres estavam resistindo à intervenção e os empresários não precisavam de sócios. No ensino superior o que aconteceu foi o seguinte, 80% dos recursos aplicados eram federais e cada universidade resistiu enquanto pôde a essa interferência. Então, o objetivo desse acordo deveria diminuir a autonomia das universidades, reduzindo a independência dos reitores. Segundo Poerner (1979), foi instalado no Rio de Janeiro, às margens da Lagoa Rodrigo de Freitas, um Conselho sob a direção efetiva de Atcon.

O mais famoso dos acordos MEC-USAID seguiu o Relatório Atcon, surgido em 1958, que tinha por título “Anteprojetos de Concentração da Política Norte-Americana na América Latina na Reorganização Universitária e Sua Integração Econômica”. Foi elaborado pelo professor Rudolph Atcon, tornando se o fio condutor da USAID no campo da educação.

Mais uma empresa vai à falência durante a ditadura como foi o caso da Panair do Brasil.

Darcy Ribeiro (1986) revela que foi assinado nos Estados Unidos um Pacto de Submissão Colonial pelo embaixador brasileiro em Washington, Juracy Magalhães. Dessa forma, deveríamos respeitar as leis norte-americanas que garantiriam os seus investimentos no nosso país, até vinte anos depois. Também havia o Projeto Amazônico do Instituto Hudson, com a criação de um imenso lago que inundaria de Manaus a Santarém para alta produção de energia elétrica, o que mais tarde soube-se que poderia tratar-se de uma rota de fuga.

Empresas brasileiras estavam falindo, como foi o caso da Tecelagem Aurora. A empresa francesa Rhodia sabotou o fornecimento de fios de poliéster.

O FGTS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, é criado com a função de acabar com a estabilidade no emprego, com aplicações de alto volume de recursos em especulações imobiliárias. Com as pressões das empresas automobilísticas, os empregados perdiam a estabilidade e com isso havia maior rotatividade de mão-de-obra. As empresas passaram a contribuir com 8% do salário do empregado, todo mês, para o governo. Conseqüentemente, deixava de pagar as indenizações que eram estipuladas em um salário percebido pelo empregado por cada ano de trabalho. No caso de demissão do empregado, o mesmo recebia como indenização o FGTS.

Depois, foi criado o PIS, Programa de Integração Social, que consistia em contribuição das empresas com 0,5% do faturamento das empresas mensalmente e abatimento de 5% da dedução do imposto de renda.

O Ato Institucional nº. 3 tira do povo o direito de eleger os governadores.

A empresa norte-americana Hanna Corporation se apodera da Companhia do Vale do Paraopeba, reconhecida pela extração de grandes jazidas minerais. A empresa também fica com a estrada de ferro que liga Minas Gerais ao Rio de Janeiro, onde minério de ferro e manganês eram exportados.

Recrudescer a repressão e o presidente da câmara Lúcio Cardoso renuncia o cargo.

Os trabalhadores sofrem com os salários reduzidos, com a proibição do direito de greve e de formação de sindicatos além de prisões e perseguições.

No 28º Congresso Anual da UNE, os estudantes protestam contra a Lei Suplicy, que reprimia as reuniões realizadas em diretórios e centro acadêmicos, pois nesses agrupamentos discussões políticas eram efervescentes. Então, reuniram-se no porão de uma igreja de Belo Horizonte, fugindo de uma perseguição policial.

O general Costa e Silva é promovido a marechal e torna-se candidato único a sucessão de Castelo Branco.

Lacerda lança a Frente Ampla contra a ditadura. Os partidos de esquerda se subdividem cada vez mais, cada um seguindo tendências diferentes.

De acordo com Darcy Ribeiro (1986), Adhemar de Barros e Jânio Quadros pediam demagogicamente o voto popular, mas ao estar no poder faziam a política das classes dominantes. Já os políticos como Getúlio, Jango e Brizola se envolviam com as questões trabalhistas, como o aumento do salário mínimo, como o registro na carteira e suspensões de direitos políticos. Defendendo a política econômica nacionalista. Eles eram contra o monopólio das multinacionais.

Em 1967, o marechal Costa e Silva assume o poder de um governo que continua a praticar prisões, torturas, cassações de mandatos seu próprio país.

Nesse ano é esboçada a nova Constituição dando legalidade aos atos da ditadura. A Constituição de 1967 aumentava as atribuições do Executivo, centralizando o poder. É decretada a nova Lei de Segurança Nacional, punindo todos aqueles considerados inimigos do governo. E a repressão aumenta ainda mais, fazendo com que os nossos melhores artistas, cientistas e intelectuais, fossem perseguidos e exilados. Ainda assim, houve aqueles que não conseguiram se exilar, tornando-se clandestinos no profissional, como a CLT, Consolidação das Leis Trabalhistas.

1968 é marcado pelas profundas manifestações de massa e pela vontade aguerrida dos jovens estudantes de mudar a realidade do país, lutando contra as injustiças sociais e a opressão política. Os jovens se revoltavam contra as instituições de ensino com seus sistemas retrógrados, a favor do ingresso dos jovens pobres nas universidades públicas, contra a sociedade industrial, o

capitalismo imperialista, o racismo, contra a guerra do Vietnã, contra o conservadorismo de suas famílias.

No dia 28 de março, o estudante Édson Luís Lima Souto foi morto com um tiro no peito por um policial da PM, durante a manifestação pela reabertura do restaurante estudantil Calabouço. O jovem assassinado era órfão de pai, e viera de Belém do Pará para Rio de Janeiro há cerca de 3 meses, para estudar no Instituto Cooperativo de Ensino, anexo ao Calabouço, onde passava grande parte do seu tempo, inclusive auxiliando em alguns serviços burocráticos e de limpeza, pois estava desempregado.

Poerner (1979, p. 293) diz que este assassinato só confirmava o aumento da violência posta em prática contra os estudantes. As paredes do restaurante Calabouço ficaram cravejadas de bala e o recinto ficou completamente depredado.

Depois deste episódio, os estudantes deram início a grandes manifestações de protestos que teve início no sepultamento de Édson com cinquenta mil pessoas e, depois, culminadas no dia 1º de abril em vários pontos do país.

Os dias que se seguiam: 19, 20 e 21 de junho, foram marcados pela intolerância. Os estudantes continuaram sendo presos devido a coragem em manter suas convicções.

A passeata dos Cem Mil, em 26 de junho, no Rio de Janeiro, mostra o poder de contestação do povo, da sua própria realidade frente a um governo ditatorial. Ela foi liderada pelos estudantes, artistas e intelectuais sendo aderida também pela população que se encontrava no momento da manifestação. Em todas as universidades e escolas se espalha o movimento estudantil e a UNE é representativa dessa liderança.

Em São Paulo, o agente da CIA Charles Chandler é assassinado pela esquerda. Na Rua Maria Antonia, em SP, morre um estudante secundarista na guerra entre estudantes de esquerda e da direita.

Em setembro, o deputado Marcio Moreira Alves, do MDB, após seu discurso de boicote às paradas de 7 de Setembro, dia da Independência, e ao aconselhar as jovens a não dançarem com os cadetes nos bailes, teve o seu mandato ameaçado. Entretanto o Congresso recusou a cassação, no dia 12 de setembro, derrotando o pedido por 216 votos contra 141.

Insatisfeitos com o resultado, o presidente da República e os ministros militares se reuniram, sendo que estes últimos exigiram do presidente uma postura mais rígida. Então, o ministro da Justiça, Gama e Silva tinha um projeto em que sugeria a dissolução do Congresso e que ao Supremo Tribunal Federal nomeasse interventores nos estados e em alguns municípios, para fazer punições que chegariam até aos descendentes do acusado. Porém, esse projeto teve que ser revisto e foi feita uma nova versão, que seria o AI-5, não aprovada por Pedro Aleixo, o vice-presidente.

Em 13 de dezembro de 68 foi criado o Ato Institucional nº. 5, o mais repressivo de todos por cassar, demitir, suspender direitos, efetuar prisões preventivas, confiscar bens, e intervir nos estados e municípios, sob o pretexto da Lei de Segurança Nacional. O Congresso Nacional foi fechado e deputados, prefeitos, vereadores e ministros foram cassados.

É fechado o Congresso, são cassados os mandatos de 110 deputados federais, 161 estaduais, 163 vereadores, 22 prefeitos, e dos quatro melhores ministros do Supremo Tribunal Federal, e são presas milhares de pessoas. (RIBEIRO, 1986, cap. 1968)

Durante a ditadura militar, todos aqueles que se opunham ao sistema político eram considerados subversivos e agitadores, pois, na visão autoritária e entreguista do regime vigente, os civis esquerdistas transgrediam a ordem, a tranqüilidade e o desenvolvimento econômico e cultural do país. Os militares se mantinham no poder consolidando seus governos através da violência e do medo, com o cinismo de assegurar uma ordem democrática baseada na liberdade e no respeito à dignidade da pessoa humana.

Em 1968, foi desenvolvida a Teologia da libertação a partir das Comunidades Eclesiais de Base. A Segunda Conferência dos bispos católicos da América Latina ocorreu em 68, em Medellín, na Colômbia. Foi a primeira vez que um papa, no caso o papa Paulo VI, saiu da Europa e pisou o solo latino-americano. O Documento de Medellín, assinado pelos bispos e aprovado pelo Vaticano, justificou o engajamento nas causas sociais e deu início no envolvimento de sacerdotes com movimentos revolucionários. O documento fazia com que a Igreja se envolvesse na questão de uma educação conscientizadora, fazendo com que os oprimidos lutassem pelos seus direitos. A Igreja teria assim um compromisso com o povo.

O governo revogou os dispositivos constitucionais de 1967 e reforçou os poderes arbitrários do regime militar. O AI-5 vigorou até 31 de dezembro de 1978.

No grupo de salvamento da FAB, o Pára-Sar, foi instaurada uma onda de violência pelo brigadeiro Bournier, na qual presos políticos seriam atirados em alto mar, a uns 40 km da costa, amarrados e ainda com vida.

Como consequência de um governo militar ditatorial os serviços públicos não poderiam ser deixados de fora, com isso os militares foram nomeados nos principais cargos públicos do país. Nas empresas privadas os oficiais da reserva foram colocados nos cargos de relações públicas. O Sistema Nacional de Informação (SNI) fica cada vez mais rígido e eficaz no que tange a captura dos revolucionários, para eles vistos como subversivos.

O movimento grevista dos operários é deflagrado em todo o país, como é o caso das greves em Contagem-MG e em Osasco-SP com várias prisões efetuadas.

Em 12 de outubro de 1968 também foi realizado o 30º Congresso Nacional da UNE em Ibiúna-SP, que foi marcado pela invasão da polícia prendendo centenas de estudantes.

1969 não é um ano diferente no que diz respeito a falta de liberdade de expressão e de pensamento. O medo impera na sociedade brasileira. É proibido ao cidadão manifestar suas vontades e desejos quanto aos seus próprios direitos fundamentais.

As eleições programadas são suspensas pelo sétimo Ato Institucional. A repressão torna-se cada vez mais acirrada, prendendo e matando jovens revolucionários que se articulavam em grupos armados, dispostos a combater a ordem vigente.

A partir de 1969 os grupos guerrilheiros ficam mais articulados, contudo cada um deles tinha suas próprias estratégias. Alguns deles achavam que primeiro dever-se-ia derrubar a ditadura e depois levar a revolução para o campo. Já outros achavam o contrário, pois a revolução deveria começar no campo. Havia também os que queriam organizar a guerrilha urbana.

Jovens idealistas assaltavam bancos, para conseguirem fundos para a luta armada, e planejavam seqüestros de diplomatas, para libertarem presos políticos. Isso era muito freqüente em 1969, que foi marcado pelo seqüestro do embaixador americano Charles Elbrick pelos grupos MR8 e ALN, em troca de quinze presos políticos. Mas, em 18 de setembro, o governo decreta a Lei de Segurança Nacional e, com isso, a pena para este tipo de crime é o exílio e a pena de morte.

Entre 1968 a 1973, a Aliança Nacional Libertadora (ALN) tornou-se uma organização de grande repercussão entre todos os grupos voltavam-se para a guerrilha urbana. A ALN foi uma dissidência do PCB, surgindo em 1967 e tendo sua história vinculada fortemente ao nome de Carlos Mariguella. Deve-se ressaltar que o PCB, depois de 1964, sofreu desarticulações que originaram em outras organizações de esquerda, que romperam com o bloco ortodoxo liderado por Prestes.

D. Paulo Evaristo Arns (1985, p.93) em “Brasil Nunca Mais”, mostra que Mariguella discordava das teses ortodoxas do PCB, porque apontavam a burguesia como aliada dos operários e camponeses no processo revolucionário. Ele propunha operações armadas nas grandes cidades, visando arrecadar recursos para a guerrilha rural. Assim, a luta armada no campo daria origem a um Exército de Libertação Nacional.

Já o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), era anteriormente conhecido como Dissidência Guanabara ou Dissidência da Guanabara do PCB. Essa organização era formada por estudantes universitários.

O Ato Institucional nº.14 proíbe presos de continuarem no país, e condena os seqüestradores à prisão perpétua e à morte.

A partir desse ano a violência não se restringe à esfera do DOPS, mas também dentro dos DOIs-CODIs, OBAN, CENIMAR e CISA.

Não somente os jovens rebeldes estavam sendo perseguidos, como também os artistas, os escritores, os diretores de teatro e cinema, os intelectuais, os cientistas, os profissionais da imprensa, os advogados, os políticos da esquerda, os sindicalistas, os músicos, os funcionários públicos, além de centenas de professores, sobretudo aqueles que lecionavam em universidades públicas. Torna-se relevante mencionar que as universidades públicas eram constantemente invadidas e seus laboratórios de pesquisa destruídos. Em abril, 25 professores da Universidade do Brasil (UFRJ) foram aposentados. O AI-5 vem como facilitador dessas aposentadorias compulsórias.

O ano também é marcado pela morte do líder comunista Marighela, assassinado em São Paulo, numa emboscada, comandada pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, conhecido torturador. Joaquim Câmara Ferreira, sucessor de Marighella, é seqüestrado e morto sob torturas com ordens do delegado Fleury.

O presidente Costa e Silva sofre trombose e o vice Pedro Aleixo é vetado. Então, é substituído por uma Junta Militar formada pelos ministros Aurélio de Lira, do Exército; Augusto Rademaker, da Marinha e Márcio Souza de Melo, da Aeronáutica. A Junta Militar escolhe Emílio Garrastazu Médici para presidência da República e o seu governo é considerado o mais repressivo, sendo conhecido como os anos de chumbo. O DOI-Codi (Destacamento de Operações e Informações e Centro de Defesa Interna).

5.3. ANOS 70

O ano de 1970 também é marcado pela vitória da Seleção Brasileira de futebol na Copa do Mundo, no México. Nas semi-finais o Brasil enfrentou o Uruguai, e apesar do susto da primeira goleada ser do time adversário, o Brasil venceu por 3 a 1 e garantiu o lugar na final contra a Itália. Na final, a nossa seleção levou a taça Jules Rimet para casa, goleando a Azurra por 4 a 1.

O país continua sofrendo com a ditadura e um exemplo de tamanha desumanidade foi a morte do Padre Antônio Henrique, assessor de Dom Hélder Câmara, em Recife.

Enquanto isso, no Vale do Ribeira, o Capitão Lamarca com nove companheiros inicia uma guerrilha, que foi contida por cinco mil militares. A repressão agrava-se e líderes comunistas (Joaquim Câmara Ferreira e Mário Alves) juntamente com outros vinte partidários são assassinados. Neste mesmo ano o líder bancário Aloísio Palhano foi morto, tendo passado pelo CENIMAR e DOI-CODI de São Paulo. Também torturado e preso em São Paulo foi o Padre Viccini.

É criada em SP a Operação Bandeirantes (OBAN), o maior centro de tortura do Estado.

Com a preocupação de que o ensino da Sociologia, Antropologia, Psicologia, História, Filosofia pudessem subverter a ordem, Alfredo Buzaid regulamenta essas disciplinas. Ainda no que diz respeito à Educação, há um movimento contrário a influência de Paulo Freire, este com sua teoria revolucionária de alfabetizar adultos através da conscientização política. O que se queria na época com o Movimento Brasileiro de Alfabetização – Mobral – era a alfabetização alienada sem intenção de politizar o adulto. Paulo Freire escreveu “Pedagogia do Oprimido” entre 1967 e 1968, no Chile. Foi nos Estados Unidos que Paulo Freire publicou a Pedagogia do Oprimido, em 1970.

(...) Se a humanização dos oprimidos é subversão, sua liberdade também o é. Daí a necessidade de seu constante controle. E, quanto mais controla os oprimidos, mais os transformam em “coisa”, em algo que é como se fosse inanimado. Esta tendência dos opressores de inanimar tudo e todos, que se encontram em sua ânsia de posse, se identifica, indiscutivelmente com a tendência sadista. O sadismo aparece, assim, como uma das características da consciência opressora, na sua visão necrófila do mundo. Por isto é que o seu amor é um amor às avessas – um amor à morte e a vida. (FREIRE, 1992 p.46)

Para os ditadores, a desnacionalização e a privatização da economia contribuiriam para o desenvolvimento econômico do país possibilitando uma política de redistribuição de renda. Isso foi demonstrado muitas vezes através de manifestações estatísticas que foram comprovadas muito tempo depois. Inclusive o ano de 1971 foi considerado o ano do milagre com crescimento de 11% do PIB.

Quem levou vantagens com toda essa política foram as empresas multinacionais, comprando empresas nacionais a preços de banana, muitas delas lucrando com a exploração das nossas jazidas de minérios e nossos latifúndios e terras da Amazônia. Um fato ocorrido foi a proibição da exploração de cassiterita pelos garimpeiros, em Rondônia, para entregá-la as multinacionais.

E os seqüestros dos embaixadores Nobuo Okushi, em 11 de março de 1970, Ehrenfried von Holleben, em 11 de junho de 1970, e Giovanni Enrico Bücher em 7 de dezembro do mesmo ano. Isso possibilitou a libertação de mais de cem presos políticos.

5.4. Mortes e assassinatos (Márcio Moreira Alves, Rubem Paiva, Frei Tito, Iara Iavelberg, Lamarca, Edgar Stuart Angel, Sônia Maria, Zuzu Angel)

Em 1970, o deputado Marcio Moreira Alves é preso e torturado no quartel da Polícia do Exército na rua Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro. Ele teve a sua pele raspada com escova de aço e o suplício medieval do empalamento.

Em 20 de janeiro de 1971, foi preso o ex-deputado Rubem Paiva, mais tarde morto e dado como desaparecido.

A tortura continua em 1971. Um dos casos mais conhecidos foi o suicídio de Frei Tito. Já estando exilado, após cruéis procedimentos de tortura, que o deixaram com profundo desequilíbrio mental, Frei Tito enforcou-se num bosque na cidade de Lyon, na França. Nos momentos de crise, tinha alucinações com os seus torturadores, sendo um deles o delegado Fleury. O mais deprimente, nesses anos de repressão, é ter conhecimento de que havia no nosso território escolas de tortura com ajuda de agentes americanos especializados em práticas de obtenção de respostas através de violência.

O delegado Fleury sabia sobre a conexão direta entre os dominicanos e Mariguella. Os freis Ivo e Fernando foram surpreendidos quando estavam a caminho do Rio de Janeiro, para tratar da chegada de militantes que haviam saído de Cuba e cujo destino era o foco do Pará.

Na manhã seguinte, estavam no Catete quando foram agarrados, metidos numa camionete e levados para o quinto andar do edifício do ministério da marinha, onde o Cenimar tinha a sua central de torturas. Lá eram esperados pelo delegado Fleury. Ele os separou. (GASPARI, 2002, p. 151)

De cuecas, frei Fernando foi pendurado no pau-de-arara. Deram-lhe choques nas mãos e nos pés, molharam-lhe o corpo para aumentar a intensidade das descargas. Deslocaram-lhe o maxilar. Enfiaram-lhe um fio na uretra. À noite, quando ele perdeu a consciência, Fleury já sabia como Mariguella marcava os encontros com os frades. Telefonava para a livraria Duas Cidades, identificava-se como Ernesto e anunciava que visitaria a gráfica. Isso significava que eles se encontrariam às vinte horas daquela mesma noite, na altura do número 800 da Alameda Casa Branca, no Jardim Paulista. (...) Fleury sabia também que Mariguella deveria telefonar na terça-feira seguinte, dia 4 de novembro. (BETTO apud GASPARI, 2002, p.151)

Na madrugada do dia 4 de novembro, o convento de Perdizes foi invadido e mais cinco religiosos foram presos. Às vinte horas o cerco já estava armado na Alameda Casa Branca. No quarteirão havia 29 policiais distribuídos em sete automóveis. Mariguella foi morto com cinco tiros.

Quando acabaram os disparos, a polícia matara também um dentista alemão que passava num Buick, ferira mortalmente uma investigadora que fingia namorar num carro próximo e baleara um delegado. (GORENDER apud GASPARI, 2002, p.153)

Recrudescer a violência como forma de obtenção de informações. Como mencionado por Arns (1985, p. 286), no livro “Brasil Nunca Mais”, a tortura em nosso país passou à condição de método científico, incluído nos currículos de formação de militares. Os métodos para arrancar confissões e informações não eram apenas teóricos, mas práticos, com pessoas realmente torturadas e servindo de cobaias. Dan Mitrione, policial norte-americano, um dos primeiros instrutores aqui no Brasil, quando atuante em Belo Horizonte, no início do regime militar, utilizou mendigos para treinarem policiais. Essas práticas possibilitariam o conhecimento dos pontos vulneráveis no ser

humano, conseguindo a todo custo obter os esclarecimentos desejados. Inclusive, os torturadores brasileiros já cogitavam exportar esses métodos a outros países latino-americanos.

(...) Que o método de torturas foi institucionalizado em nosso país e, que a prova deste fato não está na aplicação das torturas puras e simplesmente, mas, no fato de se ministrarem aulas a este respeito, sendo que, em uma delas o interrogado e alguns de seus companheiros, serviram de cobaias, aula esta que se realizou na PE da GB, foi ministrada para 100 militares das Forças Armadas, sendo seu instrutor um ten. Hayton, daquela U.M.; que, à concomitância da projeção dos slides sobre torturas elas eram demonstradas na prática, nos acusados, como o interrogado e seus companheiros, para toda a platéia (...) (ARNS, 1985, p.31)

Em agosto de 1971, a psicóloga Iara Iavelberg, militante do MR-8 e mulher do ex-capitão do Exército Carlos Lamarca, é morta aos 27 anos, num apartamento em Salvador, após a invasão da polícia. Segundo a versão dos policiais, Iara teria se suicidado com um tiro. Contudo, sabe-se que muitos assassinatos foram registrados como casos de suicídio. Em 2003, após 32 anos, seu corpo foi exumado, após sua família travar uma longa batalha contra a sociedade Chevra Kadisha, responsável pelo Cemitério Israelita de Butantã, em São Paulo. O fato é que o corpo da militante havia sido enterrado na ala dos suicidas, de acordo com as tradições judaicas, e era preciso provar que não foi cometido suicídio, mas sim um assassinato.

No dia 17 de setembro, Lamarca, principal nome da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) e membro do MR-8, é assassinado no sertão baiano.

Livre dos aparelhos, solto no mato, ainda assim Lamarca vivia confinado. Passava o dia numa barraca, tomava banho à noite e enterrava as próprias fezes para não deixar pistas capazes de revelar a duração de sua permanência num lugar. No início de julho começou a doer-lhe a coxa esquerda. Foi atacado por formigas e barbeiros. A vegetação espinhosa obrigava-o caminhar agachado. (...) Lamarca estava doente, falta-lhe fôlego, mal andava. Zequinha carregava-o nas costas. Alguns camponeses de Carnaúba ouviram quando ele pediu para ser abandonado pelo amigo. iam a lugar nenhum, mas caminhavam em direção a brotas de macaúbas alimentando-se de raspagem, bebendo nos tanques de gado. (GASPARI, 2002, p.352, 356)

Um crime que causou grande comoção na sociedade brasileira, e repercussão através da opinião pública, foi o assassinato de Edgar Stuart Angel, estudante de economia da UFRJ e filho da reconhecida estilista Zuzu Angel. Stuart foi seqüestrado no dia 14 de maio de 1971 por agentes ligados ao Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), torturado e morto na Base Aérea do Galeão. Após a tortura, já tendo seu corpo esfolado, foi amarrado à traseira de um jipe da Aeronáutica e arrastado pelo pátio com a boca no cano de descarga do veículo, ocasionando morte por asfixia e intoxicação de monóxido de carbono.

O poeta Alex Polari teria presenciado as torturas sofridas por Stuart e, através de uma carta escrita em 23 de maio de 1972 e entregue por seu irmão Pedro Polari de Alverga, informou a Zuzu Angel o que teria acontecido com seu filho. Dos oficiais da Aeronáutica apontados por Polari, dois haviam sido alunos da Escola das Américas, academia que treinava gerações de policiais e militares na luta contra o comunismo na América Latina.

À noite, alguém foi colocado numa cela ao lado da minha. Esse alguém estava em estado precário e pude ver pelo postigo da porta se tratar de Stuart. Tossi a mesma tosse angustiante que ouvira durante toda à tarde. Distingui e reconheci-o também pela voz. Três frases se repetiam sempre: “Água”, “Vou morrer”, “Estou ficando louco.” De noite o coronel Muniz e o cel. Alcântara, entre outros, inclusive um enfermeiro, depois de passarem em todas as celas, pararam na de Stuart. Alguém lhe disse: “Deixe de frescura, Paulo, vou te dar uma injeção, você não vai morrer ainda não.” (...) Logo depois ainda captei frases soltas por parte da guarda, que mesmo na gíria própria dos torturadores, tinham um sentido inequívoco: “Virou presunto”, “Entrou na Vanguarda Popular Celestial”, “Mais comida de peixe na Restinga de Marambaia.”(...) grande parte dos assassinados, que seriam transportados de helicóptero até a Restinga de Marambaia (área militar) e de lá lançados em alto mar. (VALLI, 1986, p. 155)

O assassinato de Stuart, que tinha cidadania brasileira e norte-americana, foi denunciado por Zuzu ao senador norte-americano Edward Kennedy, que levou o caso ao Congresso dos Estados Unidos. Ela também entregou uma carta pessoal ao secretário de Estado dos Estados Unidos, Henry Kissinger, em 1976.

No dia 14 de abril de 1976, num desastre automobilístico ocorrido durante a madrugada na Estrada da Gávea, à saída do túnel Dois Irmãos, no Rio de Janeiro, Zuzu não resistiu. As causas não ficaram esclarecidas até hoje, apesar de o relatório policial afirmar a versão de morte em consequência do acidente, pois a própria polícia relatou que o carro voou por uma ribanceira de 5 metros e só parou na Rua Projetada, que margeia a favela da Rocinha. Uma das perguntas que permanece é como o carro poderia ter voado se estava a menos de 80 km por hora. Houve testemunhas que disseram ter avistado um jipe do exército logo após o ocorrido. Zuzu morreu sem ter encontrado o corpo de seu amado filho.

A própria Zuzu deixara um documento na casa de Chico Buarque, que deveria ser publicado caso algo lhe acontecesse. Chico compôs a música Angélica em homenagem a essa mulher tão determinada e corajosa, que não se esmoreceu diante da busca da verdadeira causa da morte de seu filho e, assim, responsabilizar aqueles que o torturaram, resultando em sua morte.

Quem é essa mulher / Que canta sempre esse estribilho? / Só queria embalar meu filho / Que mora na escuridão do mar / Quem é essa mulher / Que canta sempre esse lamento? / Só queria lembrar o tormento / Que fez meu filho suspirar / Quem é essa mulher / Que canta sempre o mesmo arranjo / Só queria agasalhar o meu

anjo / E deixar seu corpo descansar / Quem é essa mulher / Que canta como dobra um sino / Queria cantar com meu menino / Que ele já não pode mais cantar.

Zuzu Angel utilizando-se de toda sua criatividade e talento, valorizou a cultura brasileira, exportando as rendas do norte, os bordados, os babados, além das estampas que remetiam à nossa natureza, contendo papagaios e temas nacionais como Lampião e Maria Bonita, que a fizeram conquistar o mundo. Várias personalidades reconheciam seu trabalho, inclusive artistas estrangeiras, como: Joan Crawford, Kim Novak, Liza Minelli, Jean Shrimpton e tantas outras, que se tornaram suas clientes. A atriz Joan Crawford demonstrou solidariedade a Zuzu, ao escrever um telegrama revelando sua preocupação em relação ao desaparecimento de Stuart.

Querida Zuzu. Acabo de ler num jornal um artigo referente a seu filho e estou terrivelmente, terrivelmente triste. Espero e rezo para que ele já tenha sido encontrado e que esteja a salvo e bem. Por favor, acredite que meus pensamentos e orações estão com você e sua família. Com amor, Joan. (VALLI, 1986, p. 71)

Foi através de seu trabalho como estilista, que realizou o que seria o primeiro desfile de moda com tema político. Como forma de denúncia dos crimes cometidos pelos militares, a estilista lançava estampas com anjos amordaçados, balas de canhão, jeeps, quêpis, sol atrás das grades, tudo com estilo bélico. Essa foi a maneira com que clamou ao mundo pelos direitos humanos.

Alex Polari de Alverga foi torturado na CISA (Centro de Informações da Aeronáutica), sofrendo diversas perversidades. Ficou no pau-de-arara e na cadeira do dragão. Recebeu espancamentos, choques elétricos, queimaduras nos órgãos genitais e tapas nos ouvidos. O trecho do poema de Polari é capaz de traduzir tamanha dor diante de seus algozes.

Não era mole aqueles dias/ De percorrer de capuz/ A distância da cela/À câmara de tortura/ E nela ser capaz de dar urros/ Tão feios como nunca ouvi. Havia dias que as piruetas do pau-de-arara/ Pareciam ridículas e humilhantes; E, nus, ainda éramos capazes de corar / Ante as piadas sádicas dos carrascos. Havia dias em que todas as perspectivas / Eram pra lá de negras/ E todas as expectativas/Se resumiam à esperança algo cética/ De não tomar pancadas nem choques elétricos. (...) (ALENCAR et al, 1996, p.400)

Sônia Maria de Moraes Angel Jones, militante do MR-8, casou-se com Stuart Angel em 1968. Em maio de 1969, foi presa numa manifestação na Praça Tiradentes e só foi libertada no mês de agosto. Depois passou a viver na clandestinidade, e em 1970 exilou-se na França. Contudo, Sônia volta ao Brasil e retoma a luta de resistência. Foi assassinada sob tortura em novembro de 1973. Durante vinte anos a família investigou as causas de sua morte e de Antonio Carlos Bicalho Lana, seu companheiro. A versão dos militares foi de que o casal morreu durante tiroteio em confronto com os agentes de segurança.

Porém, a versão que a família de Sônia teve acesso, através de um parente que foi ex-comandante do DOI-CODI em Brasília, foi de que a jovem havia sido presa no DOI-CODI de São Paulo e depois enviada ao DOI-CODI do Rio de Janeiro, onde foi torturada, estuprada com um cassetete, tendo os seios arrancados, e falecendo em consequência de hemorragias.

Nos dias em que Sônia era torturada, seu pai foi mantido preso, para que fosse evitada a sua interferência, já que era militar. Para enterrar os restos mortais da militante, foi preciso realizar várias exumações.

5.5. Milagre Econômico

Entre 1969 a 1973 ficou conhecido com a época do “Milagre Econômico”. O PIB crescia a uma taxa de 12% ao ano, enquanto a inflação beirava os 18%.

De acordo com o relato dos historiadores Alencar, Ceccon e Ribeiro (1991), a indústria automobilística aumentava a sua produção com a Volkswagen do Brasil, a Ford do Brasil, a General Motors do Brasil, a Chrysler Corporation do Brasil e a Chevrolet. Crescia também a produção de bens de consumo duráveis como a produção de aparelhos de TV a cores, refrigeradores, aparelhos de som dentre outros. Também aumentava a produção de ferro, aço, vidro, pneus, plásticos, computadores e material elétrico. A construção civil estava em pleno desenvolvimento com edificações modernas e luxuosas. Viadutos e estádios de futebol foram construídos. A Petrobrás, a Eletrobrás, A Companhia Siderúrgica Nacional aumentavam sua capacidade de produção. Novas empresas foram criadas como a Embratel.

O ministro Delfim Netto estimulava a venda de ações, no que era chamado de mercado de capitais. Um programa voltado para o setor primário, agricultura, extrativismo e pecuária, era o Proterra (Programa de Redistribuição de Terras e de estímulos à agropecuária do Norte e Nordeste) Esse programa agradou aos empresários com a modernização da agricultura, porém não favoreceu a vida dos trabalhadores rurais.

As exportações de café, soja, carne, frutas e algodão cresceram, chegando a alcançar a marca de 40% ao ano. Nosso país também exportava tecidos, calçados, bebidas, e alimentos produzidos por pequenas e médias indústrias.

Todavia, apesar do “Milagre Econômico”, os trabalhadores ganhavam cada vez menos. Os 5% dos brasileiros mais ricos aumentaram sua renda em mais 10% e os 80% mais pobres tiveram sua renda diminuída em mais de 10% também. Para o economista Mário Simonsen, o crescimento econômico exigiria sacrifícios de uns a concentração de renda nas mãos de outros. Já para o ministro Delfim Netto era preciso fazer o bolo da economia para depois reparti-lo. E os pequenos e

médios empresários já não se sentiam beneficiados, e em contraposição estavam as indústrias movidas pelo capital estrangeiro.

Sobre o slogan da ditadura, Vera Sílvia Magalhães em entrevista a Global Brasil (2005), diz que a propaganda em prol do governo militar era: “Brasil: ame-o ou deixe-o”

(...) A gente não percebia que esses slogans da ditadura eram para ser ouvidos por nós. E nós os desprezávamos completamente. Não lembro de nenhuma organização que tenha estudado isso. Se o Brasil estava crescendo, isso deveria ter mudado nossa tática de ação.(...)A maioria não dizia, não queria saber de nenhum crescimento político, social econômico, nada. E houve crescimento econômico, durante a ditadura.Depois não, no final não: houve uma enorme inflação. O final foi terrível. (GOTO & MARANHÃO, 2005, p.23)

Foram executadas obras faraônicas como a Tranzamazônica e a Ponte Rio-Niterói, que foi concluída em 1974, beneficiando empreiteiras.

A Tranzamazônica seria uma imensa estrada que ligaria o Norte ao Nordeste cortando toda a floresta. Essa estrada resolveria questões como: o problema vivido pelos nordestinos que enfrentavam uma enorme seca, muitos se dirigindo a região sudeste; e a questão da região amazônica com enormes riquezas naturais e que poderia ser invadida por alguma potência estrangeira. Além disso, esse projeto mostraria para os brasileiros e estrangeiros a grandeza do Brasil e sua prosperidade. Com o Programa de Integração Nacional (PIN) os nordestinos sairiam das áreas de seca e sem condições de plantios, e iriam para a Amazônia, lá encontrariam trabalho. Em terras baratas. A obra que seria uma das maiores estradas do mundo, tornou-se um fracasso.

O país toma conhecimento dos problemas que atingem a Tribo Xavante, que tem como defensor o Cacique Mário Juruna. Este defende as terras indígenas contra os ataques dos fazendeiros, prendendo cinquenta deles e exigindo a demarcação do território. Aqui mostra a desmoralização da FUNAI diante da corrupção de alguns de seus funcionários.

5.6. Mortes de Alexandre Vannuchi, Vladimir Herzog e Manuel Fiel Filho, Pedro Pomar e Angelo Arroyo

O estudante de Geologia da USP Alexandre Vannuchi Leme, da ALN (Aliança Libertadora Nacional) é assassinado pela polícia. Segundo o depoimento de Geraldo Siqueira, também estudante da USP, relatado por Araujo (2007), “a repressão o acusara de fazer um assalto a banco no dia em que estava com a faculdade inteira no interior de São Paulo, numa dessas excursões de campo que a Geologia tanto fazia. A indignação dos alunos de Geologia foi imensa.” No depoimento de Adriano Diogo, Alexandre Vannuchi era o primeiro aluno da Geologia e sua morte representou o início do

processo de recuperação do movimento estudantil. Dom Paulo Evaristo Arns realizou a Missa de Sétimo Dia na Catedral da Sé, tendo a praça tomada por militares.

A Guerrilha do Araguaia, planejada pelo PC do B, de orientação maoísta, é combatida pelas Forças Armadas matando 67 guerrilheiros. Foram enviadas tropas que chegaram a 20 000 soldados. Os camponeses trabalhavam durante anos nas roças, mas não tinham documentos da posse de terra. Os grileiros chegavam nessas roças e expulsavam os camponeses, derrubando e incendiando suas casas. O PC do B montou um foco no Araguaia e quis lutar contra esse sistema. Lá encontraram a tortura e a morte.

O intelectual Josué de Castro morre em Paris porque o governo não autoriza o seu retorno ao país. Seu corpo é enterrado no Rio de Janeiro e homenageado por amigos.

No fim do governo de Médici, o custo de vida atingia níveis insuportáveis e o abastecimento de alimentos não era suficiente nos supermercados. Faltava feijão, carne, soja e as filas só cresciam, como a insatisfação da classe média também.

Em 1974, o general Ernesto Geisel assume a presidência e começa um processo rumo à transição política. O povo, os estudantes, a OAB, o MDB queriam a democracia. Ninguém agüentava mais os casos de tortura, desaparecimentos, mortes, tanta repressão, tanto medo. Ele anuncia uma abertura lenta, gradual e segura.

Ocorrem eleições para o Congresso. A oposição ganha espaço e o MDB conquista 59% dos votos para o Senado, 48 % da Câmara dos Deputados e ganha a prefeitura em várias cidades.

Mas, esse processo de distensão política era contraditório, pois em 1977 Geisel usa o AI-5 para cassar os mandatos de deputados e fecha o Congresso, pois o governo temia a derrota da ARENA nas eleições de 1978. Armando Falcão, ministro da Justiça, cria a Lei Falcão para limitar a propaganda eleitoral nos meios de comunicação, fazendo com que os candidatos apareçam somente em foto 3x4 e não mais ao vivo. Proibia também comícios e concentrações em lugares públicos.

Com a preocupação com a energia, e para vencer os problemas com a crise do petróleo no mundo, Geisel cria o Proálcool (Programa Nacional do Álcool) e a Petrobrás faz contratos de riscos com multinacionais.

Em 25 de outubro de 1975, o jornalista Vladimir Herzog, diretor de telejornalismo da TV Cultura de São Paulo, é assassinado nas dependências do DOI-Codi em São Paulo. Ele foi chamado para ser interrogado e lá ficou preso e incomunicável. Dias depois, comunicaram que Herzog havia se suicidado, mas isso era uma farsa para encobrir a morte do jornalista sob tortura. O presidente Geisel reconheceu o crime, contudo não prendeu ninguém. Simplesmente exonerou o comandante do II Exército Ednardo D'Ávila Mello

Houve um culto ecumênico realizado por Dom Paulo Evaristo Arns, o pastor James Wright e o rabino Henri Sobel, em frente à Catedral da Sé, que reuniu 8 mil pessoas.

Ainda durante o governo, foram construídos projetos grandiosos como a hidrelétrica de Itaipu, a siderúrgica Açominas, a Ferrovia do Aço, que nunca foi concluída, e o acordo Brasil Alemanha conhecido como Tratado de Cooperação Nuclear, consumindo dez bilhões de dólares para construções de usinas atômicas. Houve muitos subornos durante essa negociata.

O Banco União Comercial, tendo mais de duzentas agências e sendo grande captador de recursos externos, entrou em falência sob a direção do ex-Ministro Roberto Campos, que mais tarde torna-se embaixador em Londres.

O governo se esforça para lotear a Amazônia entregando-a a empresas estrangeiras para explorá-la. Tudo isso corroborado pela SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia). Empréstimos seriam concedidos a juros negativos. O governo gastou mais de sete bilhões de cruzeiros.

Em 1976, o operário Manuel Fiel Filho é assassinado no DOI-CODI de São Paulo, nas mesmas circunstâncias que remetem o caso de Vladimir Herzog. Em 22 de setembro ocorre o atentado contra o bispo de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro, D. Adriano Hipólito. O bispo foi seqüestrado e levado para um matagal, sendo espancado e abandonado sem roupa. Seu carro foi destruído por explosivos em frente à sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A CNBB era alvo de terrorismo por suas manifestações em favor dos Direitos Humanos.

Bombas explodiram na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e na associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro. Em setembro, foi a vez do Centro Brasileiro de Planejamento (CEBRAP), em São Paulo, ser o alvo de atentado.

Em dezembro desse mesmo ano, ocorre o massacre da Lapa, onde agentes do Exército invadem uma casa no bairro da capital paulista, em que dirigentes do PC do B estavam reunidos. Todos foram mortos ali mesmo, entre eles Pedro Pomar e Angelo Arroyo.

A ditadura no Uruguai é pressionada pelo governo brasileiro a anular o asilo político de João Goulart, o que o obrigou a ir para a Argentina. Caso ele voltasse ao Brasil ele seria preso e banido novamente. Após sua morte no exílio seu corpo é trasladado para o Brasil e enterrado em São Borja, no Rio Grande do Sul, a cinquenta metros do túmulo de Getúlio Vargas. Morre também o ex-presidente Juscelino Kubitschek num desastre automobilístico na Via Dutra. Este acidente até hoje nunca foi esclarecido.

Este governo foi marcado por muitas corrupções e houve escândalos denunciados pela Comissão Parlamentar de Inquérito. Uma delas foi dirigida por Alencar Furtado, comprovando que as multinacionais no Brasil investiram duzentos e noventa e nove milhões de dólares e enviaram

para o exterior setecentos e cinquenta e cinco milhões de dólares, durante os anos de 1965 a 1975. Outro escândalo consistiu na tentativa de Marcos Viana, do BNDE e Reis Velloso, Ministro do Planejamento, na venda de empresas estatais destinada aos empresários estrangeiros.

Continuam sendo cassados vários deputados em represália, como Marcelo Gato, Nelson Fabiano, Nadyr Rossete, Amauri Muller, Lisâneas Maciel, por defenderem os direitos humanos.

Novo escândalo sobre as corrupções comandadas por Delfim Neto e seus comparsas foram expostas pelo embaixador militar em Paris, o coronel Saraiva, porém a única vítima foi quem denunciou o esquema.

A censura continua proibindo composições musicais (mais de duzentas composições foram vetadas) e exemplares de livros. No ano anterior intelectuais haviam se reunido para debater a crise cultural no cinema, no teatro, na música, na literatura, na imprensa e etc.

Em 1977, há um Estado de Emergência sustentado pelo governo quando lhe for conveniente aplicar os métodos de repressão.

Ocorrem articulações quanto a própria sucessão de Geisel por parte do general Silvío Frota, este manifestando insatisfação quanto à ação de Geisel frente aos subversivos. Também o Chefe da Casa Militar, Hugo de Abreu, declara oposição ao presidente, mas é derrotado por este que impõe seu próprio candidato que é João Baptista Figueiredo, chefe do SNI. Esses acontecimentos demonstram os desagradados dentro das Forças Armadas.

Bem lembrado por Darcy Ribeiro (1986), no mês de abril paira no ar uma derrota eleitoral previsível no que diz respeito ao governo de Geisel, o que o faz tomar providências imediatas para se manter no poder. Determina o recesso do Congresso Nacional, prorroga o mandato do futuro presidente, impõe eleições indiretas para governadores, nomeia 17 senadores, estabelece o número de deputados por estado e determina que no prazo de quarenta dias depois da entrega de qualquer mensagem presidencial, sendo esta aprovada ou não pelo Congresso, seria homologada por determinação.

Jimmy Carter, presidente dos EUA na época, toma ciência do relatório das famílias de políticos presos, o que atesta a violação dos direitos humanos no país. Sua esposa Rosalyn Carter recebeu do Movimento Feminista Pela Anistia um documento mencionando a prisão, o exílio e o desaparecimento de políticos brasileiros, o que desagradou Geisel.

Novas denúncias sobre as violações dos direitos humanos são feitas, e isso provoca ondas de cassações. Alencar Furtado, líder da oposição na Câmara dos Deputados fez pronunciamento na TV, o que acarretou a perda de seu mandato.

Em 1978, no governo de Geisel, é revogado o AI-5 e restaura-se o hábeas-corpus. Um político com atuação fundamental para anulação desse Ato Institucional foi Petrônio Portela, que

conseguiu a aprovação da Emenda Constitucional nº.11, anulando o artigo que impediam os políticos cassados de serem eleitos.

A proposta de distensão política fez com que Magalhães Pinto e Severo Gomes se candidatassem à presidência e vice-presidência respectivamente, porém não imaginavam que os militares tinham a intenção de continuar no poder. Devido às circunstâncias, Severo Gomes deixa de ser Ministro da Indústria e Comércio.

A partir de fevereiro os Comitês Brasileiros pela Anistia começam a se espalhar pelo país com a campanha Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. Denunciam as torturas, as prisões e os desaparecimentos de presos políticos.

O Movimento do Custo de Vida consegue reunir 1 milhão e 300 mil assinaturas em prol da diminuição dos preços dos gêneros de primeira necessidade, a favor do aumento salarial e que os trabalhadores fossem beneficiados com gratificação extra.

Mais escândalos financeiros envolviam o governo e empresas estrangeiras.

Geisel anunciou à Arena que seu sucessor seria o general João Baptista Figueiredo. A insistência de Magalhães Pinto faz com que o presidente induza a Arena a aprovar o candidato Figueiredo.

A prisão perpétua e a pena de morte continuam existindo no governo militar, mesmo este dizendo tê-las suprimido.

A ditadura era condescendente com seus comparsas, e um exemplo foi o caso do delegado Fleury ter escapado da prisão por determinação do promotor Hélio Bicudo, através de uma lei aprovada na Câmara Federal para libertá-lo, conhecida como Lei Fleury.

As greves continuam sendo reprimidas durante o governo Geisel, e um exemplo de resistência em São Paulo é o cardeal Evaristo Arns, apoiando os metalúrgicos. Nessa época, em maio de 1968, no ABC paulista, Luís Inácio da Silva Lula lidera os metalúrgicos numa greve a favor do aumento dos salários, o pagamento de horas extras e a não punição dos grevistas. Lula era o presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo.

Deixam de vigorar atos de banimento de presos políticos trocados por embaixadores seqüestrados, porque a Justiça quer que sejam cumpridas as fases processuais.

Assume o poder o general João Baptista Figueiredo, ex-diretor do SNI. Tem como proposta a abertura política e admite eleições diretas para governadores. Ele prometia democratizar o país, e dizia que prenderia quem fosse contra a abertura. Porém, o governo deveria manter as rédeas curtas para que a oposição não ganhasse espaço. E, com isso, o governo cria leis para conter as crises, através de medidas severas.

A sociedade clamava por anistia política e as manifestações ainda eram contidas. Só em agosto de 1979 o projeto de Anistia foi aprovado. Os presos políticos, ou como o governo autoritário os denominava “aqueles subversivos e inimigos da pátria”, seriam perdoados, mas os seus torturadores não seriam sequer julgados.

As greves continuam e na capital paulista a paralização dos metalúrgicos termina com violência, culminando com a morte do operário Santo Dias da Silva, de 32 anos. Houve protestos e o enterro contou com 10 mil pessoas. O cardeal D. Paulo Evaristo Arns realizou a missa na Catedral da Sé.

A Light é vendida ao governo brasileiro por, segundo Darcy Ribeiro (1986), 436 milhões de dólares, assumindo dívidas antigas e recentes a banqueiros internacionais, de milhões de dólares. A Light saiu lucrando porque suas concessões venceriam em São Paulo em 1981 e em 1990 no Rio de Janeiro, e isso acarretaria a entrega de todas as suas instalações.

O General João Baptista Figueiredo declara a Lei de Anistia, que permite a libertação dos presos políticos, a volta dos exilados, a reincorporação ao serviço público dos funcionários cassados. Contudo, a lei deixa de ressarcir os salários do tempo de demissão ou aposentadoria, como frisou Darcy Ribeiro (1986), proibindo o pagamento de atrasados e a discussão da punição. Então a democracia plena ainda estava distante.

Brizola, quando retorna ao país, chegando à fazenda de Jango, em São Borja, no Rio Grande do Sul, é homenageado. Miguel Arraes é homenageado em Recife e Prestes é recebido por milhares de pessoas, no Galeão, Rio de Janeiro.

É extinto o bipartidarismo, com o fim da Arena e do MDB. O pluripartidarismo se faz presente no cenário político e novos partidos são criados: Partido Democrático Social (PDS) com a maioria dos políticos da Arena; Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) com a maior parte dos emedebistas; Partido popular (PP) com os mais moderados, tendo deixado de existir e feito aliança com o PMDB; Partido Democrático Trabalhista (PDT) liderado por Leonel Brizola; Partido dos Trabalhadores (PT) liderado por Lula e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) liderado por Ivete Vargas.

Delfim Neto assume o a política econômica do país, estabelecendo a importância do país em exportar e favorecer concessões às empresas estrangeiras.

Para enfrentar a crise do petróleo, onde os preços subiram de 2,2 dólares em 1973 para 22,5 dólares, o governo implanta o Próalccol.

É realizado no país o Projeto Carajás, no Pará, onde minerais são exportados em prol das empresas multinacionais, em detrimento da população local em condições de vida miseráveis.

Uma das provas de que a repressão continua foi a revolta dos estudantes em São Luís, sobre o aumento das passagens de ônibus, resultando em mortes e deixando vários feridos.

Em São Paulo, as mulheres comandaram o Movimento do Custo de Vida, que reuniu um abaixo-assinado com mais de um milhão de assinaturas contra o desemprego e o aumento de custo de vida.

O jornalista e policial Alexandre Von Baumgarten é assassinado e os sindicatos dos metalúrgicos sofrem intervenção do governo.

O centro do Rio de Janeiro ganharia um edifício comercial que seria construído com o dinheiro das cadernetas de poupança. Um enorme buraco foi aberto no centro da cidade, sendo logo depois tapado pela prefeitura. Isso ficou conhecido como o escândalo Lume. Na época o dinheiro das cadernetas de poupança deveria ser destinado para financiamento de imóveis residenciais.

Nos anos anteriores, qualquer proprietário poderia expulsar o inquilino do seu imóvel utilizando a denúncia vazia, porém houve alteração da Lei do Inquilinato. Deixaram de vigorar os decretos 228/67 e 477/79, os quais estimulavam delatores e agentes infiltrados nas universidades, ocasionando as constantes perseguições.

Nesses anos de chumbo, foram tantos os torturadores que para se ter idéia, o periódico Em Tempo publicou uma lista de mais de 400 torturadores e mandantes. Prestes retoma sua vida política como militante.

5.7. Atentado no Rio Centro

Em 30 de abril de 1981 ocorre o atentado ao Rio Centro, promovido pelos militares, embora nada tenha sido provado.

A inflação sobe de 40%, no início do mandato de Figueiredo, para 220% em 1985. Os preços dos gêneros alimentícios sobem. O livro Brasil Vivo menciona que o preço do leite havia subido 152%, o do ovo 313%, do óleo de soja 374%, da carne 255% e o do feijão 574%. Supermercados são saqueados. A dívida externa supera os 100 milhões de dólares e funcionários do FMI mais empréstimos para o país pagar mais empréstimos. Cresce o desemprego.

O mandato de Figueiredo chegava ao fim. Em março de 1983, o deputado Dante de Oliveira, do PMDB, propunha a realização das eleições diretas, através de uma emenda constitucional. Iniciava um movimento de apoio popular pelas Diretas Já, ou seja, a luta pelas eleições diretas para Presidência da República.

De acordo com Carlos Fico (1999, p.41), em junho 1983 a direção do PMDB lançou uma campanha política, que seria uma das maiores já vista no país. Em novembro, o primeiro comício

reuniu 5 mil pessoas em Goiânia. Cada vez mais as manifestações ganhavam as ruas, e contavam com o apoio de artistas dentre os quais Chico Buarque e Fafá de Belém, que cantou divinamente o Hino Nacional. Não se pode esquecer da participação empolgante do locutor Osmar Santos conduzindo os comícios. Os últimos comícios, no Rio de Janeiro e em São Paulo, reuniram 500 mil pessoas. Para o historiador, o mais importante era que a campanha não favorecia uma pessoa ou determinado partido, contudo defendia um princípio que era a eleição direta para presidente da República.

O locutor esportivo Osmar Santos era quem comandava a campanha, anunciando os discursos e animando a multidão. Ele costumava perguntar quando deveriam ser realizadas as diretas, e um coro de milhares de pessoas respondia: “diretas, já!”. (FICO, 1999, p.41)

O governo não manifestava a mesma vontade popular e fazia de tudo para evitar as Diretas Já, impedindo que os deputados de seu partido, o PDS, votassem na emenda constitucional.

Os partidos de oposição concluíram que Tancredo seria o homem perfeito para começar a redemocratização no Brasil e, dessa maneira, ele seria o candidato à Presidência da República. O outro candidato seria Paulo Maluf (PDS), representando o governo militar. Isso fez com que José Sarney abandonasse o PDS, no qual era o presidente, e formasse o Partido Frente Liberal (PFL), unindo-se ao PMDB e formando a Aliança Democrática, apoiando Tancredo.

Infelizmente, a Emenda Dante de Oliveira não conseguiu ser aprovada no Congresso, por uma diferença de 22 votos.

Para a aprovação da emenda eram necessários 2/3 de um total de 429 votos-ou seja , 320 votos.(...) Pessoas choravam, Brasil afora, ainda mais porque faltavam apenas 22 votos para que os brasileiros voltassem a poder escolher, pelo voto , o seu presidente da república. (FICO, 1999, p.42)

Tancredo Neves, governador de Minas, preferiu com o seu partido o PMDB ir ao Colégio Eleitoral, com as eleições indiretas. Porém, o Colégio Eleitoral, formado por membros do Congresso Nacional e representantes do partido majoritário de cada estado, apenas referendava o nome imposto pelos militares, já que o PDS prevalecia com a maioria, ainda que por poucos votos.

Para a felicidade do povo brasileiro Tancredo Neves e José Sarney conseguiram a vitória. Em janeiro de 1985, aos 75 anos de idade, Tancredo Neves é eleito Presidente da República e declara que aquela é a última eleição indireta para presidente. Porém, no dia de sua posse teve que ser internado às pressas e sofreu 7 cirurgias, não resistindo.

Do dia 15 de março até o dia 21 de abril, o povo, com um aperto no peito, acompanhou as más notícias sobre o estado de saúde do presidente. A angústia e o medo de uma possível perda se

faziam presentes no dia-a-dia dos brasileiros. O que ninguém queria ouvir foi anunciado: Tancredo Neves faleceu.

O povo brasileiro chorou a morte daquele que seria o primeiro presidente civil, depois de o país ter sido mergulhado durante 21 anos no “tempo da maldade”. Em cada rosto expressava-se a desolação durante o sepultamento. Todos sofriam com Dona Dulce, a viúva.

Após a morte de Tancredo, quem assume a presidência é o vice José Sarney, que não recebeu a faixa presidencial do general João Figueiredo, pois este preferiu sair do Palácio por uma porta lateral, do que estar frente a frente com aquele que considerava um traidor por ter saído do PDS.

Depois de 21 anos de ditadura militar, o Brasil viverá a tão desejada democracia, mas não deixará de sofrer outras decepções no futuro. Somente em 1989, o povo vota para a presidência da República escolhendo entre dois candidatos: Fernando Collor de Melo e Luís Inácio Lula da Silva. Quem vence as eleições é Fernando Collor, mais tarde sofrendo impeachment.

6. CONCLUSÃO

Em 31 de março de 1964, Jango foi derrubado por um golpe militar logo após anunciar as reformas de base, que incluíam a nacionalização de refinarias particulares e a desapropriação de latifúndios. O seu governo havia mobilizado todo o país em movimentos de massa, exigindo do Congresso as medidas constitucionais e legais necessárias para a renovação de nossas instituições.

Já dizia Darcy Ribeiro: “Jango caiu pelas virtudes, não pelos defeitos”. João Goulart não aceitou as exigências dos golpistas para dissolver a CGT (Comando Geral dos trabalhadores) e a UNE, prender sindicalistas e romper ligações com Cuba. Em 6 de dezembro de 1976, Jango morreu de infarto aos 57 anos e seu corpo foi trasladado para o Brasil, sendo enterrado em São Borja. O cortejo, com 30 mil pessoas, teve pouquíssimo espaço na imprensa.

Com o golpe, o novo governo tem à frente o marechal Castelo Branco, que adotou medidas de exceção que abriram caminho para perseguições e prisões em massa. O regime endureceu após o Ato Institucional nº .5, pelo presidente Costa e Silva, em 1968.

Prisões de estudantes após passeatas e ocupações de faculdades eram freqüentes. Carros brucutus, sirenes, bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral, ferimentos à bala, mortes, torturas, tudo isso acontecia no dia-a-dia. Jovens morriam e a contestação política ganhava as ruas através das manifestações de massa e de greves operárias.

As ditaduras militares foram a regra na América Latina entre o início da década de 60 e o fim dos anos 70. A perseguição política, a tortura, o desaparecimento e o assassinato de opositores marcaram a passagem dos militares pelo poder no Brasil, na Argentina, no Chile e em outros países latino-americanos.

A monografia pretende manter viva na memória dos nossos jovens, a determinação de uma juventude que sonhava transformar a realidade sócio-política e econômica das décadas de 60/70. Deseja-se que essa época não seja esquecida, pois ainda colhemos frutos de sua luta.

Uma questão importante é participação da mídia na feitura das matérias sobre os acontecimentos políticos. Alguns jornais manipulavam as notícias adulterando a realidade e criando estereótipos, outros faziam parte da mídia alternativa, defendendo de maneira contundente o movimento de contestação à ditadura.

Revela-se a existência de um movimento estudantil que tinha uma enorme consciência política, e que estava disposta a lutar pelo seu futuro. Jovens que lutavam por seus ideais, que estavam dispostos a transformar o mundo, tornando-o mais justo e igualitário. Eles buscavam uma ideologia em que podiam se apoiar, e tinham sede de informações, conhecimentos e pensamentos sobre a sociedade em que viviam. Buscavam teóricos como Benjamin, Marcuse, Adorno, Luckás,

Debórd, como também realizavam estudos das teses de Marx e Engels, dos livros de Che Guevarra e Mao Tsé -Tung.

Reivindicava-se uma reforma na Educação, o aumento de verbas, e do número de vagas no vestibular, a inserção dos pobres na faculdade, contestavam o acordo MEC-Usaid, a lutavam contra o imperialismo e a intervenção da CIA, contra a corrupção, a dissolução das organizações estudantis, a violência, a censura, a falta de liberdade de opinião, o medo e as cassações. Com o recrudescimento da ditadura, vão sofrer com as prisões, torturas, desaparecimentos e mortes de militantes políticos.

Uma geração que almejava libertação, ruptura e autonomia. Uma transgressão das normas retrógradas. Combatiam à moral sexual vigente, enquanto instrumento de repressão e dominação do sistema autoritário. O amor corporal já se libertava do sentido de culpa. Para esses jovens uma pessoa envolvida com o amor não teria interesse em perseguir ou matar alguém. Tinham como slogan “Faça amor e não guerra”. E Homens e mulheres passaram a se ver como detentores dos mesmos direitos.

O ano de 1968 representou um fenômeno de alcance mundial, onde as estruturas autoritárias foram confrontadas, e a juventude seguia em busca dos direitos civis e da democracia. Contestavam os sistemas retrógrados, buscavam a liberdade de opinião e de expressão, indignavam-se com a corrupção e a alienação. Lutavam contra preconceitos raciais e homossexuais, além de movimentos em favor de causas indígenas.

Deve-se salientar que esses jovens faziam parte de uma parcela da sociedade que era engajada. Por isso, 1968 representa uma época que jamais deve ser esquecida, uma época em que os jovens não eram tão individualistas, mas sim altruístas. Contudo, nem todo mundo estava disposto a mudar a realidade. Como em toda época, havia aqueles que se engajavam, outros que se alienavam ou se acomodavam. É como acontece hoje em dia. Nem todas as pessoas se manifestam ou mesmo fazem questão de observar os problemas sociais. Vivem suas vidas como se nada estivesse errado ao seu redor.

Hoje se fala mais abertamente sobre conflitos entre pais e filhos, os homossexuais e lésbicas têm mais liberdade para fazer suas reivindicações e relações entre mestres e alunos foram modificadas. Os jovens fazem uso de seu direito à satisfação sexual e possuem a coragem para expor opiniões divergentes.

O que deflagrou o movimento estudantil no Brasil foi a morte do estudante Édson Luís. A partir daí tem início a radicalização do confronto entre policiais e estudantes. Em dezembro, com o Ato Institucional nº. 5, a repressão recrudescer com o fechamento do Congresso Nacional, a cassação de mandatos e direitos civis, a suspensão do Hábeas Corpus para crimes políticos, criação

de censura prévia, e a proibição de reuniões de oposição ao regime. A passeata dos Cem Mil, encabeçada por estudantes, intelectuais e artistas, expressou a esperança de uma abertura democrática através de canções, palavras de ordem e faixas, tornando-se um símbolo desta época.

A monografia contribui para a memória da UFRJ, ao lembrar a concentração de alunos no campus da Praia Vermelha, no dia 20 de junho de 1968, que ficou conhecido como Massacre da Praia Vermelha. Muitos dos revolucionários foram alunos da UFRJ, como o Vladimir Palmeira, Jean Marc von der Weid, Vera Sílvia Magalhães, Gabeira, Edgar Stuart Angel, dentre muitos outros.

Durante os seminários que aconteceram na UFRJ sobre a geração 68, percebi que essas pessoas, as quais foram militantes nas décadas de 60/70, ainda têm, na sua maioria, a vontade de mudar o mundo. Através dos contatos que mantive com ex-militantes, tive a oportunidade de conhecer pessoalmente Vera Sílvia Magalhães. Foi um encontro em que permaneci frente a frente com uma mulher que admiro, tanto pelo seu papel na história de nosso país, quanto por seu lado humano.

Os anos de chumbo representaram a fúria do governo militar em cassar, demitir, destituir, aposentar, reformar professores, cientistas e políticos que fossem opositores. Um exemplo foi a crise na Universidade de Brasília, em consequência da repressão a dezessete professores tidos como subversivos e que receberam a solidariedade de todos os demais. Disso resultou o pedido de demissão de 210 professores que levavam à frente nossa primeira experiência avançada de renovação universitária e de criatividade cultural e científica.

Outro exemplo foi a cassação dos direitos políticos de cientistas respeitados no mundo inteiro. Também cientistas sociais como José de Castro, Celso Furtado, Waldir Pires, Paulo Freyre, entre outros. Dispersam-se equipes científicas insubstituíveis, interrompendo uma tradição de estudos e pesquisas constituídas ao longo de décadas de trabalho intenso e fecundo.

Sobre as organizações de esquerda, vale lembrar que já divididas, se fragmentavam cada vez mais e se dilaceravam. Cada partido ou grupo se bipartia em facções, estas, por sua vez, se dividiam em dissidências, tendências e correntes: ALN, MRT, MNR, MOLIPO, PCB, PC do B, VPR, PCR, COLINA, AP, POLOP, PORT, PRT, VAR-Palmares, PCBR, MR-8.

As lutas armadas se espalharam por diversos países, como Montoneros na Argentina, Tupamaros no Uruguai, o MIR no Chile e na Bolívia, o Exército de Libertação Nacional na Colômbia. Esses movimentos representavam a luta pelo socialismo na América Latina. Maria Paula Araújo (2008, p. 22), no seu artigo “Construindo a Autodeterminação”, esclarece que essas organizações com tendências marxistas-leninistas eram clandestinas, tendo estrutura hierárquica rígida, com estratégias e táticas bem definidas. Em outras partes do mundo os militantes se

organizaram em movimentos como: Baader-Meinhof na Alemanha, Brigadas Vermelhas na Itália, Panteras Negras nos EUA e Exército Vermelho no Japão.

Enfim, este estudo procura lutar contra o não esquecimento da geração 68, pois seus valores podem contribuir para que gerações futuras nunca se esmoreçam diante das injustiças sociais.

Sobre a manipulação da informação através do jornal O Globo em 1968 e 1969, observou-se uma atitude de obediência, uma postura comportada frente ao regime ditatorial. Suas matérias, mesmo antes do AI-5, fazem o uso de substantivos, verbos e adjetivos impregnados de significado, quase sempre negativo, o que contribuiu para a formação de uma representação que poderia ser assimilada como uma verdade absoluta pelo leitor. Palavras como “terroristas”, “terror”, “agitadores”, “subversivos”, “inimigos da pátria” surgem em muitos momentos.

A omissão diante da realidade consistia na produção de discursos em que o silêncio prevalecia frente ao que deveria ser manifestado, ou seja, ao que deveria ser feito expressando contestação e resistência.

Abreu Junior (1997, p.195) esclarece que o “dizer” também significa “não dizer”. Então os jornais construíam uma imagem pelo que informavam e, sobretudo pelo que não informavam, e a censura não foi a única responsável pelo silêncio.

A metáfora ideal de um bom jornal talvez seja a do caleidoscópio, em que cada observador capta uma visão própria da realidade em constante movimento. O problema é que a matéria-prima do jornalismo é um bem tão volátil quanto a imagem do caleidoscópio: a ideologia.(...) Na verdade, o jornal abre janelas para que o leitor veja o mundo, com as limitações próprias de qualquer janela e, simultaneamente, com o horizonte que ela nos oferece. (ABREU, 1997, p.197)

Ao ler uma notícia de uma época distante consegue-se refletir sobre o tempo presente, porque se consegue fazer uma ponte com os acontecimentos históricos daquele tempo. Também, ao se dar conta das transformações sociais num determinado espaço temporal, o leitor é capaz de compreender o seu papel na construção da sociedade.

Os jornais são importantes testemunhos dos acontecimentos do nosso cotidiano, e representam os fatos históricos de acordo com os seus discursos. Contudo, vale ressaltar que a realidade é construída, produzida e ofertada ao leitor. Daí a importância da visão crítica, da tomada de consciência em relação às mensagens subliminares.

Não existe uma verdade absoluta veiculada na mídia, mas a maneira como essa verdade é contada e qual posicionamento toma a favor ou contra o esclarecimento.

Creio que o estudo para a realização desta monografia cumpriu seu papel no que tange a preocupação com a memória histórica, social e coletiva. É importante lembrar que o esquecimento é uma forma de dominação, anulando qualquer possibilidade crítica no ser humano. Logo, a luta pelo

não esquecimento de fatos importantes para construção de uma sociedade justa e igualitária, é lutar em favor da memória histórica do país.

Por fim, com a finalização deste trabalho, os valores referentes ao exercício da profissão jornalística tornaram-se mais fortes para mim. Como jornalista procurarei buscar a verdade dos fatos, a defesa da liberdade de informação, a análise crítica da sociedade e a luta por justiça social, não esquecendo o compromisso com a ética.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU JUNIOR, João Baptista de. As Manobras da Informação. Análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965 – 1979). Rio de Janeiro, 1997. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Curso de Comunicação Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro: 1997.

ALENCAR, Chico; CARPI, Lucia; RIBEIRO, Marcus Venicio. História da sociedade Brasileira. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1996.

_____; CECCON, Claudius; RIBEIRO, Marcus Venicio. Brasil Vivo 2. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; NAVES, Santuza Cambraia (Orgs.). “Por Que Não?” Rupturas e continuidades da contracultura. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

_____; EUGENIO, Fernanda. “Paisagens existenciais e alquimias pragmáticas”. In: “Por Que Não?” Rupturas e continuidades da contracultura. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

AQUINO, Maria Aparecida de. Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968 – 1978). O exercício cotidiano da dominação e da resistência O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: EDUSC, 1999.

ARAUJO, Maria Paula. Memórias Estudantis. Da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

_____. “Construindo a autodeterminação. Sobre a revolta brasileira, a luta armada contra a ditadura e seus frutos tardios”. In: Revista Humboldt 97. Goethe-Institut, 2008.

ARBEX, José. “Poder e Midiamnésia no Brasil”. In: O Poder na TV. Scipione, 1996.

ARNS, Paulo Evaristo. Brasil: Nunca Mais. Petrópolis: Vozes, 1985.

BARROS, João de. “Harry Shibata abre a porta”. In: Revista Caros Amigos. “Eis Harry Shibata, o legista da ditadura”, n°.128, São Paulo: Casa Amarela, novembro de 2007, pp.27-28.

BERQUÓ, Alberto. O seqüestro dia a dia. A verdadeira história do seqüestro do embaixador americano Charles Burke elbrick. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1997.

BEZERRA JUNIOR, Benilton. “Da contracultura à sociedade neuroquímica: psiquiatria e sociedade na virada do século”. In: “Por Que Não?” Rupturas e continuidades da contracultura. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

BRITTO, Paulo Henriques. “É possível transgredir no momento poético atual?” In: “Por Que Não?” Rupturas e continuidades da contracultura. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

CARNEIRO, Sandra de Sá. “Estilos de vida no contexto do universo da Nova Era”. In: “Por Que Não?” Rupturas e continuidades da contracultura. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

COELHO, Cláudio Novaes Pinto. “A contracultura: o outro lado da modernização autoritária”. In: Anos 70: Trajetórias. São Paulo: Iluminuras, 2005.

COELHO, Maria Cláudia. “Herdeiros da contracultura: os estudantes de teatro cariocas na década de 60”. In: “Por Que Não?” Rupturas e continuidades da contracultura. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007

COHN, Gabriel. Comunicação e Indústria cultural. São Paulo: Editora nacional, 1978.

CORDEIRO, Tiago. “Nas Garras da Águia”. In: Revista Aventuras na História. “Por dentro da CIA”, ed.55, São Paulo: Abril, fevereiro de 2008, pp.24-31.

DA-RIN, Silvio. Hércules 56. O seqüestro do embaixador americano em 1969. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

DEBORD, Guy. A Sociedade do Espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DIAS, Mauricio; CEREGHINO, Mário J. Relatório da CIA - Che Guevara. Documentos inéditos dos arquivos secretos. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

EICHENBERG, Fernando. Entrevista com Roland Castro para a Revista História, disponível <http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI2120378-EI6782,00-Líder+de+Maio+pede+sonhos+concretos.html> e acessado em 27/04/2008.

FERNANDES, Nelito. “A globalização começou em 1968”. In: Revista época “1968. Como entender o ano que mudou nossa maneira de ver o mundo”, n°.503, Rio de Janeiro: Globo, janeiro de 2008, pp.75-76.

FICO, Carlos. Que história é esta? O Regime Militar no Brasil (1964 – 1985). São Paulo: Saraiva, 1999.

_____. O Grande Irmão. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FREI, Norbert. “A geração orgulhosa dos seus pecados”. In: Revista Humboldt 97. Goethe-Institut, 2008.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FREITAG, Bárbara. A Teoria Crítica; ontem e hoje. Brasiliense, 1986.

FIUZA, Bruno. “A Imaginação no Poder”. In: Revista História Viva. “1968. o ano zero de uma nova era”, n°.54, São Paulo: Duetto, 2008, p.37.

GASPARI, Elio. Ditadura Envergonhada. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. Ditadura Escancarada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GILBERTO VELHO. “Mudança social, universidade e contracultura”. In: “Por Que Não?” Rupturas e continuidades da contracultura. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

- GOTO, Newton; MARANHÃO, Felipe. “Micropolítica do Afeto”. In: Revista Global Brasil, n°.5, Rio de Janeiro: Rede Universidade Nômade, maio, junho, julho 2005, pp.23-26.
- HOLANDA, Heloisa Buarque de. Impressões de viagem. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- KUCINSKI, Bernardo. Jornalistas e revolucionários – Nos tempos da imprensa Alternativa. São Paulo: Sarita, 1991.
- KUSHNIR, Beatriz. Cães de Guarda – Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2004.
- LÖWY, Michael. O Pensamento de Che Guevara. São Paulo: Expressão Popular, 1999.
- MACIEL, Luiz Carlos. “O tã da contracultura”. In: “Por que não”? Rupturas e continuidades da contracultura. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.
- PAZZINATO, Alceu Luiz; SENISE, Maria Helena Valente. História Moderna e Contemporânea. Rio de Janeiro: Ática, 1997.
- PELLEGRINO, Helio. A Burrice do Demônio. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- POLLACK, Detlef. “Não houve um maio de 68 na República democrática Alemã ”. In: Revista Humboldt 97. Goethe-Institut, 2008.
- POERNER, Arthur José. O Poder Jovem. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. “Os Muitos véus da impunidade: sociedade, tortura e ditadura no Brasil”. Texto apresentado na Fundação Humberto Delgado, Lisboa, no colóquio sobre impunidade, realizado entre 20 e 21 de maio de 1999. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/denunciar/tortura/textos/aarao.htm> e acessado em 27 /04/2008.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A História do seu Tempo. A Imprensa e a Produção do sentido Histórico. Rio de Janeiro, 1995. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Curso de Comunicação Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995.
- RIBEIRO, Darcy. Aos Trancos e Barrancos: como o Brasil deu No que Deu. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.
- RÜDIGER, Francisco. A Escola de Frankfurt. In: Teorias da Comunicação. Petrópolis: Vozes, 2001.
- SANTOS, José Rodrigues dos. O que é comunicação. Lisboa: Difusão cultural, 1992.
- SCHNITMAN, Dora Fried. Novos Paradigmas, cultura e Subjetividade. Porto Alegre: Artes Médicas Ed., 1996.
- SMITH, Anne-Marie. Um Acordo Forçado. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SILVA, Marianna Waltz Moreira. Teoria Crítica na Era da Indústria Cultural Ou: Uma Análise da Derrota do Esclarecimento. Rio de Janeiro, 2006. Dissertação de mestrado. Faculdade de Letras, UFRJ.

SIRKIS, Alfredo. Os carbonários. Rio de Janeiro: Record, 1998.

_____. “Daniel Cohn Bendit e a intifada das periferias francesas em 2005”. Entrevista realizada em 1999 e disponível em <http://www2.sirkis.com.br/noticia.kmf?noticia=4494023&canal=278&total=41&indice=20> e acessado em 27/04/2008.

TIBIRIÇÁ, Thaís et ali. “Vera Sílvia Magalhães”. In: Jornal Fazendo media, n°.39, Niterói, abril de 2006, p.4.

VALLI, Virgínia. “Eu, Zuzu Angel, procuro meu filho.” Rio de Janeiro: Philobiblion, 1986.

VÁRIOS AUTORES. ANOS 70: Trajetórias. São Paulo: Iluminuras, 2005.

VENTURA, Zuenir. 1968: O Ano Que Não Terminou. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2006.

WIGGERSHAUS, Rolf. A Escola de Frankfurt. História, desenvolvimento teórico, significação política. Rio de Janeiro: Difel, 2006.

ZAPPA, Regina; SOTO, Ernesto. 1968 Eles só queriam mudar o mundo. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

IMPRESSOS

Revista Aventuras na História. “Por dentro da CIA”, ed.55, São Paulo: Abril, fevereiro de 2008.

Revista Cadernos de Comunicação, Série Memória 20, “Imprensa Revolucionária. O jornal como agente politizador”, Rio de Janeiro (RJ): Secretaria Especial de Comunicação Social, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro: Secretaria, 2008.

Revista Caros Amigos, n°. 128, São Paulo: Casa Amarela, novembro 2007.

Revista Época. “1968 Como entender o ano que mudou nossa maneira de ver o mundo”, n°.503, Rio de Janeiro: Globo, 7 de janeiro de 2008.

Revista Global Brasil. “Arquivos da Ditadura”, n°. 5, Rio de Janeiro: Rede Universidade Nômade, maio/junho/julho. 2005.

Revista História Viva. “1968 O Ano Zero de Uma Nova Era”, ano V, n°.54, São Paulo: Duetto, 2008.

Revista História Viva Biografias. n°.1. São Paulo. Duetto.

Revista Humboldt 97. “Revoltas 1968. E quarenta anos depois”. Goethe – Institut, 2008.

Jornal Contraponto. Ano 5, n °. 36. Rio de Janeiro, novembro de 2005.

Jornal Fazendo Media. Ano 4, n°. 39. Niterói, abril de 2006.

O DIA, Rio de Janeiro, 1 de julho de 2007, página 26.

O Globo 2000 encarte 23, 1964-1965. Rio de Janeiro, 2000.

O Globo, 29 de março de 1968, p.1.

MICROFILMES

O Globo (RRC-SPR54)

O Globo, 29 de março de 1968, p.1.

O Globo, 1° de abril de 1968, pp.1, 10, 11, 22.

O Globo, 2 de abril de 1968, pp. 1, 12, 15.

O Globo, 21 de junho de 1968, pp.1, 14.

O Globo, 26 de junho de 1968, pp. 12.

O Globo, 27 de junho de 1968, p.18.

O Globo, 30 de agosto de 1968, p.11.

O Globo, 12 de outubro de 1968, p.1.

O Globo, 13 de dezembro de 1968, p.1.

O Globo, 14 de dezembro de 1968, p.1.

O Globo, 5 de setembro de 1969, pp.6 ,7, 8.

O Globo, 8 de setembro de 1969, p.1.

WEBSITES

<http://www.fazendomedia.com/globo40/globo40.htm>

<http://www.culturabrasil.org/ditadura.htm> 16/04/2008

<http://www.alfredosirkis.mht.27/04/2008>

<http://www.torturanuncamais.com.br>

ANEXOS

Anexo I	Jornal	O Globo	29 de março	de 1968	p. 1
Anexo II	Jornal	O Globo	1º de abril	de 1968	p. 1
Anexo III	Jornal	O Globo	1º de abril	de 1968	p. 10
Anexo IV	Jornal	O Globo	1º de abril	de 1968	p. 11
Anexo V	Jornal	O Globo	1º de abril	de 1968	p.22
Anexo VI	Jornal	O Globo	2 de abril	de 1968	p. 1
Anexo VII	Jornal	O Globo	2 de abril	de 1968	p. 12
Anexo VIII	Jornal	O Globo	2 de abril	de 1968	p. 15
Anexo IX	Jornal	O Globo	21 de junho	de 1968	p. 1
Anexo X	Jornal	O Globo	21 de junho	de 1968	p. 14
Anexo XI	Jornal	O Globo	30 de agosto	de 1968	p. 11
Anexo XII	Jornal	O Globo	5 de setembro	de 1969	p. 6